

RICARDO SOUZA DA SILVA

MATO GROSSO DO SUL:
Labirintos da memória

RICARDO SOUZA DA SILVA

**MATO GROSSO DO SUL:
Labirintos da memória**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História,
da Universidade Federal da Grande Dourados, para obtenção do título
de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Martins Júnior.

Dourados - 2006

RICARDO SOUZA DA SILVA

MATO GROSSO DO SUL:
Labirintos da memória

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e Orientador:

Prof. Dr. Carlos Martins Júnior _____

2º Examinador:

Prof. Dr. Osvaldo Zorzato _____

3º Examinador:

Prof. Dr. Paulo Marcos Esselin _____

Dourados, de novembro de 2006

DADOS CURRICULARES
RICARDO SOUZA DA SILVA

NASCIMENTO: 15/05/1963 - JABOATÃO DOS GUARARAPES/PE

FILIAÇÃO: João Souza da Silva

Maria Helena Lins da Silva

1994/1999 Curso de Graduação em História

Universidade Federal Rural de Pernambuco

2002/2003 Curso de Pós-Graduação em História Regional, nível de

Especialização, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Aquidauana/MS

RESUMO

A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, decidida pelo alto escalão do governo do General Ernesto Geisel, deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos e atônitos, pois, mesmo constituindo uma antiga aspiração das elites “sulistas”, há muito tempo a questão andava esquecida. Ao tomarem ciência da possibilidade concreta da divisão, inicialmente procuraram intervir no processo de montagem do novo aparelho de Estado. No momento seguinte, voltaram suas preocupações para a construção de uma memória para a nova unidade da federação. Em pouco tempo essa memória, com forte conteúdo mítico, passou a se impor sobre outras referências, emergindo como fonte de estudo sobre o passado local, como suporte para elaboração de livros didáticos e concursos públicos e como guia para propagandas privada e governamental. O presente trabalho estuda o processo de construção e as características dessa memória, buscando entender a sua lógica e identificar a constituição de suas temáticas, através de uma leitura contrapontual em trabalhos de alguns de seus principais expoentes: o jornalista J. Barbosa Rodrigues, o professor Hidelbrando Campestrini e o engenheiro Acyr Vaz Guimarães.

ABSTRACT

The creation of Southern Mato Grosso State, decided by the government of General Ernesto Geisel left the dominant segments of the local society in state of euphoria and amazed, because, even being an old wish of the "southern" elites, such subject had been forgotten for a long time. When they were aware on the concrete possibility of a separation of the state, they initially tried to intervene in the assembly process of the new State. Lately, they went back to their concerns of the construction of a memory for the new unit of the federation. Soon that memory with a strong mythical content started to be imposed to other references, emerging as a study source on the local past, as the support for the elaboration of didactic books and public contests and as a guide for private and governmental advertisements. The present work studies the process of construction and the characteristics of those memories in order to understand their logic and to identify the constitution of their themes, through a contrapontual reading in the works of some of their main exponents: the journalist J. Barbosa Rodrigues, the teacher Hidelbrando Campestrini and the engineer Acyr Vaz Guimarães.

*Dedico aos meus pais, João Souza e Maria Helena,
e aos meus irmãos Maria Helena, Paulo, Maria do
Carmo, João e Virgínia.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos membros de minha família, Eliza, André, Rafael e Rodrigo, que compartilharam o dia a dia da construção deste trabalho, pela compreensão nas inúmeras ausências e pelo apoio que sempre recebi de todos.

Ao professor Carlos Martins Júnior, pela orientação precisa, segura, tranqüila, solidária; pelas inúmeras palavras e demonstrações de incentivo, como também pelo estímulo e encorajamento.

Aos professores do Programa de Mestrado, Cláudio Alves Vasconcelos, Eudes Fernando Leite, Jerry Roberto Marin, João Carlos de Souza, Paulo Roberto Cimó Queiroz, Osvaldo Zorzato; e aos secretários Tahis, Kelly e Jean Carlo, meu reconhecimento.

Aos meus companheiros de mestrado, Aline, Almerinda, Andréa, Amauri, Carla, Carlos Alberto, Carlos Magno, Cida, Gilson, Gilmara, Cleube, Gizeli, Irene, Isabela, Lisandra, Marta, Marcos, Meire, Mirian, Mirta, Nely, Renato, Rodrigo, Selma e Zilda.

A Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), pelo breve, mas, extremamente indispensável apoio financeiro.

Aos servidores da biblioteca Estadual Dr. Izaias Paim, Adelaide, Roseli, Edenir, Paulo, José, Rosa e Rosângela.

Especial agradecimento ao Major de Infantaria Wanderlei Marcelo Lopes e ao Major Aviador Aron Alceu Zimmermann, pelo imprescindível apoio durante o período em que ocuparam o Comando do Esquadrão de Pessoal da Base Aérea de Campo Grande, sem o qual teria sido impossível a realização deste curso. Agradeço também o apoio e a compreensão demonstrada dos demais colegas de trabalho: Marlene, Beraldo, Anderson, Paulo, De Carvalho, Denivaldo e Moura.

Não poderia deixar de externar a minha gratidão ao jornalista Paulo Yafusso pela grande ajuda. Incluo ainda, os vários amigos, entre os quais, Arcelino Ricardo, Ednalva Gouvêa, Emanuel Lopes, Flávio e Flávia, Ilair Cândido, Leandro Tsuneki, Maria Nely Bernal, Soleide Bendo, Maria Alice, Vera Lúcia e meu irmão de coração Zenilton Aparecido, pelos incentivos.

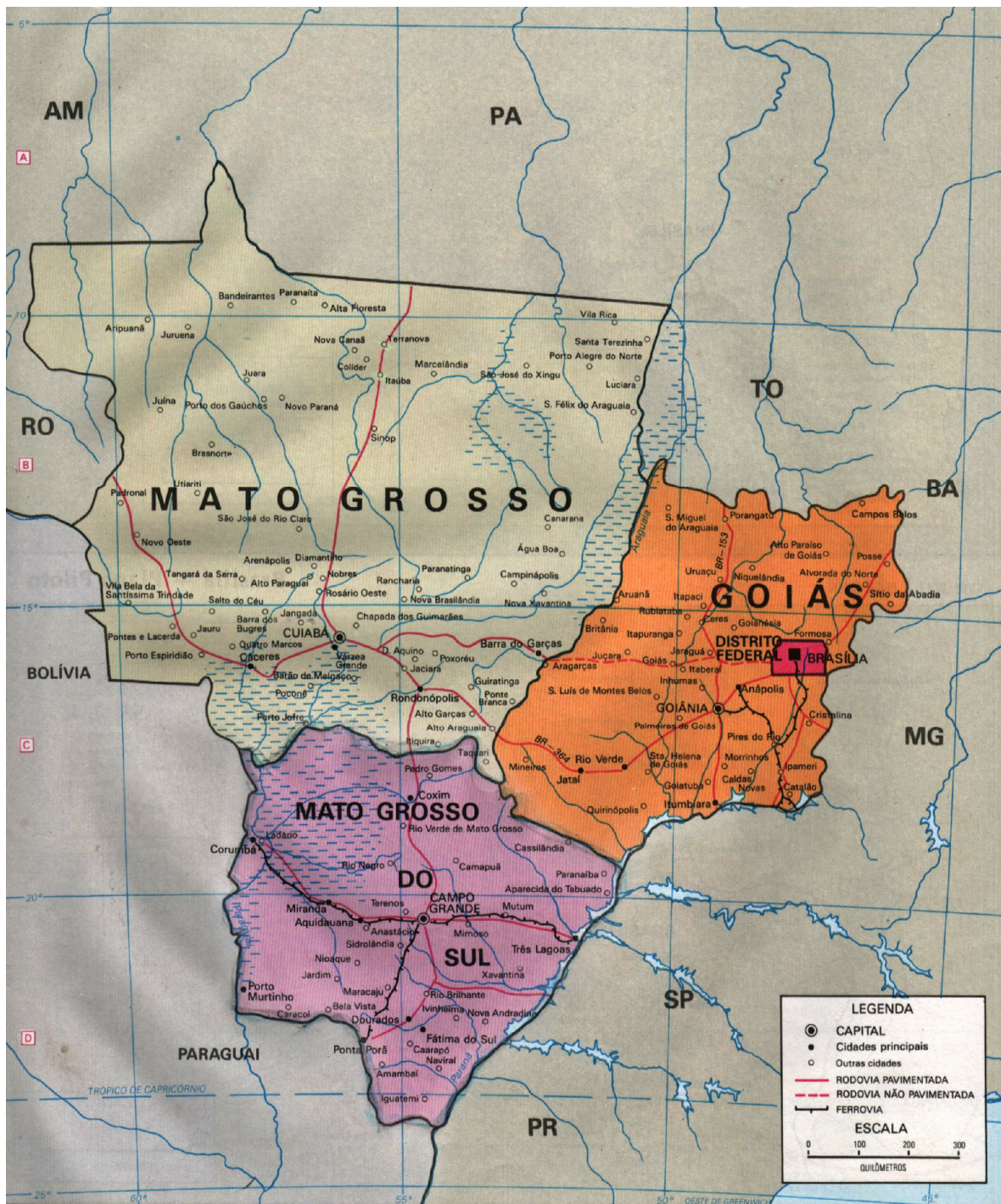
Enfim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a concretização deste estudo.

A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica.

Pierre Nora. *Entre História e Memória.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
PARTE I	
PREMISSAS	
CAPÍTULO I - A RELAÇÃO HISTÓRIA E MEMÓRIA	18
CAPÍTULO II - AS BASES DA MEMÓRIA NACIONAL	27
PARTE II	
A CRIAÇÃO DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA	
CAPÍTULO I - A CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL	39
CAPÍTULO II - A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SUL-MATO-GROSSENSE	52
PARTE III	
OS PILARES DA MEMÓRIA SUL-MATO-GROSSENSE	
CAPÍTULO I - A RETIRADA DA LAGUNA	75
CAPÍTULO II - O DIVISIONISMO	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
FONTES	111
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114



Fonte: SIMIELLI, M. E., *GEOATLAS*, 24ª ed. São Paulo: Ática, 1998. p. 87

APRESENTAÇÃO

O objetivo do presente estudo consistiu em investigar o processo de construção e a lógica da memória historiográfica que foi elaborada sobre o Estado de Mato Grosso do Sul logo após a sua inusitada criação, em 1977, por iniciativa e decisão do Governo do General Ernesto Geisel. A análise dessa historiografia se justifica pelo fato de ter sido com base no seu discurso mítico que boa parte dos elementos constitutivos da memória coletiva da sociedade local foram disseminados. Além disso, seus autores conseguiram construir um referencial historiográfico relacionado ao Estado extremamente influente.

Conforme observou Paulo Roberto Cimó Queiroz, tendo a divisão ocorrida “de cima para baixo”, num momento em que a parte efetivamente significativa das elites sulistas não mais estava mobilizada em torno dessa idéia, abriu-se um espaço para a construção, às pressas, de um discurso histórico simplesmente capaz de dar conta do fato, já consumado, da criação do novo Estado¹. Dessa forma, a partir de 1978, um verdadeiro “surto” memorialístico tomou corpo, desencadeando a publicação de inúmeras obras que constituíram, mesmo que de maneira dispersa, uma numerosa e influente historiografia. Em pouco tempo, essa historiografia passou a se impor sobre outras referências, emergindo como fonte de estudo sobre o passado local para diversos setores da sociedade, principalmente, para profissionais das áreas de educação, comunicação, jornalismo e política, assim como serviu de suporte para a elaboração de livros didáticos, concursos públicos e como guia para propagandas privadas e governamentais locais.

A referida historiografia foi elaborada por jornalistas, advogados, professores, lingüistas, engenheiros, pecuaristas, profissionais liberais, literários, entre outros membros dos setores dominantes da sociedade local, ou com eles identificados. Dentre alguns de seus expoentes pode-se relacionar: Demóstenes Martins, J. Barbosa Rodrigues,

¹ QUEIROZ, P. R. C., *Divisionismo e “identidade” mato-grossense e sul-mato-grossense: um breve ensaio*, p. 22.

Hidelbrando Campestrini, Acyr Vaz Guimarães, Paulo Coelho Machado, Lélia Rita E. de Figueiredo Ribeiro, Augusto César de Proença, Abílio Leite de Barros e Renato Alves Ribeiro. A maioria estava aglutinada em torno do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS) e da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL).

Devido a sua considerável quantidade de obras, optou-se, por razões de natureza metodológica e em função dos limites dos prazos acadêmicos, por fazer uma seleção, procedendo a investigação, através da utilização de algumas obras de maior relevo e influência. Acredita-se que isso não trouxe prejuízo ao estudo, uma vez que no conjunto da historiografia memorialista sul-mato-grossense os discursos são semelhantes e muitas vezes repetitivos, além disso, como diria John Lukacs, “todo historiador trabalha necessariamente baseado em prova incompleta”².

Basicamente, buscou-se, através de uma leitura contrapontual em algumas de suas obras, identificar quais foram as suas premissas; entender a sua lógica e analisar as temáticas que constituíram os seus pilares de sustentação, levando-se em conta a diferenciação existente entre História e Memória. A História como problematização subjetiva dos vestígios do passado, com suas inerentes contradições, tendo em vista o entendimento do desenvolvimento da sociedade. A Memória como construção discursiva e objetiva de um passado desejado, exaltado e eximido de contradições, com a pretensão de construir uma “história” consensual que dê suporte a uma identidade e justifique posturas e posições, sobretudo, àquelas relacionadas à primazia de mando.

A leitura contrapontual diz respeito ao caminho apontado por Walter Benjamin, que consiste em *escovar a história em contrapelo*, ou seja, extrapolar o entendimento, a validade e a aparente evidência de determinadas narrativas, afirmações e conclusões, buscando novas interpretações, interrogando o objeto de estudo no sentido inverso a dos rotineira e habitualmente colocados, tentando descobrir, mediante uma análise crítica e dialética, seus significados e objetivos mais profundos e essenciais³. Esta proposta também sugere, conforme lembrou Osvaldo Zorzato, que um texto deve ser aberto de modo que se veja nele não apenas o que foi tratado, mas também o que foi excluído e porque⁴.

No que se refere à expressão *memória historiográfica*, ela foi utilizada nos mesmos termos conferidos por Osvaldo Zorzato em seu estudo sobre a historiografia mato-

² LUKACS, J. *O Hitler da História*, p. 19.

³ BENJAMIN, W., *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p. 224.

⁴ ZORZATO, O., *Conciliação e identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-*

grossense. Durante sua investigação, percebeu que aquela historiografia, embora tivesse a pretensão de se apresentar como história-conhecimento, ela não o era. Da mesma forma, não constituía uma visão distanciada e racionalizada dos fatos. Na verdade, suas representações do passado não visavam conhecê-lo, mas sacralizá-lo, cultuá-lo e, em alguns casos, apaziguá-lo, além de possuir um caráter instrumental e servil, tanto na sua relação com a construção identitária, como na legitimação de opções políticas, sobretudo, na perpetuação de uma certa memória elitista e excludente⁵. No conjunto, concluiu que a historiografia mato-grossense compunha um estoque de lembranças, isto é, a memória que se queria preservar. Construiu um quadro de referências sem um viés interpretativo ou diálogo com outras construções historiográficas, a não ser como fonte de informações, e mais para justificar do que para explicar⁶.

Neste sentido, no que diz respeito aos objetivos e aos “métodos”, é possível afirmar que se repetiu em Mato Grosso do Sul, no final do século XX, a construção memorialística ocorrida em Mato-Grosso no seu início. Porém, com relação às idéias, a historiografia sul-mato-grossense buscou construir uma relativa diferenciação. Consideram-se mato-grossenses, porém, pertencem a uma outra linhagem, tão nobre, corajosa e intrépida, entretanto mais civilizada e moderna.

Por tudo isso, a investigação em torno dessa historiografia, apesar de focalizar prioritariamente a análise dos discursos, também necessitará voltar os olhos para os seus autores, já que, conforme alertou Michel de Certeau, para se entender o que se fala e porque é preciso saber de onde e quando se fala. Ou seja, é necessário observar o “lugar social” de quem escreve. Explicitamente:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposição, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões que lhes serão propostas, se organizam⁷.

1983), p. 25.

⁵ ZORZATO, O., *Conciliação e identidade...*, p. 149.

⁶ ZORZATO, O., *Conciliação e Identidade...*, p. 09-10.

⁷ CERTAU, M., *A Escrita da História*, p. 66-67.

Da mesma forma que também é importante atentar-se para o contexto histórico no qual sua obra foi produzida e quais as razões que impulsionaram o autor a escrever. De qualquer forma, do ponto de vista da propagação de idéias no interior do jogo social, não se pode esquecer que a palavra é passível de poder. Poder, no sentido de influenciar, convencer, determinar, etc. Contudo, esse poder não está nas próprias palavras em si, mas nos sujeitos que as utilizam para explicitar, propagar e defender seus interesses, idéias e pensamentos, apoiados nas autorizações concedidas, de maneira formal ou tácita, pela sociedade, conforme atentou Pierre Bourdieu:

A eficácia simbólica das palavras se exerce apenas na medida em que a pessoa-alvo reconhece quem a exerce como podendo exercê-lo de direito, ou então, o que dá no mesmo, quando se esquece de si mesma ou se ignora, sujeitando-se a tal eficácia, como se estivesse contribuindo para fundá-la por conta do reconhecimento que lhe concede⁸.

O estudo limitou-se aos escritos de três influentes membros do IHGMS, o jornalista J. Barbosa Rodrigues, o professor Hidelbrando Campestrini e o engenheiro Acyr Vaz Guimarães. A escolha dos três autores se deu por motivos relativamente distintos, porém, umbilicalmente interligados entre si.

J. Barbosa Rodrigues, talvez o mais vultuoso dos três, foi escolhido pelo fato de ter sido o autor dos três primeiros trabalhos sobre Mato Grosso do Sul. Teve, assim, grande influência na montagem da memória historiográfica. Além disso, foi um atuante e destacado membro do IHGMS e era proprietário do mais importante grupo de comunicação local, que inclui rádios, um canal de televisão e o jornal de maior circulação no Estado.

A escolha do professor Hidelbrando Campestrini recaiu pelo fato da sua significativa influência no IHGMS (é seu presidente desde 2000) e por ter conseguido incorporar a figura de uma espécie de historiador-referência, sobretudo pela mídia local, além de ter protagonizado a publicação de uma importante coletânea de obras memorialísticas, a *Série Historiográfica*, editada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. O fato de ser o autor, em parceria com Acyr Vaz Guimarães, de uma obra bastante consultada sobre a história do Estado, *História de Mato Grosso do Sul*, também influenciou decididamente na sua escolha.

⁸ BOURDIEU, P., *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*, p. 95.

A opção por obras de Acyr Vaz Guimarães ocorreu também em razão de ter sido um influente membro do IHGMS, mas, principalmente, por ter dedicado boa parte de suas obras a questões relativas à Guerra do Paraguai, em especial ao episódio da Retirada da Laguna. Além disso, teve quatro de suas obras, de indiscutível natureza memorialística, publicadas através da editora de um importante centro acadêmico da região, mantenedor do mais antigo curso superior em História do Estado, a Universidade Católica Dom Bosco.

Não se tratou de fazer uma exposição ou discussão sobre o conjunto de suas obras, o que exigiria estudos mais extensos e minuciosos, mas, a partir da análise do tratamento conferido ao processo de criação do Estado e as temáticas do divisionismo e do episódio da Retirada da Laguna, proceder a uma leitura contrapontual buscando identificar os seus pilares de sustentação e entender a sua lógica.

O estudo foi dividido em três partes. Na Primeira, intitulada *Premissas*, cuja pretensão foi fazer uma sucinta exposição das questões centrais do trabalho, no que se refere às questões teóricas que nortearam a investigação e dos pressupostos memorialísticos que orientaram a produção da historiografia investigada. Separada em dois capítulos, inicialmente, buscou-se apresentar algumas questões sobre as diferenciações existentes entre História e Memória, já que o estudo foi intimamente permeado por essa relação. Em seguida, no Capítulo II, *As Bases da Memória Nacional*, procurou-se focar os principais elementos constitutivos da memória nacional e o processo de elaboração da chamada *história oficial* do Brasil, desenvolvida pelos intelectuais aglutinados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, logo após a independência do país.

A Segunda Parte, *A Criação do Estado e a Construção da Memória*, também foi dividida em dois capítulos. No Capítulo I, com o título *A Criação do Estado de Mato Grosso do Sul*, foi procedida uma exposição sobre o processo de criação do Estado de Mato Grosso do Sul pelo General Ernesto Geisel, e no Capítulo II, *A Criação da Historiografia Memorialística Sul-Mato-Grossense*, além do processo de elaboração e constituição da historiografia, também foram apresentados dados biográficos dos autores e das obras que foram estudadas.

Na Terceira Parte, que também foi dividida em dois capítulos, buscou-se analisar, no Capítulo I, de que forma o episódio da Retirada da Laguna, um malogro militar evidente, foi transformado em vitória e em mito fundador dos sul-mato-grossenses. No Capítulo II, analisou-se a forma pela qual os memorialistas sul-mato-grossenses tentaram

desenvolver a idéia segundo a qual a criação do Estado de Mato Grosso do Sul teria resultado de uma suposta luta secular dos divisionistas. Neste tocante, destacam-se as discussões em torno das origens do suposto movimento divisionista e do “versão fantasiosa” da existência, em 1932, do Estado de Maracaju.

Pela impossibilidade da elaboração de uma análise definitiva, este trabalho não pretendeu esgotar o assunto, tampouco conseguiu abranger todos os aspectos e explorar todas as possibilidades que a temática permitia. Tentou, na verdade, oferecer uma contribuição para a necessária desmitificação da história de Mato Grosso do Sul, ao mesmo tempo, indicar caminhos e abrir possibilidades para que outras questões sejam investigadas.

PARTE I

PREMISSAS

Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século dezenove, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite.

Jim Sharpe. *A História Vista de Baixo.*

CAPÍTULO I

A RELAÇÃO MEMÓRIA E HISTÓRIA

Julga-se que um estudo que se propõe a analisar as produções memorialísticas à luz das metodologias da ciência histórica deve apresentar, antes de qualquer coisa, algumas considerações sobre as distinções entre História e Memória, principalmente pelo fato de que, atualmente, se tem discutido muito sobre a relação existente entre ambas, em especial sobre as fronteiras que ligam e que separam uma da outra. A pretensão, naturalmente, não é fazer uma longa e profunda discussão, mas apenas apresentar algumas distinções, consideradas como necessárias ao entendimento da natureza da pesquisa e da forma pela qual a investigação foi desenvolvida.

Sabe-se que o termo memória agrega em torno de si inúmeros significados. Do ponto de vista biológico, significa a capacidade e a habilidade do cérebro humano, e o de outros animais, de armazenar lembranças do passado. Quem nunca escutou a expressão “memória de elefante” sendo utilizada para designar uma memória perfeita e aguçada? Porém, esse exercício de armazenamento não depende apenas da integridade física e perspicaz das faculdades mentais. Conforme foi apontado pela psicologia e pela psicanálise, a dinâmica da memória cerebral é diretamente influenciada por questões de ordem social, cultural e econômica, que interferem no entendimento e na interpretação das experiências vividas e/ou transmitidas. Isso torna a produção mnemônica um jogo balizado por regras que permeiam um complexo conjunto de sentimentos e interesses, de tal forma que boa parte das recordações retidas são resultado de uma apurada seleção, nem sempre feita de forma consciente, mas, em geral, dirigida para aquilo que se deseja lembrar.

Esse fenômeno de filtragem não ocorre apenas no âmbito individual, mas também no plano coletivo, podendo-se afirmar que existe uma linha tênue a “separar” essas duas dimensões. Assim, pode-se falar de memória no sentido da preservação do patrimônio

cultural da sociedade como um todo. Diversas entidades, públicas e privadas, têm dedicado esforços neste sentido. O problema fundamental, contudo, é determinar o que deve e o que não deve ser preservado. Por enquanto se tem observado a conservação de “casas grandes” em detrimento das “senzalas”.

Comum nos domínios da medicina, da psicologia e da psicanálise, o termo memória também circula corriqueiro no “mundo” da computação, onde sua quantidade, aliada a outros parâmetros físicos e virtuais dos hardwares e softwares, interfere na capacidade de armazenamento, processamento e acesso de dados e informações.

Contudo, não foi a partir dessas duas conotações da memória que o presente estudo se desenvolveu. Diretamente, nem a memória eletrônica das máquinas, tampouco as problemáticas da memória biológica figuraram como objetos de análise. Na verdade, esta pesquisa buscou tratar da memória como representação do passado, elaborada, escrita e utilizada por determinados grupos sociais de acordo com motivações e interesses do presente, que contribuíram de forma decisiva para a elaboração daquilo que Maurice Halbwachs denominou de Memória Coletiva¹. Em outras palavras, não é a memória como lembrança subjetiva do passado, mas como fenômeno social e objetivo formado, entre outros elementos, por fatos, personagens e eventos considerados, por quem a produz, relevantes e eleitos para constituírem, no plano simbólico, a memória hegemônica ou oficial de uma localidade, de uma região, ou mesmo de uma nação.

Se por um lado, as sociedades produzem suas próprias representações e tecem sua malha identitária, resgatando do passado determinadas imagens, eventos, nomes e datas como objeto de memória historiográfica, como aquilo que deve ser preservado para as gerações futuras², por outro, em função da sua inerente seletividade, oculta (ou nega) o indesejado, produzindo, assim, um movimento concomitante de lembranças e esquecimentos.

Além disso, numa sociedade estratificada, como a contemporânea, a memória pode ser definida como um instrumento de luta pelo poder travada entre classes, grupos e indivíduos, nem sempre de forma explícita. Decidir sobre o que deve ser lembrando e o

¹ HALBWACHS, M., *A Memória Coletiva*.

² CASTRO, I. Q., *Vigiar e Construir a História: memória, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações de Aquidauana*, p. 11.

que deve ser esquecido integra os mecanismos de controle de um ou mais grupos sobre outros. Segundo Jacques Le Goff:

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva³.

Por isso, acredita-se, existe no seio da sociedade uma grande preocupação pela determinação de uma “memória oficial” que, uma vez elaborada, passa a ser amplamente divulgada pelos mais diferentes suportes, não só através dos convencionalmente utilizados como livros, manuais escolares e artigos, mas também se expressa nos chamados “lugares da memória”, a exemplo dos monumentos, hinos, pinturas, obras literárias e artísticas, além das comemorações oficiais ou não⁴. Em geral, ela remete o passado ao tempo indiferenciado do mito das origens ancestrais, ou seja, a um passado heróico a ser exaltado, além de funcionar como elemento legitimador de práticas sociais regidas por supostas superioridades culturais, raciais ou de grupos.

No que diz respeito à manipulação da memória social, pode-se afirmar que a ação ocorre em, no mínimo, dois níveis bem distintos. Primeiro, no próprio momento de sua elaboração e, mais tarde, no ambiente da sua utilização, instante em que a memória coletiva torna-se passível de sacralização e/ ou banalização.

Num denso estudo sobre os regimes totalitários no século XX, Tzvetan Todorov analisou as formas pelas quais a memória de determinados grupos sociais foi e é politicamente utilizada, não raro de forma abusiva. A princípio, esse autor reconhece que, “em si mesma, e sem outra restrição, a ‘memória’ não é nem boa nem má”⁵. Porém, esclarece Todorov, os benefícios que se esperam dela podem ser neutralizados e até desvirtuados, dependendo da configuração que as reminiscências assumem. Para este caso ele aponta duas formas: “a *sacralização*, ou isolamento radical da lembrança, e a *banalização*, ou assimilação abusiva do presente ao passado”⁶.

³ LE GOFF, J., *História e Memória*, p. 426.

⁴ A expressão “lugares da memória” diz respeito ao conceito elaborado por Pierre Nora. *Entre Memória e História. A problemática dos Lugares*.

⁵ TODOROV, T., *Memória do mal, tentação do bem: indagações sobre o século XX*, p. 191.

⁶ TODOROV, T., *Memória do mal, tentação do bem...*, p. 191.

Da perspectiva de Tzvetan Todorov, a sacralização de um acontecimento passado não pode se confundir com a afirmação da sua singularidade. Ou seja, a relevância de um acontecimento para a memória de um grupo ocorre em função da importância que tal acontecimento teve no contexto do momento histórico, e isso é inteiramente natural. Entretanto, não se pode determinar que esse ou aquele acontecimento foi o mais espetacular e mais importante da humanidade, em razão de seu grau de nocividade, cruentação ou magnanimidade, sacralizando-o e tornando-o, em consequência, intocável, inquestionável e eterno, não passível, inclusive, de releituras e ressignificações em função de suas especificidades, singularidades e, em alguns casos, ineditismo. Para Todorov:

Por princípio, a sacralização é um entrincheiramento, um afastamento, uma proibição de tocar [...]. Mas não é pelo fato de os acontecimentos passados serem únicos e de cada um ter um sentido específico que não se pode relacioná-lo com outros - muito pelo contrário. A especificidade não separa um acontecimento dos outros, e sim o liga a eles. Quanto mais numerosas são essas relações, mais particular (ou singular) se torna o fato⁷.

Para melhor esclarecer estas questões, o autor utiliza representações construídas em torno do extermínio de judeus pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial. Este acontecimento é concebido, muitas vezes, como a maior tragédia da qual a humanidade já teve notícia, constituindo-se uma dívida que o mundo inteiro tem para com o povo judeu e, em razão disso, tem servido de justificativa para certas práticas, condutas e posturas:

Descrivê-lo como acontecimento singular e específico é legítimo, por menos que se especifique o nível em que se está situado. Mas não no plano dos valores: todos os seres humanos são igualmente preciosos, e, quando as vítimas de um regime se contam aos milhões, é inútil, para não dizer outra coisa, querer estabelecer hierarquias no martírio [...]⁸.

Isso posto, mesmo que se configure uma digressão, parece salutar transcrever a passagem em que Tzvetan Todorov tece algumas considerações relativas ao conceito de humanidade, uma vez que tais concepções foram acompanhadas no desenvolvimento do presente trabalho:

⁷ TODOROV, T., *Memória do mal, tentação do bem...*, p. 192.

⁸ TODOROV, T., *Memória do mal, tentação do bem...*, p. 191.

Além de um certo limiar, não importa que os crimes dessa natureza constituem específicos: eles se juntam no horror sem nuances que suscitam e na condenação absoluta que merecem. Isso, a meu ver, é válido tanto para o extermínio dos ameríndios quanto para a escravização dos africanos, tanto para os horrores do *Gulag* quanto para os dos campos nazistas. A vida e a dignidade de um homem ou de uma mulher, de uma criança ou de velhinho são igualmente preciosas, sejam quais forem a raça, a nação ou a cultura deles. O morticínio dos povos sem escrita não é menos ignóbil do que o de um grupo cujos ancestrais inventaram o monoteísmo e a religião do Livro⁹

Retomando o problema da sacralização da memória, Tzvetan Todorov levanta ainda outra questão. Para ele, muitas vezes atribuí-se importância exagerada a determinadas ações apenas pelo fato de se estar, de alguma forma, envolvido diretamente com elas. Isso porque “cada um de nós se encontra no centro de si mesmo (sic) e, por isso, considera aquilo que o atinge como mais importante do que o resto (sic)”¹⁰. Neste caso, evoca um exemplo relacionado às conseqüências geradas pelo lançamento da bomba atômica sobre a cidade de Hiroshima, em agosto de 1945, acontecimento considerado pelo escritor Kenzaburo Oe, prêmio Nobel de literatura, como “a experiência mais cruel que o homem conheceu em nosso século, o pior delírio do século XX”. A indagação posta por Todorov é: teria essa assertiva o mesmo peso que lhe foi atribuído por Kenzaburo Oe se este não fosse japonês? Por isso, destaca Todorov: “a unicidade de cada acontecimento é em si mesma uma evidência e não precisa ser reivindicada. O que é específico, e merece ser interrogado, é sem dúvida o sentido do acontecimento”¹¹.

O outro problema abordado por Tzvetan Todorov diz respeito à banalização da memória, processo inverso ao de sacralização. Neste caso, um acontecimento ou um personagem perde suas especificidades e passa a ser referência para qualquer tipo de comparação, tanto relacionado às ocorrências do passado, ou mesmo do passado com o presente. Em geral, fatos e atores históricos transformam-se em adjetivos que são utilizados corriqueiramente. Todorov oferece dois exemplos em seu estudo: a utilização do termo “nazista” como sinônimo de “infame”, assim como o nome de Hitler tornou-se designação para qualquer “ditador sanguinário”.

O fato é que o conceito de memória e a maneira como ela funciona vem sendo tema dos estudos de filósofos e de cientistas sociais ao menos desde o início do século XX.

⁹ TODOROV, T., *Memória do mal, tentação do bem...*, p. 191.

¹⁰ TODOROV, T., *Memória do mal, tentação do bem...*, p. 191.

¹¹ TODOROV, T., *Memória do mal, tentação do bem...*, p. 192.

Os estudos envolvem necessariamente os conceitos de retenção, esquecimento e seleção. Como elaboração a partir de variadíssimos estímulos, a memória é sempre uma construção feita no presente com origem em vivências/experiências ocorridas no passado, como destacou Jacques Le Goff; enquanto prática de representação social, a memória é “o que fica no vivido dos grupos ou o que os grupos fazem do passado”¹².

Para Pierre Nora, memória e história se opõem mutuamente. Na expressão do filósofo francês, em constante evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, passível de deformações, vulnerável a usos, manipulações, períodos de latência e esplendor; a memória é vida, sempre conduzida por grupos vivos que ela une. Por isso mesmo, há tantas memórias quantos grupos existem. Por sua vez, a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, é uma representação do passado, uma operação intelectual e laica que demanda análise e discurso crítico. Enquanto “a memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica”¹³.

Contudo, os distanciamentos e oposições apontados por Pierre Nora nem sempre são explícitos, tampouco fáceis de serem detectados, uma vez que na lógica do discurso memorialístico a fronteira entre memória e história tende a se diluir de maneira sutil. Tal constatação remete à necessidade de algumas reflexões relacionadas às formas pelas quais devem ser desenvolvidos o estudo, a análise e a representação do passado, sob a orientação e em conformidade com as metodologias da História.

Todo o processo inicia, necessariamente, a partir da leitura dos vestígios de tudo aquilo que, de uma forma ou de outra, sobreviveu às intempéries provocadas pela natureza e pela ação da sociedade humana e se encontra acessível ao pesquisador. Esses vestígios, também chamados de documentos ou fontes, foram denominados, pelo historiador Marc Bloch, de “testemunhos”.

Segundo Marc Bloch, é preciso lembrar, primeiramente, que a imensa e variada massa de testemunhos do passado colocados à disposição, não foi produzida apenas de forma involuntária, mas também voluntariamente. Não se trata de uma mera classificação para fins didáticos, mas de um alerta extremamente importante e direto: os vestígios do passado não podem ser tratados de forma igual, os documentos, involuntariamente

¹² LE GOFF, J., *História e Memória*, p. 472.

¹³ NORA, P., *Entre memória e história: a problemática dos lugares*, p. 09.

produzidos, possuem “mensagens” e se “comunicam” de maneiras diferentes daqueles produzidos de forma voluntária. Marc Bloch assim exemplifica esta questão:

[...] o homem das palafitas que, no lago vizinho onde o arqueólogo os remexe atualmente, jogava fora os dejetos de sua cozinha, queria apenas poupar sujeira à sua cabana; a bula de isenção pontifical só era tão precavidamente preservada nos cofres do mosteiro a fim de ser, chegado o momento, brandida aos olhos de um bispo importuno. Entre todos esses cuidados, não figurava absolutamente o de informar à opinião pública ou aos historiadores futuros¹⁴.

Aquilo que é produzido para ser lido e analisado pela posteridade (não necessariamente na forma escrita), além de carregar, desde a sua gênese, o espírito da seletividade, contém elementos que certamente não serão encontrados naqueles concebidos sem levar em conta, direta e intencionalmente, o porvir. Sobre as características dos testemunhos involuntários, Marc Bloch comenta:

Não é que os documentos desse gênero sejam, mais que outros, isentos de erro ou de mentira. Não faltam falsas bulas, e, assim como todos os relatórios de embaixadores, nenhuma carta de negócio diz a verdade. Mas a deformação aqui, a supor que exista, pelo menos não foi concebida especialmente em intenção da posteridade¹⁵.

Se a identificação do grau de voluntariedade ou não de um testemunho é importante, importante também será fazê-lo “falar”, “pois os textos ou documentos arqueológicos, mesmo os aparentemente mais claros e mais complacentes, não falam senão quando sabemos interrogá-los”¹⁶. Como nenhum documento fala por si só, talvez essa seja a mais delicada ação do pesquisador, visto que a análise documental não pode se limitar ao que está dito pelos vestígios, mas também ao não-dito, ao que não está à vista, ou mesmo encontra-se escondido. É possível que essa dificuldade inerente ao trabalho do historiador, represente, dialeticamente, uma das suas grandes vantagens, já que ele é livre (pelo menos em tese) para duvidar de suas fontes, inquiri-las por diversas vezes, questioná-las até que se sinta satisfeito com suas “respostas”.

Mesmo que o documento seja um pressuposto para qualquer história produzida com base em compromissos e métodos científicos, não se pode deixar de duvidar das

¹⁴ BLOCH, M., *Apologia da História ou o ofício de historiador*, p. 77.

¹⁵ BLOCH, M., *Apologia da História ou o ofício de historiador*, p. 77.

¹⁶ BLOCH, M., *Apologia da História ou o ofício de historiador*, p. 79.

integridades e das intenções, nem sempre magnânimas, dos registros deixados no passado. Ou seja, é preciso atentar-se para o fato de que nenhum documento é desprovido de “caprichos” incorporados ou desincorporados no momento de sua produção, isso sem falar nas mais diversas mudanças a que ele e o pensamento social foram submetidos ao longo do tempo, por razões naturais ou intempéries. Por caprichos, entendem-se os interesses em jogo e as diversas motivações emocionais, sociais, políticas, econômicas, culturais e tecnológicas que influenciaram a sua geração e conservação, além da “permissão” para que existissem no presente. E ainda, a possibilidade concreta de serem acessados, analisados e estudados. A recente queima de documentos sobre o período ditatorial das décadas de 1960, 1970 e 1980, ocorridos recentemente na Base Aérea de Salvador, é um exemplo do que ocorreu e do que pode ocorrer com os vestígios do passado.

É indispensável dizer que a produção da história só é possível a partir dos documentos, contudo delimitar o que pode e o que não pode se constituir uma fonte para o historiador é uma imposição inaceitável, haja vista que as possibilidades de utilização das mais variadas fontes são infinitas. Não obstante, compreender que apesar de toda renovação iniciada no longínquo 1929 com os *Annales*, e mesmo com a obsolescência da “era” em que “o documento falava por si só”, entende-se que sua superação ainda está em fase de processamento, com o risco de ocorrer extremos, como aqueles que advogam a idéia de fazer história sem documentos, assemelhando-a a alguns campos da literatura.

Isso tudo é válido, mesmo que do passado apenas os vestígios permaneçam, às vezes fartos, outras vezes ínfimos, e só conseguem “reproduzir” representações de um dado passado, não sendo capazes de possibilitar a reconstituição exata, fiel e completa de um momento histórico. Mais explicitamente, a memória “que é transmitida por textos, objetos, pedras, edifícios e máquinas, embora dê a impressão de preservar o passado em sua totalidade, reproduz apenas parte do que foi vivenciado anteriormente”¹⁷. Esses Vestígios oferecem apenas elementos para que o historiador, através da análise e da problematização, elabore representações daquele passado, levando-se em conta, inclusive, os inevitáveis “vazios” ou “silêncios” do passado, aos quais ele procura “preencher” logicamente.

Não se deve também desprezar o fato de que o estudo e a “busca” do passado sofre influências das preocupações do presente. Como apontou Lilia Maritz Schwarcz, parafraseando Marc Bloch, “era no jogo entre a importância do presente para a

¹⁷ SANTOS, M. S. dos S., *Memória Coletiva e Teoria Social*, p. 19.

compreensão do passado e vice-versa que a partida era, de fato, jogada”¹⁸. Contudo, as preocupações *do presente* não devem ser confundidas com determinados interesses *no presente*, que muitas vezes justificam a produção de supostas histórias com a finalidade exclusiva de tecer possíveis explicações objetivando a legitimação de posições e comportamentos de determinados grupos sociais, inclusive com olhos voltados não só para o presente, mas também para o futuro.

Por falar em futuro, entende-se que não se deve esperar da história auxílio em relação ao porvir. É comum encontrar afirmações de que a História, com base no passado, pretende interpretar o presente e prever o futuro, como se fosse um profeta com o olhar voltado para trás. O historiador John Lewis Gaddis concorda que o estudo do passado não ajuda a prever o futuro, mas acredita que poderá contribuir de outra forma:

O estudo do passado não é um guia seguro para predizer o futuro. Porém, ele nos prepara para o futuro, expandindo nossa experiência, fazendo com que possamos aumentar nossas habilidades, nossa energia – e se tudo for bem, nossa sabedoria¹⁹.

Contudo, não se pretende dizer que o historiador seja taxativamente descompromissado com o presente. Tão pouco que ele possa escrever livremente o que bem entenda, como se estivesse construindo uma obra de ficção, mesmo que supostamente controlada, conforme propõem os *pós-modernos*. Mas sim que ele, em função dos métodos da História, é livre para representar, da forma que melhor lhe convier, a problematização do passado a partir dos vestígios que analisou, daquilo que as fontes falaram, demonstraram, silenciaram e ocultaram, buscando não construir uma verdade absoluta, posto que é inacessível, mas uma verdade relativa, com base na sua interpretação do passado.

Isso posto, será agora analisado, ainda que modo sucinto, como se deu o processo de construção da memória historiográfica nacional, tema do próximo capítulo.

¹⁸ SCHWARCZ, L. M., In: BLOCH, Marc., *Apologia da História...*, p. 07.

¹⁹ GADDIS, J. L., *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*, p. 26.

CAPÍTULO II

AS BASES DA MEMÓRIA NACIONAL

A chamada “historiografia tradicional” brasileira costuma conceber a chegada dos portugueses, ocorrida em 22 de abril de 1500, como o acontecimento que deu início à história do Brasil. Mesmo contrariando a dinâmica da sociedade europeia do final do século XV, no que diz respeito à estratégia política, marítima e comercial, sobretudo de portugueses e espanhóis, tornou-se lugar comum atestar que, em consequência de calmarias, correntes marítimas e da ação da “divina providência”, a esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral desviou-se de sua rota rumo a Calicute, na Índia, e casualmente “descobriu o Brasil”. Levando-se em conta a existência de uma numerosa população no território “descoberto”, pode-se afirmar que existem pelo menos duas premissas, bastante relacionadas entre si, que amparam essa narrativa: o eurocentrismo e o evolucionismo.

Representado dessa maneira por várias gerações de intelectuais e historiadores, esse acontecimento passou a ser transmitido nos lares, ensinado nas escolas e amplamente divulgado nos mais variados meios de comunicação. Fortemente arraigado na memória social brasileira, adquiriu estatuto de verdade. Mesmo que, atualmente, a tendência majoritária seja a de incluir o “Descobrimento” no vasto processo da expansão europeia do século XVI, ele ainda ocupa lugar de destaque nas narrativas sobre a gênese do país¹. Não raro lhe é atribuída a insígnia de “mito fundador” da nação, tendo como principal fundamento a Carta de Pero Vaz de Caminha, documento que foi monumentalizado e transformado em “certidão de nascimento” do país².

¹ Ver a respeito, entre outros, WEHLING, A. e WEHLING, M. J., *Formação do Brasil Colonial*, p. 19.

² Expressão diz respeito à noção de “Documento/monumento” elaborada por Jacques Le Goff. *História e Memória*, p. 535-549.

No que consiste aos mitos fundadores do território brasileiro, Demetrio Magnoli aponta um outro, a idéia da Ilha-Brasil, sistematizada por Jaime Cortesão. Segundo Magnoli, a partir da análise da cartografia colonial sobre o Brasil, Jaime Cortesão identificou a lenda de uma entidade territorial delimitada por dois grandes rios que nasceriam de um gigantesco lago unificador, que cumpriu a função mítica de lugar de origem. Os dois grandes rios que, correndo para o mar em direções diferentes, contornavam uma vasta porção de terras e se encontravam depois de descrever arcos convergentes, formando uma grande ilha. No início da construção lendária esses rios eram o São Francisco e o Tocantins, com a expansão territorial a lenda foi adaptada e passou a integrá-la, também, o rio Madeira, que seria o formador do Amazonas e do Paraguai³.

Esse mito foi utilizado pela Coroa Portuguesa na medida que forneceu uma idéia de unidade territorial da América portuguesa, desenhada pela própria natureza a tornava, dessa forma, superior ao Tratado de Tordesilhas, cujas linhas demarcatórias eram completamente artificiais. Além disso, as fronteiras naturais da terra descoberta contrariavam, na sua realidade e na sua concretude, as linhas imaginárias do Tordesilhas. “As fronteiras desenhadas pelo homem deveriam se identificar ao abraço divino dos grandes rios”. Jaime Cortesão constatou que a noção de Ilha-Brasil serviu aos portugueses, principalmente, ao contribuir para o imaginário de um Brasil que, mais que resultado de um processo de conquista através de várias lutas, reais, simbólicas e políticas, era na verdade uma emanção da natureza. Explicitamente:

A força da noção da Ilha-Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral. No lugar dos tratados entre as coroas - e, em particular, do acerto de Tordesilhas -, ela invocava uma verdade prévia, anterior à história. Por essa via, introduzia-se a lógica da descoberta: a descoberta de uma terra pré-existente, de um lugar de contornos definidos, de uma entidade indivisível. O Brasil erguia-se como realidade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses. Ao invés de conquista e exploração colonial, dádiva e destino. Nas palavras do padre Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia de Jesus, o Amazonas e o Prata eram “duas chaves de prata que fecham a terra do Brasil” ou “dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela”⁴.

³ MAGNOLI, D., *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*, p. 46.

⁴ MAGNOLI, D., *O corpo da pátria...*, p. 47.

Além do mito da Ilha-Brasil, o mito de uma língua geral para o território também foi construído. Nesta operação, os jesuítas atribuíram um caráter geral a uma língua que era apenas dos indígenas. Interessados em uma língua com a qual pudessem se comunicar e evangelizar os indígenas de variados grupos culturais e lingüísticos, os jesuítas acabam se apropriado dela tornando concreta a presença dessa língua, e passam a utilizá-la e ensina-la em sociedades de troncos lingüísticos diversos, tornando-se dessa forma, uma suposta língua geral. “Ou seja: quando o tupi antigo é pela primeira vez, designado língua geral, ele não é geral. Quando se torna geral, não é mais uma língua ameríndia, mas essencialmente o idioma da conversão”⁵.

A catequese Jesuítica utilizou o Tupi e disseminou o mito da existência de uma única língua no território ocupado. Dessa forma, a idéia de utilizar a língua cultural nativa transferiu ao atual território brasileiro uma suposta unidade anterior aos portugueses. Passou a constituir outra idéia que colabora fundamentalmente com a legitimação da imanência, “estendendo-a” para o passado.

Contudo, se por um lado, no universo da historiografia nacional das últimas décadas, a tese da não intencionalidade do descobrimento tenha sido praticamente abandonada, por outro, a idéia de fundação do país, em 22 de abril de 1500, permanece inalterada, incluindo o fato dos portugueses terem tomado posse de uma terra desabitada. Não seria demais afirmar que o ideário que balizou as comemorações em torno dos “500 anos do descobrimento” é exemplo disso. Por exemplos como esse, comuns por sinal, nota-se quão profundamente a idéia de descobrimento foi absorvida.

Não obstante, mesmo que possa se constituir uma obviedade, é bom lembrar que a descoberta de um território só é possível se o mesmo ainda não é habitado. Como não era esse o caso do atual território brasileiro, é possível afirmar que a construção da idéia do descobrimento, sua “transsubstanciação” em fato histórico referente à gênese do país, bem como sua propagação até os dias atuais, só foram possíveis em razão de terem sido formuladas a partir do olhar do conquistador europeu. Conforme o historiador Fernando Novais, falar em descobrimento do Brasil, assim como em descobrimento da América, é incorrer na visão do vencedor, é um eurocentrismo evidente⁶.

⁵ MAGNOLI, D., *O corpo da pátria*, p. 55.

⁶ NOVAIS, F., *A invenção do Brasil*. In: *Teoria de Debate n° 44*, p. 44.

Outro pressuposto importante na formulação do discurso legitimador do descobrimento foi o não reconhecimento da humanidade dos primitivos habitantes do Brasil e da América. Não conceber como homens os “seres encontrados” foi fundamental para justificar e legitimar a definição de que se tratava de local vazio e selvagem, “sem lei e sem rei”, passível, portanto, dos influxos da “civilização”, o que, sob a ótica do homem europeu do século XVI, significava explorar economicamente a terra e cristianizar a população nativa. Nesse mister, os portugueses já haviam adquirido experiência nas ilhas de Açores, Madeira, Cabo Verde e São Tomé, durante o século XV. Daí a propriedade da afirmativa de que, na prática, “descobrir” significou principalmente “tomar posse”.

A questão é que, depois da chegada do homem europeu nas terras que hoje constituem o continente americano e a ocorrência do encontro com os que aqui viviam, muitas coisas mudaram para ambos. Um duplo descobrimento que modificou para sempre a vida de dois grupamentos humanos. O professor Francisco Maria Pires Teixeira especula as circunstâncias desse instante da seguinte maneira:

Quem viu primeiro quem? [...] E quem ficou mais espantado: os que estranharam os visitantes todos vestidos e suando ao sol tropical, ou os que se constrangeram com a nudez espontânea e colorida dos nativos da terra? Indagação curiosa, mas de resposta incerta. Do nosso descobrimento, infelizmente, só temos a versão dos descobridores⁷.

Uma especulação como essa aponta no sentido da superação da visão unilateral da “história oficial”, mesmo que no final da sua explanação Francisco Maria Pires Teixeira, de certa forma, a resgate. O certo é que naquele dia em que homens distanciados no tempo e no espaço se depararam, para o europeu houve acréscimos, para os *indígenas*, diminuições. Para os nativos, esse “encontro” - termo que Manuela Carneiro da Cunha definiu como um “*eufemismo envergonhado*”⁸ - significou o quase extermínio, pois, de uma população na casa dos milhões em 1500, no território brasileiro, foi reduzida aos poucos 200 mil atuais⁹, concretizando-se no quase extermínio. Para os “descobridores”, entretanto, o Novo Mundo significou conquista, materializada numa extraordinária expansão territorial e na possibilidade concreta de acúmulo de inúmeras riquezas.

⁷ TEIXEIRA, F. M. P., *História Concisa do Brasil*, p. 23.

⁸ CUNHA, M. C. da, *História dos Índios no Brasil*, p. 12.

⁹ CUNHA, M. C. da., *História dos Índios no Brasil*, p. 12.

As sociedades “encontradas” possuíam modos próprios de viver e de sobreviver, culturas, crenças e imaginários relacionados à sua gênese, alegrias, tristezas e temores, assim como possuíam um desenvolvido conjunto de representações e práticas religiosas e políticas. Ou seja, possuíam uma complexa sociedade capaz de, ao seu modo e dentro dos seus padrões de carência, satisfação e abundância, gerir os mecanismos que possibilitavam a satisfação das suas necessidades, na mesma proporção que os europeus também tinham a sua. No entanto, como eram diferentes, os europeus passaram a questionar se aquelas “criaturas” eram homens e descendentes de Adão como eles! Apesar (ou talvez, em função) do humanismo e do racionalismo renascentista, a problemática se instalou. Sobre esse momento de perturbação, inconstância e instabilidade, Leyla Perrone-Moisés apresenta a seguinte observação:

A descoberta dessa humanidade, que não conhecia a fé cristã e, pior, parecia muito bem sem a conhecer, perturbou muito os europeus. Já não era pouca coisa verificar que eles existiam, contrariando Santo Agostinho, que negara terminantemente a existência de seres humanos do outro lado da terra [...]; era preciso decidir se, perante Deus, eles eram homens como os outros¹⁰.

Na procura por respostas para pôr termo àquelas incertezas, os europeus buscaram explicações sobre a origem dos naturais da América. Muitas teorias então foram elaboradas. Leyla Perrone-Moisés descreve algumas dessas explicações. Em 1520, o médico Paracelso entendia que, além de não descenderem de Adão, os índios constituíam uma outra humanidade, uma classe de criaturas semelhantes ao homem, exceto na alma, assim como os gigantes, as ninfas, os gnomos, os pigmeus. Em 1540, um certo doutor Roldan defendia a tese de que eram hebreus descendentes das dez tribos de Israel, levados para a Assíria por terem adorado outros deuses. Johannes Reuchilin e Huldricus Zuinguis elaboraram uma explicação a partir da existência de dois Adãos: um seria antepassado dos europeus e outro dos indígenas. Já Gerolando Cardano sugeriu duas formas de gerações, *ex semine* e *ex putredine*, tendo o índio surgido a partir da última, que seria uma geração desenvolvida, espontaneamente, a partir da putrefação por força do calor, da mesma forma que as minhocas e os cogumelos. No fim do século XVI, Giordano Bruno acreditava que a origem dos indígenas se deu a partir da ligação da terra com o sol¹¹.

¹⁰ PERRONE-MOISÉS, L., *Vinte Luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil - 1503-1505*, p. 62.

¹¹ PERRONE-MOISÉS, L., *Vinte Luas...*, p. 62-63.

Apesar de todas essas representações, o Papa Paulo III, numa bula de 1537, reconheceu os índios como homens criados à imagem de Deus e, portanto, dignos e merecedores da catequização e do respeito a seus direitos. No entanto, a prática de salvação de suas almas assumiu conotação peculiar:

Ao longo de todo o século XVI, os espanhóis achavam que a salvação dos índios devia fazer-se em duas etapas: primeiro os bárbaros deviam tornar-se humanos, para depois se tornarem cristãos. No 1º Concílio de México, em 1555, decidiu-se que era preciso “trabalhar para torná-los homens”, e até mesmo obrigá-los a serem humanos, antes de os batizar¹².

Teorias, polêmicas e bulas à parte, em síntese, mesmo que o europeu tenha internalizado a idéia de que os indígenas seriam mesmo criaturas humanas, descendentes de Adão, dignos de catequese e de tornarem-se cristãos, nunca aceitaram uma condição de igualdade - índios seriam sempre íferos. Nessa condição de inferioridade, foi transformado no “outro”, e suas terras convertidas em “território ermo”. Dessa forma, com a aquiescência da Igreja Católica, os ibéricos autoproclamaram-se descobridores destas vastas terras e, por isso mesmo, passaram à condição de legítimos e únicos proprietários, conferindo aos gentios, conforme sintetizou Manuela Carneiro da Cunha, “uma entrada de serviço – no grande curso da História”¹³. Neste, tocante vale lembrar as palavras de Carlos Alberto Vesentini, para quem o fato só é fato em função da idéia; ele é a realização da idéia apropriada por quem venceu¹⁴.

Elevado à condição de país independente, a partir de 1822 o Brasil começou a adquirir as formas concretas de um Estado Nacional. Contudo, a obtenção da autonomia política não representou a completa ruptura com um projeto de sociedade gestado no período colonial, o que ficou demonstrado com a manutenção do regime monárquico e da escravidão.

De todo modo, foi no processo de construção e consolidação do Estado Nacional que as elites dirigentes, sob a liderança do próprio Imperador, viram-se diante da necessidade de pensar sistematicamente uma história do Brasil que fosse capaz delinear um perfil para a nação brasileira e, simultaneamente, garantir uma identidade própria no

¹² PERRONE-MOISÉS, L., *Vinte Luas...*, p. 63.

¹³ CUNHA, M. C. da, *História dos Índios no Brasil*, p. 09.

¹⁴ VESENTINI, C. A., *A teia do fato*, p. 177.

conjunto mais amplo das nações, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX¹⁵.

A primeira ação no sentido de viabilizar esse projeto concretizou-se com a fundação, em fevereiro de 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), entidade que se constituiu no único centro diretamente voltado aos estudos históricos em atividade no Brasil até meados da década de 1930. Composto inicialmente por 27 membros fundadores, 22 dos quais ocupando posição de destaque na hierarquia interna do Estado, e contando com o apoio financeiro direto do Imperador, ele próprio um assíduo frequentador das reuniões, o IHGB foi elaborado nos moldes das academias ilustradas européias com o objetivo de “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”¹⁶. Em suma, com a criação do IHGB, desejava-se fundar uma historiografia nacional que, a exemplo dos demais modelos europeus da época, conduzisse a exaltação de fatos e personagens responsáveis pela construção do passado do país. Isso em virtude, segundo Lilia Moritz Schwarcz:

Fazer história da pátria era antes de tudo um exercício de exaltação. Essa lógica comemorativa do instituto se efetivou não só mediante os textos produzidos e publicados na revista, como por uma prática efetiva de produção de monumentos, medalhas, hinos, lemas, símbolos e uniformes próprios ao estabelecimento. Lembrar para comemorar, documentar para bem festejar¹⁷.

A primeira manifestação, no sentido de tentar elaborar o passado nacional, teve início em 1840, quando o IHGB estabeleceu um prêmio para quem apresentasse o melhor plano para a escrita da história do Brasil. Desta contenda, resultou premiada a monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, do botânico alemão Karl Philipp Von Martius, publicada na *Revista do Instituto* em 1845. Nas suas próprias palavras:

¹⁵ Ver a respeito, DIEHL, A. A., *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*, e RICUPERO, B., *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1930-1870)*.

¹⁶ SCHWARZ, L. M., *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930*, p. 99. Segundo a autora, os membros fundadores do Instituto, escolhidos entre os mais “ilustres cavalheiros da sociedade local”, tinham no Estado o elemento de coesão. Seu primeiro presidente, José Feliciano Pinheiro, por exemplo, acumulava os cargos de conselheiro e senador. Por outro lado, 75% do orçamento da instituição provinha do Estado Monárquico. A soma disso fazia com que o Instituto formasse um conjunto que se assemelhava a uma sociedade de corte. Cf. SCHWARZ, L. M., *O Espetáculo das Raças...* p. 111.

¹⁷ SCHWARZ, L. M., *O Espetáculo das Raças...*, p. 104.

Qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorrerão para o desenvolvimento do homem.

São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular¹⁸.

Para Von Martius, portanto, para se escrever a história do Brasil era necessário, em primeiro lugar, atentar para a sua formação étnica, levando-se em consideração a contribuição do branco, do índio e do negro para a formação da população brasileira. Sua proposta ancorava-se na idéia de que a identidade brasileira deveria ser buscada naquilo que mais singularizava o país frente a outras nações: a mescla das raças. Contudo, o seu pensamento não se limitou à formação da população, mas também do território brasileiro. Von Martius o concebeu como uma entidade pré-existente à chegada dos portugueses, uma espécie de imanência. Explicitamente, em Von Martius, “a territorialização da colônia é entendida como um dado que precede a formação do país”¹⁹. Assim, construiu a idéia segundo a qual os portugueses conquistaram uma terra a eles reservada, ocuparam o que já lhes pertencia. Simbolicamente, o Atlântico os trouxe para povoar o Brasil.

Outro intelectual que contribuiu na tarefa de dar forma e conteúdo a esse projeto de nação brasileira foi o historiador Francisco Adolfo Varnhagen. Em sua clássica obra *História Geral do Brasil*, louvou a ação dos portugueses por terem dado organização à colônia, sobretudo no tocante à integração territorial²⁰. Varnhagen conseguiu responder aos anseios da elite brasileira, apresentando uma história para o país fundamentada na justiça da conquista do branco. Com o êxito da sua “missão civilizatória”, restaria aos negros e índios incorporar-se à nova sociedade. Conforme Astor Antonio Diehl:

Para Varnhagem, a opção pela nação branca européia surgia como natural, fruto de um processo histórico de confrontação, não como a resultante simples de um ato de vontade arbitrário. A vitória final do branco não era um ato histórico casuístico, mas representava a concepção concretizada de uma forma superior de civilização, ao mesmo tempo em que indicava o caminho a ser seguido pela nova nação. Nessa ótica, a civilização européia era superior porque trazia a lei, a ordem, a religião e a autoridade – elementos básicos para a constituição de uma nação. Uma vez consumada a vitória do branco, só restava ao índio e ao negro

¹⁸ VON MARTIUS, K. F. P., *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*, p. 87.

¹⁹ ABUD, K. M., *A Construção das Fronteiras Brasileiras...*, p. 380

²⁰ ABUD, K. M., *A Construção das Fronteiras Brasileiras...*, p. 380

integrarem-se ao projeto da nação pela única porta que se lhes deixava aberta: a assimilação racial e cultural²¹.

Dessa forma, para elidir os conflitos, Varnhagem apontou a assimilação como solução; por meio dela se poderia obliterar o negro e absorver o índio. Ironicamente, utilizou a descrição de conflitos para celebrar a essa suposta harmonia. Conforme apontou Kátia Maria Abud, encontram-se no centro de sua formulação as batalhas travadas para a expulsão de “estrangeiros” do Brasil. Neste sentido, as ações contra franceses e holandeses têm relevante destaque em sua obra, uma vez que a expulsão dos holandeses de Pernambuco constituiu-se um marco da história, pois, nesse momento, pela primeira vez, se reconheceu o povo brasileiro, formado pelas três raças: a branca, representada pelo português, a negra e a indígena, que se uniram para combater e expulsar do território brasileiro um estranho que dele tentava se apossar²².

A rigor, o projeto concebido pelos intelectuais aglutinados em torno do IHGB teve, de um lado, que dar conta da gênese da nação brasileira e, de outro, inseri-la na tradição iluminista de civilização e progresso européia. Noutros termos, foi necessário enfrentar o “desafio” de viabilizar um projeto nacional que atendesse às expectativas de uma elite dirigente branca de origem européia, católica e monarquista, numa sociedade estruturada no escravismo e que, além disso, contava com um numeroso contingente populacional de “indígenas” e mestiços.

Para tanto, os letrados do IHGB e as elites dirigentes brasileiras iniciam por definir, em detrimento da antiga metrópole, as repúblicas latino-americanas como o “outro” em relação ao Brasil no plano externo. Retomando Astor Antonio Diehl:

Foi no próprio movimento de definição da nação brasileira que se começou a definir o *outro* em relação ao Brasil, movimento compreendido como dupla face, tanto para interior como para exterior; como se articulavam as duas faces e quem era definido como *o outro* desta nação, tanto externa como internamente, cuja característica guardava um grau de parentesco nas relações entre Brasil e a antiga metrópole [...], ao configurar a totalidade - Estado, monarquia e nação - para a discussão do problema nacional brasileiro, define-se, externamente, o outro dessa nação, tomando como critério para as diferenças as formas de organização do Estado; definem-se como grandes inimigos potenciais externos do Brasil as repúblicas latino-americanas, corporificadas na forma republicana de governo, ao

²¹ DIEHL, A. A., *A Cultura Historiográfica Brasileira...*, p. 48.

²² ABUD, K. M., *A Construção das Fronteiras Brasileiras...*, p. 381.

mesmo tempo sendo sinônimo de barbárie e desorganização. Assegurava-se, assim, a possibilidade de continuidade com Portugal²³.

Internamente, por sua vez, o lugar do “outro” foi reservado aos não “brancos”. Para essa historiografia, índios e negros deveriam ser excluídos do seu projeto de nação por não serem portadores da noção de civilização. Neste caso, o conceito de nação ficou restrito aos brancos, sem ter aquela abrangência que o conceito se propunha no espaço europeu. Assim, construída no campo limitado de letrados, a nação brasileira foi concebida com forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do outro, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico de sua construção. Foi com essa problemática que o IHGB se legitimou como importante instituição na tarefa de sistematizar uma cultura historiográfica capaz de construir uma definição para a nação brasileira²⁴.

Os intelectuais do IHGB procuraram fornecer ao Brasil uma imagem de integração entre o passado e o presente, apontando para a ocorrência, conforme já foi indicado, de uma ruptura com continuidade. Ou seja, uma história linear, que concebia o país como um contínuo do período colonial, orientada para o consenso de maneira que permitisse um suporte para uma identidade nacional fundamentada na conciliação. Só uma população integrada e harmônica garantiria a grandeza do país.

Portanto, o ponto chave para se entender como se fez e, em certa medida, continua a ser feita a história do Brasil, chama-se conciliação. Apesar de não terem faltado pelourinhos, quilombos, motins, revoltas, repressões sangrentas, fuzilamentos, enforcamentos, esquartejamentos e guerras, prevaleceu na história a versão harmônica das elites. Nessa medida, pode-se afirmar que a memória dos grupos dirigentes do Brasil transformou-se na própria história da nação.

Tudo isso contribuiu para que a história do Brasil tenha se constituído, conforme observou Vavy Pacheco Borges, em uma história conservadora, do branco vencedor em sua democracia racial. Sua evolução é mostrada sem contradições, incruenta, quase sem derramamento de sangue, seja na conquista do território nacional, seja na escravidão, na conquista da independência e posterior organização do país

²³ DIEHL, A. A., *A Cultura Historiográfica Brasileira...*, p. 25-26.

²⁴ DIEHL, A. A., *A Cultura Historiográfica Brasileira...*, p. 26.

durante o período da Regência, etc. A sociedade brasileira, por sua vez, aparece como um todo equilibrado, em que o “povo” surge de forma imprecisa e esporádica²⁵.

Grosso modo, foram essas as premissas que orientaram a elaboração da memória nacional e influenciaram, decididamente, na construção da historiografia memorialística sul-mato-grossense.

²⁵ BORGES, V. P., *O que é História*, p. 72.

PARTE II

A CRIAÇÃO DO ESTADO E A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA

A história de um grupo é a memória coletiva e cumpre a respeito dele a mesma função que a memória pessoal num indivíduo: a de dar-lhe um sentido de identidade que o faz ser ele mesmo e não outro. Daí a sua importância. Porém convém compreender qual é a natureza da memória. As nossas recordações não são os restos descoloridos de uma imagem fotográfica que reproduz fielmente a realidade, mas sim uma construção que fazemos a partir de fragmentos de conhecimento que já eram, na sua origem, interpretações da realidade e que, ao voltarmos a reuni-los, reinterpretemo-lo à luz de novos pontos de vista.

Josef Fontana. *História: análise do passado e projeto social.*

CAPÍTULO I

A CRIAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

No seu estudo sobre o que chamou de *prática da cidadania* durante a proclamação e nos primeiros anos da República no Brasil, José Murilo de Carvalho trouxe à memória uma frase que se tornou famosa, na qual Aristides Lobo, um importante propagandista da República, manifestou seu desapontamento com a forma pela qual o novo regime foi estabelecido no país. Para Aristides Lobo, “*o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar*”¹.

José Murilo de Carvalho lembrou que, em relação a essa percepção, Aristides Lobo não estava só. Podia apontar diversas outras citações neste sentido, mas escolheu uma revelada pelo biólogo francês Louis Couty, há muito residente no Brasil, que concluiu poder resumir a situação sociopolítica da população em uma frase: “*O Brasil não tem povo*”².

Independente do lugar social dos autores e da realidade que possa ter servido de referência para a formulação analítica presente nas duas frases, interessará aqui que elas acusam, de um lado, a apatia da população perante aquele fato político e, de outro, o caráter elitista da *res publica* brasileira que, ao que parece, nasceu um tanto desprovida do espírito outrora incorporado na sua terminologia.

Não se deseja discutir questões relativas a este momento da história do Brasil, mas utilizar o *cenário* montado por José Murilo de Carvalho para, em outro *espetáculo*,

¹ CARVALHO, J. M., *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*, p. 09.

² CARVALHO, J. M., *Os Bestializados...*, p. 10.

fazer a seguinte indagação hipotética: o que diriam estes dois senhores se tivessem tido a oportunidade de acompanhar o processo de divisão de Mato Grosso e estivessem no Palácio do Planalto, em Brasília, no dia 11 de outubro de 1977, assistindo ao ato oficial de criação do Estado de Mato Grosso do Sul?

É claro que no universo das suposições nada pode ter caráter afirmativo, mas, observadas as circunstâncias que levaram a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, com as devidas adaptações é possível que talvez... repetissem as mesmas frases.



Cerimônia de sanção da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977.
Fonte: *Jornal Correio do Estado*, 07 fev. 2004. Edição Especial, p. 09.

Pelo menos de uma coisa se pode ter certeza: se lá estivessem, e ainda que na condição de idosos, certamente não iriam necessitar de acentos, pois, conforme um dos presentes, o jornalista J. Barbosa Rodrigues, a cerimônia foi breve, contando com 13 minutos de duração, tempo pelo qual usaram da palavra apenas o Ministro do Interior e o Presidente da República, apesar da significativa presença de políticos e membros da elite mato-grossense, em especial da porção sul, que se deslocaram em aviões fretados para a Capital Federal exclusivamente para participar do ato³.

O quadro montado nessa cerimônia reproduz, quase integralmente e, ao que tudo indica, de forma involuntária, uma representação de todo o processo de divisão de Mato Grosso e criação de Mato Grosso do Sul. As falas, as presenças e as ausências foram

³ RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 20.

diretamente proporcionais ao papel desempenhado por cada grupo social na “vida real”, ou seja, o governo determinou, a elite apoiou e a população assistiu a tudo “bestializada”.

No cômputo geral, a divisão de Mato Grosso obedeceu à lógica da política brasileira sob controle dos militares, inaugurada com o golpe civil-militar de 1964. Decidida pelo alto escalão do governo do General-Presidente Ernesto Geisel, através da aprovação da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, por um Congresso Nacional sob controle do executivo, a divisão foi motivada, segundo concluiu Mariza Bittar, por razões de ordem geopolítica e interesses políticos mais imediatos⁴.

Esse ucasse deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos, na mesma medida que atônitos, pois, mesmo constituindo uma antiga aspiração de grande parte das elites políticas alocadas na porção meridional de Mato Grosso, há muito tempo a questão estava entregue ao mais completo esquecimento. Era esporadicamente citada na imprensa local ou esporadicamente lembrada nas tribunas dos parlamentos federal e estadual, porém, sem maiores conseqüências. Diga-se de passagem, até a divulgação das pretensões governamentais em criar uma nova unidade da federação, não havia em nenhum segmento da sociedade “sul-mato-grossense”, sinais de mobilização em torno dessa idéia.

Até mesmo a Liga Divisionista, entidade criada em 1932 com o objetivo de organizar e dirigir a “luta” pela divisão, encontrava-se completamente desativada. De existência intermitente e com estratégia limitada a “pressões de gabinetes”, a Liga não apresentava sinais vitais pelo menos desde 1961, quando suas esperanças foram reanimadas com a eleição do mato-grossense Jânio Quadros para Presidente da República. No entanto, logo no início do mandato, Jânio anunciou que não apoiaria qualquer proposta de divisão de Mato Grosso, inviabilizando, na prática, qualquer pretensão neste sentido.

Contudo, em meados do primeiro semestre de 1977, ao tomarem ciência da possibilidade concreta da divisão, sobretudo após o anúncio oficial proferido pelo então Ministro do Interior, Rangel Reis, setores da elite do sul de Mato Grosso procuraram, de imediato, intervir no processo em defesa daquilo que entendiam ser seus interesses. Nesse sentido, o grupo mais bem articulado e próximo aos meandros do poder federal era aquele liderado pelo influente pecuarista Paulo Coelho Machado.

⁴ BITTAR, M., *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande à capital*, p. 126.

Tido como o representante mais ilustrado dos proprietários rurais da região⁵, em sua atividade política, Paulo Coelho Machado ocupou o cargo de Secretário do Governo José Fragelli (1971 a 1975), foi vereador em Campo Grande em duas legislaturas e Chefe da Casa Civil do efêmero Governo de Harry Amorim da Costa (janeiro a junho de 1979). No processo de divisão e criação do novo estado, atuou, segundo suas próprias palavras, especialmente nos “bastidores do poder”⁶. Uma de suas ações foi articular a retirada, às pressas, da antiga Liga Divisionista da *hibernação*, a qual foi reativada em 25 de março de 1977, numa assembléia restrita a convidados⁷. Ao que parece, o objetivo da reativação era, principalmente, proporcionar à Liga um papel de protagonista no processo de divisão perante a população.

Com trânsito no governo federal, Paulo Coelho Machado participou, ao lado de Kerman Machado, Cândido de Castro Rondon e José Fontanillas Fragelli, de uma Comissão Especial, que, durante três meses e em caráter absolutamente sigiloso, encarregou-se de colher informações sócioeconômicas sobre o Estado de Mato Grosso e fornecê-las à Superintendência do Desenvolvimento do Centro Oeste (SUDECO), a fim de subsidiar o projeto de divisão. A esse respeito, Mariza Bittar comenta:

É evidente que todo esse “sigilo” só foi possível naquelas circunstâncias do regime militar em que a liberdade de expressão e organização estava impedida. É importante perceber, inclusive, que a divisão oriunda desse contexto, isto é, prescindindo da participação popular, completou a trajetória do “movimento divisionista” como demanda que esteve sempre vinculada às elites políticas e econômicas do sul de Mato Grosso. Exceto por ocasião da coleta das 20 mil assinaturas levadas à Constituinte em 1934, o “movimento” nunca teve feição popular⁸.

Em entrevista publicada na edição de maio de 1984, da *Revista Executivo Plus*, Paulo Coelho Machado não deixa muito claro as razões para o absoluto sigilo. Supõe-se que um dos objetivos era evitar possíveis atos de oposição à divisão, principalmente por parte de políticos ligados à porção norte. Pois, na mesma entrevista, reconhece que o então

⁵ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído(1892-1997)*, p. 151.

⁶ MACHADO, P. C., Os bastidores da divisão II, *Executivo Plus*, maio 1984, p. 06.

⁷ Trechos da ata da assembléia de reativação da Liga Divisionista, transcrita por Hidélbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, In: _____ *História de Mato Grosso do Sul*, p. 154.

⁸ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído...*, p. 230.

Governador de Mato Grosso, Garcia Neto, após ser informado do processo de divisão, teria se colocado em posição contrária, não colaborando com os trabalhos da Comissão⁹.

Porém, é possível presumir que a sua natureza sigilosa não se restringiu a evitar supostas oposições, mas também evitar a concorrência com outros grupos favoráveis à divisão. O não compartilhamento de informações os colocava em posição superior em relação a outros “sulistas”, pois, se por um lado, as informações privilegiadas concediam uma certa exclusividade no processo, por outro, possibilitavam uma posição mais vantajosa no momento de definir a ocupação dos cargos na estrutura organizacional do futuro estado, o que afinal foi conseguido, ao menos em parte. Restou ao líder, Paulo Coelho Machado, a Secretaria da Casa Civil do novo governo.

A forma pela qual a referida Comissão foi constituída e as condições de seu funcionamento, somado à maneira pela qual as informações colhidas foram utilizadas, constituem elementos que permitem a formulação de uma análise que, extrapolando a própria Comissão, estende-se ao processo de divisão e ao governo que o patrocinou. Ou seja, sua dinâmica ajuda a visualizar, entre outras coisas, a forma pela qual o poder era exercido naquele momento, a lógica governamental de elaboração e implementação de suas políticas e a pouca afeição dos governos, sobretudo os controlados pela lógica e doutrina militar, com a possibilidade de ampliação de determinados debates, mesmo que articulados com aliados.

Além disso, as características do funcionamento e dos objetivos da Comissão permitem constatar a presença da eterna “dificuldade” das elites brasileiras (em grau relativo, também de outros setores menos abastados e poderosos) de distinguir os limites entre o que é público e o que é privado, dificuldade constatada e estudada por Raimundo Faoro em seu célebre *Os Donos do Poder*¹⁰.

Neste sentido, o próprio Paulo Coelho Machado reconhece que para desenvolver o trabalho da Comissão, teve de utilizar alguns expedientes arditos, sobretudo em virtude da posição contrária do governador Garcia Neto. Conforme relatou: “Para conseguir as respostas eu inventava que iria fazer uma palestra em São Paulo, e conseguia dados através dos secretários e delegados fazendários”¹¹.

⁹ MACHADO, P. C., Os bastidores da divisão II, *Executivo Plus*, maio 1984, p. 06.

¹⁰ FAORO, R., *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*.

¹¹ MACHADO, P. C., Os bastidores da divisão II, *Executivo Plus*, maio 1984, p. 06.

Ao que parece essa prática política não cessou com a conclusão dos trabalhos da Comissão. Preocupado com a demora na consolidação do processo de criação do novo estado, somado à proximidade do término do mandato do Governo Ernesto Geisel, o que para ele constituía o *sepultamento* da divisão, Paulo Coelho Machado passou a articular, junto com vários auxiliares, algumas manobras identificadas como de natureza similar às praticadas na referida Comissão Especial. Foi através delas, segundo concluiu, que conseguiram fazer com que o processo finalmente caminhasse rumo ao desfecho por eles desejado. Nas suas próprias palavras:

Então começamos a fazer um trabalho subterrâneo para que saísse a divisão, montamos a estratégia. Provocamos os cuiabanos para que eles reagissem, pois eles não podiam nem ouvir falar no assunto. A criação de atritos entre os cuiabanos e nós (o Sul) era uma forma de acelerar o processo. E pegou. O padre Pombo fez uma procissão, o deputado Milton Figueiredo disse que se Geisel assinasse a divisão seria um crime de lesa-pátria; apedrejaram um time de futebol de Campo Grande (Operário). Tudo isso era publicado na Imprensa e nós mandávamos para Geisel, e dizíamos que não era possível continuar essa situação, e isso funcionou¹².

Partindo da hipótese de que o “estratagema” narrado por Paulo Coelho Machado realmente tenha funcionado e obtido pleno êxito, ou seja, conseguido enganar o General Ernesto Geisel e seus ministros, impulsionando o processo de criação de Mato Grosso do Sul, Mariza Bittar faz a seguinte análise:

A divisão concretizou-se, afinal, por meio de “*trabalho subterrâneo*”, de acertos *pele alto*, típico procedimento das classes dominantes brasileiras, verificado, aliás, desde o processo de independência, como bem analisou Caio Prado Júnior em *Evolução política do Brasil* chamando a atenção para o caráter de “*arranjo político*”, de “*manobras de bastidores*” que substituem os movimentos populares e a participação direta no processo político brasileiro, o que resultou no afastamento das massas populares na nova ordem política que toma o lugar da anterior¹³. (grifos do original).

Contudo, levando-se em consideração todas as variantes envolvidas neste processo, o que incluía o seu grau de complexidade, haja vista que não consistia apenas numa redivisão territorial, mas também, e talvez principalmente, na reformulação da estrutura de poder regionalizado de parte do Estado brasileiro, é pouco provável que as

¹² MACHADO, P. C., Os bastidores da divisão II, *Executivo Plus*, maio 1984, p. 06.

¹³ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído...*, p. 231.

supostas artimanhas praticadas por Paulo Coelho Machado e seus liderados, tivessem a importância que lhe foi atribuída. Um forte indício que indica neste sentido pode ser encontrado nas mensagens contidas nos discursos proferidos pelo ministro Rangel Reis e pelo Presidente Geisel, no ato de Sanção da Lei Complementar nº 31. Ao iniciar suas palavras, o ministro indica, com certa clareza, que era objetivo do Governo Geisel proporcionar ao país uma nova divisão territorial, entendida como mais compatível com o estágio de desenvolvimento econômico e social do Brasil. Em seguida, descreve as diretrizes e os passos concretizados do planejamento:

[...] Três foram as diretrizes fundamentais fixadas por Vossa Excelência para dar-se início de forma cuidadosa e progressiva ao processo de redivisão territorial do país. A primeira, a elaboração de legislação básica, dispondo sobre a criação de estados e territórios, medida consubstanciada na Lei Complementar nº 20, de 1º de julho de 1974. A segunda, corporificada no capítulo 2º da referida Lei, deu origem à fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, uma medida concretizada e em plena consolidação. A terceira foi a recomendação de Vossa Excelência no sentido de se proceder, aos necessários estudos, objetivando a divisão do Estado de Mato Grosso. [...].

Completa-se assim o ciclo das medidas recomendadas por Vossa Excelência para execução em seu governo no que se refere à redivisão territorial¹⁴.

O Presidente da República, por sua vez, limitou-se praticamente a reforçar as palavras do ministro, no que diz respeito aos objetivos do seu governo com aquele ato. Contudo, deixou transparecer a preocupação com questões de cunho político:

[...] Foi preocupação do meu governo abrir o caminho no sentido de uma melhor divisão territorial do País. Considero isso uma necessidade. Necessidade decorrente, em primeiro lugar, de uma disposição geográfica; decorrente também do desenvolvimento do País e sobretudo da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial. Mas decorrente igualmente de uma necessidade de ordem política, tendo em vista um melhor equilíbrio da Federação nos dias de amanhã. [...]¹⁵.

A análise dos trechos dos discursos permite visualizar que a decisão e o encaminhamento da política de redivisão territorial, dentro dela o processo de criação de Mato Grosso do Sul, foram orientados por um planejamento minuciosamente elaborado que previa, para obter seus objetivos, a travessia de algumas etapas. Primeiro se

¹⁴ REIS, M. R., In: RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 115.

¹⁵ GEISEL, E., In: RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 119.

providenciou adequações nos ordenamentos legais, depois se procedeu às efetivas mudanças na divisão territorial, que consistiu em dois atos inversos entre si, a fusão do Rio de Janeiro com o Estado da Guanabara e a divisão de Mato Grosso.

Dessa forma, há de se admitir que uma decisão tomada de “cima para baixo”, numa circunstância de restrição às liberdades, como as vividas no final da década de 1970, não seria pelas falas de políticos locais, procissões religiosas e atritos fraticidas de pequeno porte ocorridas em uma partida de futebol que teriam força o bastante para interferir de forma decisiva nas resoluções do alto comando do governo, sobretudo em questões previamente determinadas e planejadas. É possível que tenham provocado algum tipo de comentário nos meios oficiais, porém, sem nenhuma consequência prática.

Contudo, há de se reconhecer que esse processo ocasionou a ocorrência de um fenômeno em torno da figura de Paulo Coelho Machado. Sua liderança como pecuarista e político, reforçada com sua participação na criação do Estado, foi transferida para sua condição de escritor. Seus escritos, especialmente suas crônicas sobre a cidade de Campo Grande, extrapolaram os limites literários e foram transformados em referências capazes de descrever o passado tal qual ele havia efetivamente ocorrido, detentoras do estatuto da verdade. Nesta condição, passaram a ser utilizadas como fonte na escrita da história local. Explicitamente, a partir da criação de Mato Grosso do Sul, passou-se a praticar, em torno do seu nome, um verdadeiro culto.

Para Vera Tylde de Castro Pinto, advogada, jornalista, escritora e membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS), o legado de Paulo Coelho Machado passou a ser consulta obrigatória para quem se interessa por reconstituir e conhecer a Campo Grande do século XX¹⁶. A professora Maria da Glória Sá Rosa, por sua vez, exalta as seguintes qualidades do historiador Paulo Coelho Machado:

A fala pausada, a elegância nos gestos, a serenidade no olhar traduzem a segurança de quem muito viveu e soube penetrar com os sentidos alertas as entrelinhas de cada pequenino acontecimento, para analisá-lo à luz da razão. Em nenhum momento, deixa-se dominar pela emoção. Sabe tudo nos mínimos detalhes, num desafio de datas, nomes, eventos, como analista arguto de segredos, que a névoa das lembranças parecia ter sepultado¹⁷.

¹⁶ PINTO, V. T. C., Paulo Coelho Machado o biógrafo da cidade. In: *Personalidades*: coletânea de textos, p. 40.

¹⁷ ROSA, M. G. S., *Deus quer o homem sonha a cidade nasce...*, p. 229.

Outro destacado membro do IHGMS, Elpídeo Reis, ao prefaciar a obra *A Rua Velha*, utiliza a idéia de um determinismo glorioso, que seria imanente à cidade de Campo Grande, para traçar um discurso de exaltação a Paulo Coelho Machado:

[...] acho que nossa capital já nasceu com seu futuro traçado, planejado, abençoado por forças celestiais poderosas. Tudo em Campo Grande tem que ser diferente, maravilhoso. Tudo tem que dar certo. tudo tem que ser original e marcante. Às vezes, caso único.

Querem um exemplo? Qual a cidade do Brasil que tem um historiador descrevendo, de forma contínua e beneditina, rua por rua e até casa por casa, morador por morador, do passado que já se distancia no horizonte longínquo?

Tinha que ser Campo Grande e o historiador tinha mesmo que ser Paulo Coelho Machado, membro ilustre da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras e do Instituto Histórico de Mato Grosso do Sul, homem sereno, emocionalmente equilibrado, com visível amor às pesquisas dos dias que se foram.¹⁸

O influente dirigente do IHGMS, professor Hidelbrando Campestrini, por sua vez, enumera as características e as propriedades verossimilhantes dos escritos de Paulo Coelho Machado nos seguintes termos:

Paulo tem o faro da verdade histórica: persegue os indícios, recolhe as informações, estuda-os e ordena-os com uma seriedade e responsabilidade tais, que o que ele registra tem crédito; não omite circunstâncias, nomes ou datas; não camufla, não muda a cor; não lhe interessa a versão do fato, interessa-lhe o fato, exposto numa forma serena, completa, com a imparcialidade dos sábios, sem qualquer (graças a Deus!) formalismo acadêmico¹⁹.

Chama a atenção o *graças a Deus!* exclamado pelo professor Hidelbrando, em virtude da ausência de formalismo acadêmico nos escritos de Paulo Coelho Machado. Ao que parece, com esse manifesto, Campestrini, mesmo com multi-formação superior, amplo conhecimento da teoria e vasto exercício da prática acadêmica, não acredita na necessidade da observância de regras, preceitos e métodos, ou seja, rigor científico, na produção e escrita da história.

Cronista inveterado, Paulo Coelho Machado escreveu várias compilações, tendo como referência fatos e personagens relacionados às principais ruas da cidade de Campo Grande. Essas crônicas foram publicadas, inicialmente, pelo *Jornal da Cidade* e, depois, durante a década de 1980, através do jornal *Correio do Estado*²⁰. Durante os anos

¹⁸ REIS, E., In: MACHADO, P. C., *A Rua Velha*, p. 05.

¹⁹ CAMPESTRINI, H., *A Eterna Rua Velha*, In: MACHADO, P. C., *A Rua Velha*, p. 09.

²⁰ CAMPESTRINI, H., *A Eterna Rua Velha*, In: MACHADO, P. C., *A Rua Velha*, p. 08.

de 1990, foram reunidas e transformadas em livros, passando a constituir uma série denominada *Pelas Ruas da Cidade*²¹.

Para produção dessas crônicas, Paulo Coelho Machado utilizou depoimentos de pessoas do seu meio familiar e social, trabalhos de outros memorialistas e, aparentemente, alguma documentação, já que raramente faz indicações neste sentido. Bibliografia, por exemplo, só é apresentada em uma das obras, *A Rua Velha*, mesmo assim, composta por uma lista de depoentes e uma relação de obras de outros memorialistas, entre os quais Emílio Garcia Barbosa, José de Barros e Benedito Leite.

Dessa forma, é possível afirmar que, sem prejuízo para a qualidade literária das obras citadas, parece constituir um certo exagero atribuir estatuto de verdade aos escritos produzidos por Paulo Coelho Machado. Porém, conforme foi apontado, esta atribuição não foi construída em função das obras, mas em referência ao autor.

Assim como o grupo liderado por Paulo Coelho Machado, outros também procuraram intervir no processo de criação do novo estado. Apesar de pertencerem à mesma classe social, não formavam um todo homogêneo. Dessa forma, cada segmento lançou-se ao “jogo” à sua maneira, principalmente naquilo que diz respeito ao campo da barganha política, que no Brasil costuma ser praticada, comumente, na base da disputa pela ocupação de cargos públicos, sobretudo aqueles que possibilitam influenciar no direcionamento de obras e verbas públicas. Esse episódio da vida *política* sul-mato-grossense foi visualizado por J. Barbosa Rodrigues da seguinte forma:

Para Campo Grande foram enviados os representantes de uma firma encarregada da parte material para instalação do governo. Como milhões de cruzeiros haviam sido colocados à disposição dos encarregados desse trabalho, **diversas casas e vários prédios foram alugados em toda a cidade, mediante contratos considerados absurdos diante dos preços então vigentes na região.** Dezenas de veículos de luxo foram adquiridos para serviço dos membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário, deputados, repartições públicas, etc. Centenas de funcionários foram contratados, além de inúmeros serventuários e muitas dezenas de motoristas, todos com salários muito acima do se pagava na região. **O esperado “modelo” tão decantado era modelar em gastos astronômicos a que a população assistia estarecida.** O Estado Modelo, ao invés de começar

²¹ A série *Pelas Ruas da Cidade* foi constituída das seguintes obras: *A Rua Velha*, *A Rua Principal*, *A Rua Barão*, *A Rua Alegre* e *A Grande Avenida*. As três primeiras foram publicadas pela editora do Tribunal de Justiça do Estado. As duas últimas pela Fundação Municipal de Cultura Esporte e Laser com recursos disponibilizados pela Prefeitura de Campo Grande, durante a primeira gestão do prefeito André Puccinelli (1996-2000).

pequeno, com os pés no chão, dava os seus primeiros passos de forma nababesca²². (grifos inseridos)

O “estado modelo” a que se refere J. Barbosa Rodrigues diz respeito a uma suposta pretensão, anunciada pelo General Geisel, de tornar o processo de criação de Mato Grosso do Sul, assim como sua estrutura e o seu funcionamento, um novo padrão que passaria a servir de base para orientar as futuras redivisões territoriais e a dinâmica administrativa das outras unidades da federação. O professor Hidelbrando Campestrini acredita que esta pretensão foi integralmente alcançada. Segundo relata:

O governador nomeado coordenou todo o processo de organização e ordenamento do novo estado, dando-lhe uma estrutura leve, moderna, formada por oito secretarias abrangentes e diversas fundações, optando pela municipalização de recursos e tarefas. O desembargador Leão Neto do Carmo, de larga experiência no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, comandou a organização do Poder Judiciário do novo estado, dando-lhe avanços que as outras unidades da federação só conseguiram com a Constituição de 1988²³.

A sua afirmação quanto à leveza e a modernidade, que teriam caracterizado a estrutura da “máquina” do estado, é ainda complementada com a seguinte nota: “*Exatamente a modernidade, a transparência e a rapidez que o governo federal busca hoje*”²⁴. Porém, como o governo de Mato Grosso do Sul possui uma estrutura e um funcionamento análogo aos demais estados e convive com os mesmos problemas do restante do país, o que pode ser facilmente observado empiricamente, acredita-se que J. Barbosa Rodrigues foi mais feliz nas suas constatações a esse respeito:

Esperava-se que Mato Grosso do Sul se tornasse em “Estado Modelo”, para futuras redivisões territoriais... O que a população viu foram, porém, medidas decepcionantes. O “modelo” esperado foi apenas um “parto da montanha”. Todos os erros do passado foram transportados para Mato Grosso do Sul²⁵.

No que diz respeito às disputas por cargos destaca-se a contenda em torno de quem ocuparia o mais importante cargo do poder executivo estadual, o de governador, já que o mesmo não seria eleito pela população, mas nomeado pelo Presidente da República.

²² RODRIGUES, J. B., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 170.

²³ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 142.

²⁴ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, Nota nº 217, p. 177.

²⁵ RODRIGUES, J. B., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 170.

Por falta de um nome com um mínimo de consenso entre os prestigiosos sul-mato-grossenses que figuravam no círculo da confiança do Governo Federal, o General Ernesto Geisel acabou optando por alguém que não tivesse ligações políticas locais. Assim, nomeou o engenheiro gaúcho Harry Amorim Costa. Pode-se afirmar que essa nomeação significou um verdadeiro disparate, engolido a seco pelos “sulistas” em razão da situação de subserviência ao Governo Federal. Mais uma vez é possível utilizar o olhar do jornalista Barbosa Rodrigues para ilustrar a situação vivida na formação do Estado:

Ao mesmo tempo que isso tudo acontecia em Campo Grande, em Brasília ocorria uma **“luta terrível de foice no escuro”**. Eram os políticos, as velhas raposas, procurando levar vantagem nas suas pretensões junto ao governo federal. De um lado, o senador Pedro Pedrossian e seus companheiros políticos procurando empalmar a chefia do executivo estadual. De outro, os seus adversários, representados por outros senadores e deputados federais, tais como Antônio Mendes Canale, Rachid Saldanha Derzi, Levy Dias e outros a combaterem a sua indicação. Pedrossian contava com forte apoio no seio do governo federal e tudo indicava como certa a sua indicação para o cargo de governador, [...]. **Todas as armas possíveis foram usadas, surgindo na imprensa nacional sérias acusações contra o principal postulante.**

Não encontrando consenso entre as facções políticas em luta, dentro do mesmo partido, a ARENA, o governo federal procurou um nome estranho à luta e que poucas ligações tinha com a nascente unidade federativa. **Já que os políticos não se entendiam**, a solução era a escolha de um técnico, sem atuação política expressiva²⁶. (grifos inseridos).

Este estado de coisas foi crucial para o mandato do primeiro governador e determinante para o seu encurtamento. Nomeado em 31 de março de 1978, Harry Amorim Costa coordenou todo o processo de organização do novo estado. Entretanto, só o governou efetivamente por pouco mais de cinco meses: tendo tomado posse no dia 1º de janeiro de 1979, e mal começando a trabalhar, seria exonerado do cargo em 12 de junho, em virtude de pressões políticas locais.

Com apenas quatro anos de efetiva existência, o Estado de Mato Grosso do Sul já tinha dado posse a cinco governadores. Com a saída de Harry Amorim Costa, ocupou o cargo provisoriamente, no período de 13 a 28 de junho de 1979, o presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Londres Machado. De 28 de junho de 1979 a 30 de outubro de 1980, Marcelo Miranda foi o governador. Com sua saída, o cargo foi mais uma vez ocupado interinamente durante 36 dias por Londres Machado, que o transmitiu para

²⁶ RODRIGUES, J. B., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 170.

Pedro Pedrossian, que o ocupou de 07 de novembro a 15 de março de 1983. Foi substituído por Wilson Barbosa Martins, o primeiro governador eleito pelo voto popular.

O que se desejou com a análise, acerca de alguns aspectos do processo de criação de Mato Grosso do Sul, foi chamar a atenção para o fato de que ela não ocorreu em razão de uma suposta luta liderada pelas elites “sulistas”, com ampla mobilização popular, conforme costumam afirmar alguns autores sul-mato-grossenses. Foi, antes, fruto da política de redivisão territorial para o país, elaborada e implementada pelo Governo do General Ernesto Geisel, com o apoio de setores dominantes da sociedade local.

Cumprida essa missão inicial, será procedida em seguida a análise do processo de elaboração de uma história para o Estado de Mato Grosso do Sul, e de suas características, semelhanças, diferenças e nuances. Assim como procurar-se-á apresentar seus expoentes e suas obras.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA SUL-MATO-GROSSENSE

Da mesma forma que no nível nacional buscou-se a construção de uma memória que cumprisse o duplo papel de dar legitimidade ao poder das elites e suporte a uma identidade para o país, em alguns espaços de poder regionalizados esta necessidade também se colocou. Se no nível nacional essa elaboração se deu em consequência das significativas mudanças ocorridas na estrutura do Estado, provocadas pela “Independência do Brasil”, fato que gerou não só possibilidades promissoras nos campos políticos e econômicos, mas também incertezas sociais com relação ao futuro do país, no âmbito regional ela ocorreu em virtude de questões relacionadas a peculiaridades locais.

No caso específico de Mato Grosso esse processo tomou corpo em 1919, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (IHGMT). Fundado nos moldes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o IHGMT surgiu no contexto dos eventos organizados por ocasião das comemorações do bicentenário da cidade de Cuiabá e num momento em que o Estado passava por profunda crise materializada em conflitos e embates fratricidas entre facções políticas locais, as quais o governo de Dom Aquino Correa tentava conciliar¹.

Com o IHGMT desejava-se, além da conciliação, a definição de uma identidade para os mato-grossenses no sentido de criar o sentimento de pertença a uma só sociedade. Desejava-se também uma reação ao “estigma da barbárie” externamente veiculada. Tudo isso promovido a partir da preservação e da exaltação da memória da elite político-econômica mato-grossense, estendida a toda a sociedade, como se fosse única. Lylia da Silva Guedes Galetti sintetiza o IHGMT nos seguintes termos:

¹ ZORZATO, O., *Conciliação e Identidade...*, p. 27.

Esta Instituição procura realizar uma inversão dos elementos negativos que projetam a imagem de um Mato Grosso bárbaro e incivilizado. Investindo na memória do "épico" passado bandeirante e na projeção de um futuro de progresso e civilização, os intelectuais mato-grossenses reservam aos índios e à população pobre mestiça, aqueles atributos raciais e a mesma avaliação negativa sobre seus hábitos e costumes que permitiam aos viajantes estrangeiros considerá-la como gente indolente, falta de espírito empreendedor, numa palavra, incivilizada².

O IHGMT era sustentado por seus sócios, pela venda de sua revista e por regulares contribuições do erário. Nomes como os de Antônio Fernandes de Souza, Firmo Rodrigues, Filogônio de Paula Corrêa, João Batista de Faria, Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Virgílio Corrêa Filho estiveram entre os principais colaboradores do Instituto. Para Osvaldo Zorzato, “de todos eles, os três últimos são, sem dúvida, os de maior expressão para a memória historiográfica mato-grossense”³.

Já Vilma Eliza Trindade elucida, em razão da qualidade e da quantidade de sua contribuição intelectual, que o mais importante e influente membro do Instituto foi Virgílio Corrêa Filho. Segundo a pesquisadora, que desenvolveu intenso estudo sobre sua *trajetória* e sua obra, poucos brasileiros conseguiram tanta projeção no meio acadêmico. Entende que nenhum mato-grossense conseguiu, no âmbito da história brasileira, se equiparar a Virgílio Corrêa em produção e projeção internacional, por isso chega a afirmar que “não há e nem haverá nenhum trabalho sobre Mato Grosso sem citá-lo”⁴.

Proveniente de uma tradicional e influente família, os Alves Corrêa e os Corrêa da Costa, que ocupou funções de destaque na vida política e social de Mato Grosso nos últimos cento e sessenta anos⁵, Virgílio Corrêa Filho nasceu em 1887, formou-se em engenharia civil e foi, durante boa parte de sua carreira profissional, um “intelectual orgânico”, orbitando em torno e a serviço das estruturas governamentais de poder. Em Mato Grosso serviu, sobretudo, aos desígnios de Dom Aquino Corrêa, Bispo e Presidente do Estado de 1919 a 1922. No nível nacional, dentre outras contribuições, desenvolveu funções relevantes na promoção e legitimação da política do Estado Novo, tendo sido um colaborador no desenvolvimento da propaganda doutrinária de Getúlio Vargas⁶.

² GALETTI, L. S. G., *Nos Confins da Civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*, p. 33.

³ ZORZATO, O., *Conciliação e Identidade...*, p. 28.

⁴ TRINDADE, V. E., *Política, História e Memória em Mato Grosso: Virgílio Corrêa Filho*, p. 11.

⁵ ZORZATO, O., *Conciliação e Identidade...*, p. 142.

⁶ TRINDADE, V. E., *Política, História e Memória em Mato Grosso...*, p. 26.

Autor de uma vasta e variada produção nas áreas da engenharia, geografia e história, destacou-se como expoente na elaboração de uma memória histórica e de uma idealizada identidade mato-grossense, “construídas com o objetivo de evidenciar a importância de Mato Grosso para a formação e consolidação da unidade nacional”⁷. Virgílio Corrêa Filho foi sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em 1919, e, dois anos mais tarde, da Academia Mato-grossense de Letras.

Conforme levantamento realizado por Osvaldo Zorzato, Virgílio Corrêa participou, como sócio, de dezenove entidades culturais, dentre elas o IHGB, do qual foi secretário, e o Conselho Nacional de Geografia (CNG). Publicou dezenas de artigos na revista do IHGB, do CNG e do Instituto Histórico de Mato Grosso (IHGMT), além de uma centena de artigos no *Jornal do Comércio do Rio de Janeiro* entre 1927 e 1960. É autor de vinte e três livros, destacando-se obras de caráter geográfico, historiográfico e biográfico, quase todas direta ou indiretamente relacionada a Mato Grosso. Ocupou cargos de chefia no estado e na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e em outras obras públicas. Como administrador, foi diretor do Setor de Repartição de Terras e Secretário de Estado do governo de seu sogro Pedro Celestino, entre 1922 e 1926, voltando a ocupar este cargo no período dos interventores do Estado Novo⁸.

Sua atuação e seu relevante serviço no interior das várias instituições ilustradas, inclusive fora do país, como sócio, correspondente ou membro-fundador, possibilitou seu envolvimento no meio “cultural” em Mato Grosso e no Brasil. Tais características, aliadas à influência de sua família, criaram as condições para a sua nomeação como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o que ocorreu em 22 de agosto de 1931.

Seja como for, na produção de Virgílio Corrêa Filho e dos demais membros do IHGMT “as narrativas sempre apresentavam preocupações em heroicizar os personagens, atribuindo-lhes adjetivos que os colocavam numa posição acima dos indivíduos comuns, venerando-os como exemplos a serem seguidos”⁹. Além disso, o caráter de epopéia é uma característica sempre presente, na qual os registros das ações dos seus antepassados são concebidos como obra civilizadora. Contudo, conforme observou Lylia Galetti, nem todos os setores da sociedade mato-grossense são inseridos nestas narrativas:

⁷ TRINDADE, V. E., *Política, História e Memória em Mato Grosso...*, p. 14.

⁸ ZORZATO, O., *Conciliação e Identidade...*, p. 142.

⁹ ZORZATO, O., *Conciliação e Identidade...*, p. 30.

Na leitura do passado e nas projeções do futuro, as representações da identidade regional guardam cuidadosa distância daqueles *outros* - os índios e os proletários *indolentes e turbulentos* - vistos como uma parte da população mato-grossense que ou havia perdido as qualidades raciais de seus ancestrais ou nunca as tivera. Como nas narrativas dos viajantes estrangeiros, na memória histórica elaborada nos quadros do IHGMT eles são meros figurantes de uma história protagonizada por individualidades cuja característica mais saliente é o compromisso com o mundo da ordem (colonial ou nacional) e a realização de ações destinadas a fazer avançar o *progresso e a civilização*¹⁰.

De modo geral, a historiografia construída no seio do IHGMT procurou colocar os mato-grossenses na condição de desbravadores, pioneiros, defensores e ampliadores da fronteira, trabalhadores incansáveis, administradores eficientes, pessoas de boa índole e com estirpe nobre, homens intrépidos e promotores da civilização e do progresso. Nesse contexto, essa historiografia identificou no bandeirante paulista estas qualidades. Dessa forma, os mato-grossenses seriam os originários e continuadores daqueles que são considerados os “desbravadores do sertão”. Contudo, conforme observou Osvaldo Zorzato, a imagem cunhada para esse antepassado não diz respeito ao bandeirante mameluco sanguinário, destruidor das reduções jesuíticas e caçador de indígenas, mas a de um bandeirante diferente, modificado pela mineração, tornou-se nobre e povoador:

Embora se considerem em parte originários e continuadores dos bandeirantes, os autores locais não mencionam o lado mameluco desses ancestrais, como acontece em uma vertente da historiografia paulista. Afirmam a origem paulista, mas filtram a memória, retirando sua componente indesejável¹¹.

A memória regional elaborada pelo pensamento predominante no IHGMT não se limitou ao épico e ao ufano, mas procurou a construção de uma "história consensual", que fosse suporte para uma desejada identidade da chamada “gente mato-grossense”, que mesmo tendo suas inevitáveis diferenças, teria sido concebida à base de uma suposta harmonia.

É possível verificar a ligação que os membros do IHGMT procuram fazer com uma descendência na aristocracia européia, no sentido demonstrar que o povoamento na região só foi possível graças à capacidade de lideranças nobiliárquicas, dispostas aos mais

¹⁰ GALETTI, L. S. G., *Nos Confins da Civilização...*, p. 317.

¹¹ ZORZATO, O., *Conciliação e identidade...*, p. 88.

acirrados sacrifícios para verem sua terra e sua gente caminhando para a civilização e o progresso, cabendo a esses líderes a exclusividade no exercício do poder.

Seguramente, foi no seio do IHGMT que se consolidaram as bases da historiografia memorialística mato-grossense. Esta, por sua vez, influenciou a elaboração de parte dos pilares da historiografia sul-mato-grossense que emergiu a partir da criação do estado, no que diz respeito à forma, estilo e concepção. Entretanto, pode-se perceber que alguns elementos constitutivos da memória mato-grossense receberam novas roupagens e significados, a exemplo das representações em torno da Guerra do Paraguai, assim como outros foram incluídos, como por exemplo, o divisionismo, apesar de todos apresentarem as mesmas características míticas, épicas e ufanas.

Se as premissas da história oficial do Brasil e as bases da memória histórica mato-grossense foram formuladas, especialmente, no interior de institutos ilustrados como IHGB e no IHGMT, respectivamente, o mesmo ocorreu em relação a Mato Grosso do Sul, onde a montagem de um discurso histórico que, entre outros elementos, pudesse justificar a criação do novo Estado, legitimando o poder de sua elite dirigente, foi elaborada por intelectuais sul-mato-grossenses vinculados ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul (IHGMS)¹².

Criado em março de 1978, a partir do desmembramento da Academia de Letras e História de Campo Grande (ALHCG), instituição fundada em 1971, cujo desmembramento também deu origem à Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), o IHGMS, embora apresentasse as mesmas características estruturais e funcionais de seus congêneres do Rio de Janeiro e de Cuiabá, diferentemente daqueles, parece ter nascido anacrônico, uma vez que, no momento de seu surgimento, há muito o conhecimento histórico produzia-se em academias de caráter científico como os departamentos de história das universidades espalhadas pelo Brasil. Daí ser possível afirmar que os intelectuais sul-mato-grossenses a ele vinculados, na sua totalidade distantes do universo acadêmico

¹² Dentre os autores, Paulo Coelho Machado, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães participaram ativamente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, ocupando cargos em sua diretoria. Ao lado de Demosthenes Martins (vice-presidente) e Otávio Gonçalves Gomes (secretário), Paulo Coelho Machado ocupou a presidência do Instituto de 1978 até 1989. A partir daquele ano, juntamente com J. Barbosa Rodrigues na presidência e Acyr Vaz Guimarães na vice-presidência, Hidelbrando Campestrini tornou-se secretário do Instituto, cargo que deixou em 2000 para tornar-se presidente da entidade até os dias atuais.

produtor de um discurso histórico autorizado cientificamente, tinham no IHGMS um espaço institucional capaz de, na expressão de Pierre Bourdieu, autorizar suas falas¹³.

O quadro acima parece ter contribuído para ocasionar um certo esvaziamento do IHGMS durante a primeira década de sua existência. Esvaziamento que pode ser notado, de um lado, no fato da entidade não ter conseguido manter a edição regular de uma revista (instrumento de divulgação inerente a todos os institutos históricos) e, de outro, no fato de não ter conseguido patrocinar, com recursos próprios ou através de financiamentos público e privado, a publicação das obras de seus membros e de seus patronos.

Quanto a isso, vale mencionar que nos anos imediatamente posteriores à criação do Estado a edição das obras dos associados do IHGMS eram feitas em função da iniciativa pessoal e do empenho individual dos seus autores e publicadas com recursos próprios.

Foi exatamente dessa maneira que a primeira obra trazendo elementos referentes a Mato Grosso do Sul foi publicada. Intitulada *Isto é Mato Grosso do Sul*, foi escrita pelo jornalista radicado em Campo Grande, José Barbosa Rodrigues, ou J. Barbosa Rodrigues como ficou conhecido.

Publicada em março de 1978, portanto ainda no calor dos acontecimentos que envolveram a criação do Estado, *Isto é Mato Grosso do Sul* foi, como explicou o próprio autor, escrito às pressas, sem o necessário planejamento e carente de pesquisas mais aprofundadas, resultando, por isso, numa “colcha de retalhos onde dados históricos, geográficos e estatísticos se misturam”¹⁴.

De fato, o jornalista tinha uma certa razão. O livro é mesmo uma colcha de retalhos, pois, logo após iniciá-lo discutindo questões relacionadas à impropriedade da denominação Mato Grosso, de fazer uma descrição sumária das sociedades indígenas e comentar o povoamento não-índio da região, ele se propõe a descrever os números relativos à população do Estado à época de sua criação, o que é realizado através da apresentação de números globais, com destaque para as estimativas por raça. Neste tocante, é interessante a forma pela qual apresenta os dados.

Segundo Barbosa Rodrigues, a maioria da população era constituída pela raça branca. A amarela (japoneses e seus descendentes), ocupava a segunda posição. Quanto à

¹³ BOURDIEU, P., *A economia das trocas lingüísticas*: o que falar quer dizer, p. 85 a 96.

¹⁴ RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 15.

raça negra havia um número inexpressivo, em razão do povoamento na região ter sido contemporâneo à abolição da escravidão. A vermelha (os índios), por sua vez, encontrava-se praticamente extinta, só subsistindo em algumas cidades devido à ação assistencial da Fundação Nacional dos Índios - FUNAI.

Depois de indicar os dados referentes à população, outros relativos às características do solo, à vegetação, ao clima, à infra-estrutura, à comunicação, ao ensino e sobre a área territorial do Estado são apresentados. O autor volta-se então à história, tecendo considerações acerca dos desdobramentos políticos, na porção sul de Mato Grosso, da chamada Revolução Constitucionalista de 1932 e da criação do território federal de Ponta Porã, em 1943.

No restante da obra, dedica-se a informar as normas para instalação do novo Estado e as articulações para a nomeação do primeiro governador. Em seguida, elenca uma lista de personalidades que, a seu ver, deveriam compor o rol de heróis do Estado, pelo fato de terem participado das campanhas da FEB durante a Segunda Guerra Mundial. Constatam, ainda, sucintas descrições dos dados geográficos, econômicos, populacionais e históricos das 55 cidades que constituíram o Estado no momento da criação. O código de endereçamento postal de cada localidade também é informado.

O livro é concluído com um apêndice onde constam as transcrições dos atos legais relacionados à criação de Mato Grosso do Sul, além dos discursos proferidos pelo Ministro da Interior e pelo presidente da República na cerimônia de assinatura da Lei Complementar e de uma ata da Liga Divisionista. No que diz respeito aos objetivos da obra, J. Barbosa Rodrigues os apresenta nos seguintes termos:

No dia 11 de outubro de 1977, com a assinatura da Lei Complementar nº 31, pelo Presidente Ernesto Geisel, nasceu o 22º Estado da Federação Brasileira: Mato Grosso do Sul.

Na ocasião deliberei escrever um pequeno trabalho sobre o novo Estado, que fosse imediatamente divulgado na imprensa, mostrando o que era Mato Grosso do Sul, que acabava de nascer¹⁵.

Não foi por acaso que ele assim se expressou. Era mesmo necessário esclarecer para a população que a partir daquele momento ela fazia parte de uma nova unidade da federação, já que tudo foi feito “de cima para baixo”.

¹⁵ RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 15.

Ao que tudo indica, a escolha da imprensa como meio de divulgação do trabalho deveu-se ao fato deste se constituir no meio profissional do autor, que além do jornal *Correio do Estado*, periódico diário de maior circulação em Mato Grosso do Sul, tornou-se proprietário de um grupo empresarial da área de comunicação que engloba as rádios Canarinho FM e Cultura AM e o canal de televisão TV Campo Grande, afiliada do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Após sua morte em 2003, aos 87 anos de idade, as empresas passaram a ser administradas por seus herdeiros sob a liderança de seu filho Antonio João Hugo Rodrigues. O grupo também administra a Fundação Barbosa Rodrigues, de natureza filantrópica, cultural e memorialística. Criada em 1982, a Fundação tem por objetivo desenvolver projetos na área social e artística, além de promover o resgate da memória histórica e documental do Estado.

Um dos principais expoentes da vida cultural sul-mato-grossense, autor de livros reportando-se ao passado do Estado, crônicas e artigos veiculados pela imprensa, J. Barbosa Rodrigues era natural de Poços de Caldas, Minas Gerais.

Em 1943, ao 27 anos de idade, migrou para o sul de Mato Grosso em companhia da esposa, a professora Henedina Hugo Barbosa, e do filho mais velho, à época o único nascido. Provavelmente atraído pela propaganda estatal em torno da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND)¹⁶, o casal tinha como destino inicial a cidade de Ponta Porã, capital do recém criado Território Federal de Ponta Porã¹⁷.

No percurso da viagem, Barbosa Rodrigues teria tomado a decisão de se estabelecer em Campo Grande motivado pelas perspectivas mais promissoras desta cidade, que atravessava um período de crescente expansão econômica impulsionada pela implantação da Estado de Ferro Noroeste do Brasil¹⁸. Sobre a chegada de J. Barbosa Rodrigues em Campo Grande e sua decisão de não continuar a viagem até Ponta Porã, escreveu Maria da Glória Sá Rosa, sua amiga por mais de 50 anos:

¹⁶ SCHWENGBER, I., *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul*, p. 54.

¹⁷ Através do Decreto nº 5.812, de 13 de setembro de 1943, o governo do presidente Getúlio Vargas criou cinco territórios federais: Amapá, Rio Branco, Iguazu, Ponta Porã e Guaporé. Os dois últimos na área territorial de Mato Grosso. O território de Guaporé, que passou a se chamar Rondônia em 1956, em homenagem ao marechal Candido Mariano da Silva Rondon, foi elevado à condição de estado em 20 de dezembro de 1981. O de Ponta Porã compreendia parteda porção sul do então Estado de Mato Grosso; com a Constituição de 1946 foi extinto e sua área reincorporada àquele Estado.

¹⁸ SCHWENGBER, I., *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul*, p. 54.

Com uma carta ao Governador de **Ponta Porã**, a cujo território se destinava, chegou a **Campo Grande** em 1943, em companhia da esposa e de um filho. Quando descobriu que não havia trem para aquela cidade, perguntou a si mesmo: o que vou fazer num lugar sem vias de comunicação? Tomou a decisão de estabelecer-se em **Campo Grande**, um município com trinta e poucos mil habitantes, que encantou pelas ruas largas e pela receptividade do povo. Para isso precisava antes de mais nada arranjar um emprego para a esposa¹⁹. (grifos do original).

Não obstante os relatos e interpretações acima, ainda permeia certa obscuridade sobre os reais motivos que teriam levado o casal Barbosa Rodrigues a tomar a decisão de sair de Minas Gerais. A hipótese explicativa de que tivesse sido atraído para o sul de Mato Grosso motivado pela publicidade e pelos baixos preços das terras e do crescimento econômico da região, embora plausível, ao que tudo indica não é a única.

Como o próprio Barbosa Rodrigues relatou a Maria da Glória Sá Rosa, em sua bagagem, além dos pertences pessoais, trazia uma carta dirigida ao governador do Território Federal de Ponta Porã. Além disso, informou que uma das condições para que se fixasse definitivamente em Campo Grande era a necessidade de arranjar emprego para a esposa, o que leva a supor que ele próprio, aparentemente, não teria tal problema²⁰.

A carta dirigida ao governador do referido Território Federal de Ponta Porã sugere a possibilidade de existirem relações entre J. Barbosa Rodrigues e políticos ligados a interventores do governo do Presidente Getúlio Vargas, configurando-se num forte indício de que a motivação de sua transferência de Minas Gerais poderia ter sido de natureza política-partidária²¹. De qualquer forma, partindo da hipótese da existência concreta da referida carta, a partir da análise de determinados indícios e da observação de alguns “rastros”, conforme sugerem Carlo Ginzburg e Sidney Chalhoub²², acredita-se que é possível formular algumas questões que permitam traçar um esboço em torno de uma resposta, mesmo que hipotética, para as indagações referentes às razões que levaram J. Barbosa Rodrigues a transferir-se para Mato Grosso.

¹⁹ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce: Campo Grande cem anos de história*, p. 97.

²⁰ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce....*, p. 97.

²¹ Com relação a esta carta, Maria da Glória Sá Rosa não fornece maiores informações, apenas garante a sua existência baseada nas afirmações do próprio J. Barbosa Rodrigues.

²² GINZBURG, C., *Sinais: raízes de um paradigma indiciário*. In: _____, *C. Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*, p. 143-179 e CHALHOUB, S. *Introdução: Zadíg e a História*. In: _____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*, p. 13-28.

Em primeiro lugar, admite-se que o governador do território federal era, necessariamente, um homem de confiança do governo do presidente Getúlio Vargas devendo, em consequência disso, estar alinhado com a política do Estado Novo. Assim parece ter recebido uma carta de apresentação assinada por alguém com semelhante perfil político e ideológico, do mesmo modo que o indivíduo apresentado deveria compactuar com a maioria de suas idéias e práticas políticas. Some-se a tudo isso o fato de que, em 1943, a oposição ao Estado Novo ganhava força em Minas Gerais, de onde partiu o influente *Manifesto dos Mineiros* assinado por proprietários de terras e industriais insatisfeitos com os rumos da ditadura varguista.

Neste sentido é possível que J. Barbosa Rodrigues estivesse enfrentando alguma dificuldade de ordem política, o que leva à hipótese de que tivesse seguido para Ponta Porã por indicação de simpatizantes do Estado Novo em Minas. Por alguma razão os planos foram modificados, não seguiu para Ponta Porã, fixando residência em Campo Grande.

Mesmo que inicialmente tenha ficado desempregado, logo sua esposa passou a lecionar numa escola mantida por imigrantes japoneses, numa localidade conhecida como Mata do Ceroula. No início de 1944, conforme relatou a Maria da Glória, J. Barbosa Rodrigues foi incorporado no corpo docente da mesma escola, de onde só sairia em 1946 para trabalhar na *Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora*, como inspetor. Concomitantemente, passou a trabalhar no *Jornal do Comércio* onde teria ocupado, a princípio, a vaga de faxineiro. Entretanto, apenas dois anos mais tarde, numa ascensão profissional surpreendente, J. Barbosa Rodrigues já era redator-chefe do referido jornal²³.

Outro fato por ele relatado à professora Maria da Glória parece reforçar a tese de seu engajamento político e talvez indique uma resposta para a questão relativa à sua fixação em Campo Grande. Poucos meses após sua chegada, ainda que afirmasse ter conhecidos na cidade, foi designado pela 9ª Região Militar seu representante junto à comunidade japonesa da Mata do Ceroula com a missão de supervisionar reuniões, festas e outros eventos organizados pelos nipônicos²⁴. Como se sabe, após o rompimento das relações do Brasil com os países do chamado “Eixo”, causado pela declaração de guerra,

²³ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce...*, p. 100.

²⁴ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce...*, p. 98.

em agosto de 1942, japoneses, alemães e italianos residentes no país tornaram-se objetos de suspeitas e sofreram severas perseguições por parte dos órgãos de repressão do governo²⁵.

Independente de qualquer coisa, é imperativo que um “cargo”, como o ocupado por J. Barbosa Rodrigues, não caberia a um desconhecido dos militares, mas sim a um indivíduo que tivesse, de uma forma ou de outra, ligações de confiança junto ao comando do exército na região. Diante disso, pode-se pressupor que alguém o indicou. É possível que a indicação tenha partido do então prefeito de Campo Grande, Demóstenes Martins, por duas razões. A primeira diz respeito a sua afinidade com o prefeito, haja vista que o procurou assim que chegou em Campo Grande, inclusive com o objetivo de conseguir um emprego na prefeitura, no entanto, segundo Maria da Glória, “Demóstenes Martins lhe disse que, naquele ano, todos os funcionários já estavam contratados”²⁶. A outra se refere à afinidade de Demóstenes Martins com o comandante da 9ª Região Militar, conforme ele próprio indicou no seu livro de memórias, ao narrar a transmissão do cargo de prefeito de Campo Grande, em 1945:

No dia 12 de abril de 1945, em ato solene que teve a presença do General Mário José Guedes, comandante da 9ª Região Militar, que nas duas vezes em que comandou a guarnição de Mato Grosso, sempre me distinguiu com a sua amizade²⁷.

Em 1957, J. Barbosa Rodrigues recebeu um convite para substituir o redator do *Correio do Estado*, periódico pertencente ao grupo de políticos ligados à União Democrática Nacional (UDN) em Mato Grosso, dentre eles Fernando Correia da Costa, Wilson Barbosa Martins, Vespasiano Martins, Laucídio Coelho, Laudelino Barcellos e José Fontanillas Fragelli.

Fundado em 1954, o jornal foi criado para servir de instrumento de propaganda partidária dos membros da UDN mato-grossense. De acordo com o ex-governador Wilson Barbosa Martins, um de seus fundadores, “a intenção era fazer proselitismo político e contrapor ao jornal *O Matogrossense*, dirigido pelo PSD”²⁸. Dessa forma, pode-se dizer

²⁵ Sobre esse período adverso para os imigrantes japoneses no Brasil, um interessante relato jornalístico intitulado *Corações Sujos*, do jornalista Fernando Moraes, foi publicado no ano 2000, pela editora Companhia das Letras.

²⁶ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce...*, p. 97.

²⁷ MARTINS, D., *A Poeira da Jornada*, p. 142.

²⁸ MARTINS, W. B., Wilson conta como tudo começou. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 28.

que as matérias veiculadas pelo *Correio do Estado* não se constituíam notícias, no sentido literal da palavra, mas, na verdade, uma espécie de *merchandising* dissimulado que era praticado, conforme Arlindo Florentino, um de seus atuais jornalistas, nos seguintes termos:

[...] o jornal *Correio do Estado* não poupava críticas aos partidos adversários, principalmente ao prefeito de Campo Grande, Wilson Fadul, que era do PSD. O governador do Estado, Fernando Corrêa da Costa, da UDN, recebia apoio incondicional do jornal, com várias manchetes elogiosas²⁹.

Mesmo diante de assertivas como estas, que reforçam o evidente papel partidário e naturalmente parcial exercido pelo *Correio do Estado*, é possível encontrar na mesma Edição Especial do dia 07 de fevereiro de 2004, quem afirme, a exemplo do jornalista Ico Victorio, que o jornal teria sido criado como um meio de comunicação e informação orientado, desde a sua fundação, pelo princípio da independência editorial. Suas afirmações transmitem a idéia de que estaria se referindo a um outro periódico:

[...] Ao longo desses anos, vem atravessando mudanças editorial e gráfica importantes, no mesmo ritmo do desenvolvimento do Estado. Porém, elas não alteram o princípio que orientou o jornal desde a sua fundação, em 7 de fevereiro de 1954, e nas últimas décadas: **o da independência editorial**. [...].

Independência editorial significa independência política. O jornal faz questão de veicular as idéias de todas as correntes de opinião que existem na sociedade. É por isso que, desde sua fundação, assumiu bandeiras importantes - inclusive abrindo espaços para campanhas pela implantação de infra-estrutura em Campo Grande e nas principais regiões de Mato Grosso do Sul³⁰. (grifos inseridos).

Não obstante, não pairam dúvidas sobre a condição de completa dependência, não só editorial, mas também em relação a outros aspectos, pela simples razão do *Correio do Estado* ter nascido como órgão partidário “udenista”. Inclusive, entende-se que esse fato requer uma rápida análise de alguns aspectos das duas legendas mais significativas nos embates políticos locais: a UDN e o PSD.

Antes, porém, é necessário advertir que analisar e caracterizar partido político no Brasil significa mergulhar num ambiente nebuloso, independente do momento histórico

²⁹ FLORENTINO, A., Apoio Político Incondicional. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 04.

³⁰ VICTORIO, I., Jornal adotou perfil crítico. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 22.

estudado. Isso se dá em razão dos partidos políticos brasileiros terem, historicamente, se resumido a legendas criadas com o objetivo de possibilitar aos seus membros a efetiva participação em eleições e a conseqüente ocupação dos mais variados cargos na máquina estatal. Nunca tiveram o caráter de agremiação aglutinadora de indivíduos na defesa de determinados interesses e bandeiras comuns, definidos e expressos em programas rigidamente seguidos, muito pelo contrário.

O que se tem visto ao longo da história, mostra que as adesões e as práticas político-partidárias no Brasil não são exercidas sob a ótica de um conjunto de convicções estabelecidas *a priori*, mas a partir de conveniências eleitorais observadas *a posteriori* que, de modo geral, resultam num complicado jogo de interesses individuais e coletivos, que mudam conforme o momento, a localidade e, principalmente, a possibilidade de vitória nas eleições. Tudo isso torna uma análise baseada em parâmetros lógicos e racionais, um imensurável desafio, quase impossível de ser superado. Ao longo da história política brasileira, se tem observado que nem mesmo partidos supostamente defensores dos interesses da classe trabalhadora, na acepção marxista do conceito, a exemplo do PT, PC do B, PCB, PSB e outros, fugiram desse “padrão”, sobretudo no momento que alcançaram o controle do aparelho de Estado.

Com base nisso, pode-se dizer que o Partido Social Democrático (PSD) reunia antigos grupos beneficiados pela política do Estado Novo. Sua base de sustentação era composta, segundo Maria Manuela Renha de Novis Neves, “das classes médias urbanas, de parcelas significativas das classes rurais e das oligarquias beneficiárias dos governos das interventorias, fortemente apoiadas no esquema clientelístico propiciado pelo modelo centralizador e burocrático do Estado Novo”³¹. Em Mato Grosso ele foi organizado e controlado pelo “todo poderoso” Filinto Muller.

A UDN, por sua vez, representava um movimento composto por vários grupos opositores de Getúlio Vargas e do Estado Novo. De fato, esse movimento agregador reunia membros das oligarquias destronadas a partir de 1930, antigos aliados de Getúlio e marginalizados no Estado Novo, liberais inspiradores do Manifesto dos Mineiros e comunistas ou estudantes de tendência socialista³². A despeito disso, grosso modo, o

³¹ NEVES, M. M. R. de N., *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*, p. 131.

³² NEVES, M. M. R. de N., *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral...*, p. 132.

grupamento de políticos que criou o jornal *Correio do Estado* constituía-se de “getulistas” que haviam rompido com o Estado Novo quando este dava seus últimos “suspiros de vida”.

Após essa rápida digressão, pode-se retornar a questão relativa ao *Correio do Estado* e à biografia do jornalista J. Barbosa Rodrigues.

Segundo Maria da Glória Sá Rosa, com a vitória de Fernando Correia da Costa para o governo de Mato Grosso, em 1960, o jornal foi literalmente abandonado pelo partido e pelos seus financiadores, inclusive pelo governador eleito:

Terminada a eleição com a vitória de **Fernando Correa da Costa**, o Governo fechou-se em **Cuiabá** com os deputados e partidários da **UDN**, que haviam assinado a lista de contribuições, responsável (sic) pela sustentação econômica do Jornal, desapareceram sem pagar³³. (grifos do original)

Contudo, mesmo frente a uma situação de inteira adversidade para a sobrevivência do jornal, Barbosa Rodrigues, como gerente, juntamente com um dos acionistas, José Inácio da Costa Moraes, decidiu continuar editando-o. O *Correio do Estado* foi então reformulado, principalmente com a troca de antigos funcionários “protegidos de deputados”. Algum tempo depois, Barbosa Rodrigues comprou a parte acionária de José Moraes e tornou-se seu único proprietário³⁴.

Sob sua direção o periódico foi adquirindo características mais próximas de um órgão de imprensa comum, porém sem ter cortado completamente suas relações com os partidos políticos. Noutros termos, sob comando de J. Barbosa Rodrigues, ao menos oficialmente, o jornal deixou de ser uma ferramenta de propaganda organicamente ligada e diretamente subordinada a um partido político. O que não significa que tenha deixado de interferir no campo político partidário. Pode-se dizer que dessa “prerrogativa” o *Correio do Estado* nunca abriu mão.

Apesar de seus atuais diretores afirmarem que, após o controle acionário de J. Barbosa Rodrigues, a participação do jornal esteve voltada apenas ao plano da “defesa dos interesses da comunidade”³⁵, editoriais, reportagens e depoimentos de personalidades a ele ligadas indicam o contrário. Em alguns textos contidos na referida Edição Especial

³³ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce*, p. 101.

³⁴ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce*, p. 102.

³⁵ FIGUEIREDO, E., É preciso ter garra ; RODRIGUES, A. J. H., Levantamos bandeiras. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 02.

comemorativa dos 50 anos, comentários formulados pela jornalista Daniella Arruda, sobre a cobertura realizada pelo *Correio do Estado* em torno dos acontecimentos que antecederam o Golpe civil-militar de 1964 permitem entender o posicionamento do jornal perante este acontecimento, não só no passado, mas, provavelmente, também no presente:

Dias antes do golpe militar, o *Correio do Estado* já reportava em suas páginas estar ocorrendo intensa insatisfação popular e política com o Governo de Jango, em decorrência da proposição de medidas como a legalização do Partido Comunista do Brasil pelo Congresso Nacional e a regulamentação da reforma agrária. A cobertura nacional era destacada por reportagens com personalidades políticas da oposição, como o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN), partido com o qual o *Correio do Estado* tinha aberta afinidade, e a cobertura da Marcha da Família em São Paulo, na qual um milhão de pessoas se reuniram em praça pública “a fim de manifestar seu repúdio àqueles que querem a cubanização do Brasil”, conforme matéria da capa do dia 21 de março³⁶.

Explicitamente, Daniella Arruda tece vários elogios à forma parcial e seletiva que orientava as matérias veiculadas naquele momento. Aparentemente, a jornalista não vê problemas no fato de o jornal trilhar as bandeiras da oposição ao Governo de João Goulart e só publicar as falas dos articuladores do golpe. Contudo, a conotação elogiosa presente no texto não se limita apenas às características da “cobertura jornalística” do Golpe, mas também, e principalmente, ao próprio Golpe, sugerindo um posicionamento simpático e parcial do jornal a este movimento nos dias atuais. Vale salientar que a jornalista também destaca a “afinidade” do *Correio do Estado* com a UDN, indicando que mesmo depois de ficar sob controle acionário de J. Barbosa Rodrigues, sua relação com aquele partido político permanecia muito bem estruturada.

Uma passagem do já citado trabalho da professora Maria da Glória Sá Rosa também pode ser utilizado como exemplo. Nele, a autora tece um paralelo entre o crescimento do grupo empresarial, através da aquisição de uma emissora de rádio, e vitórias eleitorais atribuídas à ação do jornal naquele mesmo momento:

À medida que o jornal crescia, **José Barbosa Rodrigues** decidiu fundar uma emissora de rádio. Com 70 mil cruzeiros, emprestados do banco do Comércio e Indústria de São Paulo, através de **Nasrallah Siufi**, que tinha procuração para isso, adquiriu a Rádio Cultura cujo proprietário era o paulista **João Saad**. Enquanto isso o *Correio do Estado* saía vitorioso nas campanhas, como por exemplo quando elegeu **Marcílio de Oliveira Lima** para prefeito de **Campo**

³⁶ ARRUDA, D., Brasil de pé pela liberdade. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Edição Especial, p. 05.

Grande e Wilson Barbosa Martins para governador, em 1983³⁷. (grifos do original).

A partir de uma declaração como esta, expressada pela voz mais do que “autorizada” de Maria da Glória Sá Rosa, já que é bastante próxima dos proprietários do jornal, pode-se dizer, pelo menos no que tange ao início da década de 1980, que o jornal ainda praticava o velho “proselitismo político-partidário”. Vale salientar que o jornalista João Hugo Rodrigues ocupa, atualmente, o cargo interino de Senador em virtude do afastamento do titular, Senador Delcídio do Amaral, candidato ao governo do Estado.

Além do livro *Isto é Mato Grosso do Sul*, J. Barbosa Rodrigues escreveu ainda dois outros relacionados ao novo Estado, *Histórias da Terra Matogrossense*, publicado em 1983 e, no ano seguinte, o livro *História de Mato Grosso do Sul*. Ambos publicados pela *Editora do Escritor*, de São Paulo.

Segundo Barbosa Rodrigues, ao publicar *Histórias da Terra Matogrossense*, tinha a intenção de relatar feitos heróicos de homens e mulheres durante o período de devassamento e povoação do Centro Oeste brasileiro, dentre os quais destacam-se: Aleixo Garcia, por ter sido o “descobridor” de Mato Grosso; Pedro Leme, por ter enfrentado os espanhóis em defesa do território para os portugueses; o bandeirante Antonio Pires de Campos, por ter exterminado os Caiapós; o tenente Antonio João, por sua bravura durante a Guerra do Paraguai; Dona Senhorinha, a esposa de José Francisco Lopes, o *Guia Lopes da Laguna*, por ter ficado prisioneira dos paraguaios por cinco anos.

Mesmo não citando suas fontes, enfatiza que se tratam de fatos verídicos que precisam ser lembrados de época em época, para que sejam conhecidos pelas novas gerações de mato-grossenses³⁸. Independente da veracidade ou não dos fatos, percebe-se que, com essa obra, J. Barbosa Rodrigues procurou, a exemplo do que fez Virgílio Corrêa Filho em relação a Mato Grosso, contribuir para a delimitação dos elementos do passado, selecionando aqueles que deveriam ser lembrados e cultuados, compondo, dessa forma, a memória do Estado e o arcabouço dos seus mitos fundadores.

O livro *História de Mato Grosso do Sul*, por sua vez, é uma obra bem mais elaborada, apesar de apresentar as mesmas características “metodológicas” das anteriores.

³⁷ ROSA, M. G. S., *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce*, p. 102-103.

³⁸ RODRIGUES, J. B., *Histórias da terra Matogrossense*, p. 07.

Tem a virtude de apresentar uma bibliografia e chega, e em alguns casos, a indicar as fontes. Apesar de não ser apresentado nem prefaciado, é possível que J. Barbosa Rodrigues tenha desejado, além de fazer uma grande síntese da história do Estado, cumprir uma promessa que fez a si próprio, expressa na Introdução do livro *Isto é Mato Grosso do Sul*: “Futuramente, se me for possível, voltarei ao assunto com mais vagar, se a tanto me permitir a luta diária de um eterno aprendiz de jornalismo provinciano”³⁹.

O livro apresenta um roteiro que se tornou muito comum nas obras de natureza memorialística produzidas por autores sul-mato-grossenses. Faz uma descrição geográfica da região, destacando aspectos dos rios, fauna, flora e clima; aponta os primeiros devassadores do território e a disputa entre portugueses e espanhóis pela sua posse. Descreve superficialmente as populações indígenas e suas relações com os portugueses. Relata a fundação das primeiras vilas e atuação da Companhia Matte Laranjeira. Destaca o conflito do Brasil com o Paraguai, principalmente no que diz respeito aos episódios que ocorreram no atual solo sul-mato-grossense. Finalmente, exalta os acontecimentos sobre a criação do Estado, indicando sempre para uma perspectiva de progresso e desenvolvimento.

Pelo que se pode apurar, até 1984 de todos os membros do IHGMS, à exceção de Demóstenes Martins que escreveu o livro de memórias, *A Poeira da Jornada*, apenas as três obras supracitadas de J. Barbosa Rodrigues, versando sobre Mato Grosso do Sul, haviam sido publicadas. Necessário reconhecer que outras manifestações de exaltação ao novo Estado, como artigos e editoriais, foram amplamente divulgadas através de outros meios de comunicação, como, jornais e revistas. Assim como ocorreram formas de expressão artísticas, no campo da música, principalmente.

Essa situação permaneceu inalterada até 1988, quando o Tribunal de Justiça do Estado, através de seu presidente Desembargador Gerval Bernardino de Souza e de seus substitutos, passou a editar vários trabalhos de autores ligados à Academia Campo-Grandense de Letras e ao Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Destacando-se, quanto a este último, a coletânea denominada *Série Historiográfica*, composta por obras inéditas de associados como Paulo Coelho Machado, Acyr Vaz Guimarães, Hidelbrando Campestrini e por trabalhos de memorialistas já falecidos, os quais figuram no rol de ilustres da instituição, como Ulisses Serra, José de Melo e Silva e

³⁹ RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 15.

Miguel Palermo e outros. Até 1992, ano da última publicação, esta coleção contava com, pelo menos, 12 volumes⁴⁰.

É bastante plausível que esta articulação entre o IHGMS e o Tribunal de Justiça tenha sido facilitada pela proximidade institucional do professor Hidelbrando Campestrini, um dos mais influentes membros do Instituto, com o seu Presidente, o Desembargador Gerval Bernardino de Souza, haja vista que aquele figurava no quadro de funcionários do referido tribunal, local onde trabalhou por 18 anos, no desempenho de atribuições da área administrativa.

Depois de sua saída, a gráfica/editora do Tribunal de Justiça parou definitivamente com a publicação das obras indicadas pelo Instituto Histórico; contudo, a edição de trabalhos bancados pelo erário nunca cessou. Atualmente, ela é feita, em geral, a partir de recursos oriundos de renúncia fiscal, através das leis de incentivo à cultura.

Atual presidente do IHGMS, cargo que ocupa desde 2000, Campestrini nasceu em Rio dos Cedros, Santa Catarina, em 1941. Radicou-se em Mato Grosso no início da década de 1960; é diplomado em Filosofia e Pedagogia, licenciado em Filosofia e Letras e especialista em Língua Portuguesa; exerce o magistério há 42 anos, tendo sido professor, a partir de 1973, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e da Universidade Católica Dom Bosco até 1982 e 1986, respectivamente. Atualmente, é professor titular de Linguagem Jurídica e coordenador-geral da Escola Superior de Magistratura de Mato Grosso do Sul⁴¹.

Sua condição de funcionário do Tribunal de Justiça do Estado e de professor universitário, isso tudo aliado a algumas amizades, devem ter criado as condições que permitiram ao professor Hidelbrando ter bom trânsito entre as elites políticas e a sociedade sul-mato-grossense. Em consequência, conseguiu ocupar relativo espaço nos meios de comunicação, tornando-se amplamente conhecido pela “mídia” local, passando a ser tratado como um “historiador-referência”, sempre convocado pela imprensa para explicar e analisar os mais variados acontecimentos históricos de Mato Grosso do Sul.

⁴⁰ Entre as publicações arrolam-se: de autoria de Paulo Coelho Machado, *Arlindo de Andrade: primeiro Juiz de Direito de Campo Grande, A Rua Velha, A Rua Principal e A Rua Barão*; de Ulisses Serra, *Camarotes e Guavirais*; de Melo e Silva, *Canaã do Oeste*; de Acyr Vaz Guimarães, *Seiscentas Léguas a Pé*; de Hidelbrando Campestrini, *Breve Memória da Justiça Sul-Mato-Grossense, A Saga da Divisão* (em co-autoria com João Pereira da Rosa) e *História de Mato Grosso do Sul* (em co-autoria com Acyr Vaz Guimarães). *Nioaque: Evolução Política e Revolução em Mato Grosso*, de Miguel Palermo e *Aquidauana Ontem e Hoje*, de Cláudio Robba.

⁴¹ www.ihgms.com.br. Acesso em 21 de abril de 2006. Deve haver uma incorreção em relação à

Autor de três volumes da *Série Historiográfica*, seu mais divulgado e influente livro foi *História de Mato Grosso do Sul*, publicado em 1991 (atualmente, encontra-se na 5ª edição). Escrito em parceria com outro atuante membro do IHGMS, o engenheiro Acyr Vaz Guimarães, a obra não se detém a uma temática específica, propõe-se a descrever a história de Mato Grosso do Sul como um todo, por essa razão abarca um período extremamente longo. Parte do século XVI, com os primeiros povoamentos não-índios na região e vai até a criação do Estado em 1977.

Apesar da abrangência temática e temporal, a obra apresenta dimensões um tanto modestas, possui um total de 194 páginas, das quais 57 utilizadas para apresentação, ilustrações, notas e índices. Estas características limitaram-na a uma narrativa sumária em torno de alguns poucos acontecimentos relacionados à história de Mato Grosso do Sul, dentre os quais destacam-se as questões relativas ao divisionismo e a suposta existência, em 1932, do Estado de Maracaju.

A questão indígena, mesmo determinante na história da região, é tratada como um assunto anódino. Nem mesmo uma descrição sucinta das sociedades indígenas, muito comum nas obras de outros memorialistas sul-mato-grossenses, é encontrada. Nessa obra o índio só é citado quando relacionado aos bandeirantes, na figura do escravo, e ao movimento das Monções, como perseguidor.

Neste contexto, cabe aqui uma digressão. A exclusão da questão indígena na obra de Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, não um caso isolado. De modo geral, com relação ao “índio”⁴², o discurso construído pela historiografia memorialística sul-mato-grossense, reproduz o da memória nacional e do mato-grossense, que procura ignorá-lo ou incluí-lo no conjunto das paisagens naturais, principalmente, como obstáculo a ser superado. Em tal perspectiva, aponta Lylia Galetti, “as populações tradicionais e as sociedades indígenas aparecem não apenas como meros figurantes, mas, sobretudo, como

denominação da universidade, pois a UFMS só veio a ser criada em julho de 1979.

⁴² O Termo *índio* foi utilizado como uma construção conceitual histórica, datada dos primeiros contatos entre europeus e “americanos”. Nesse sentido, Conforme esclarecem Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva, *índio* é um conceito construído no processo de conquista da América pelos europeus. Desinteressados pela diversidade cultural, imbuídos de forte preconceito para com o *outro*, o indivíduo de outras culturas, espanhóis, portugueses, franceses e anglo-saxões terminaram por denominar da mesma forma povos tão díspares quanto os tupinambás e os astecas. Atualmente, todavia, a palavra *índio* assumiu um significado mais complexo, pois os próprios povos que antes eram discriminados por esse termo hoje se identificam como tal, construindo sua identidade cultural a partir dele. In: _____. Dicionários de Conceitos Históricos. p. 221-222.

indivíduos e grupos destituídos da própria capacidade de fazer história”⁴³. O “índio” também aparece na figura de auxiliar do “branco”, geralmente, como trabalhador braçal ou escravo. Ultimamente, tem sido freqüente a sua utilização na figura do índio idealizado e estereotipado, a exemplo das tentativas atuais com o *Guaicuru*⁴⁴. Conforme observou Osvaldo Zorzato, estes três aspectos aparecem quase sempre entrelaçados, dependendo do que está se discutindo, pois na região mato-grossense com um todo, a temática indígena nunca constitui assunto que mereça maior importância⁴⁵.

Voltando a questão relativa ao livro História de Mato Grosso do Sul, de Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, a sua primeira edição é apresentada pelo então Presidente do Tribunal de Justiça, o Desembargador Milton Malulei. Em suas palavras encontram-se, além de menções elogiosas, vários elementos que permitem entender como funciona a lógica do memorialismo sul-mato-grossense:

[...] Faltava à bibliografia sul-mato-grossense uma obra que relatasse, com rigor científico, com isenção, unidade e síntese, os acontecimentos condutores da história desta parte do Brasil.

História de Mato Grosso do Sul está escrito. O livro, nascido de larga e dedicada pesquisa, exposto numa linguagem acessível e atraente, em narrativa densa - marco balizador da produção historiográfica deste rincão - resgata os fatos marcantes da caminhada, constituída de sofrimento, de bravura, de vicissitude e de vitórias, da gente que construiu este Estado. [...].

Além de ser apresentado pelo presidente do Tribunal de Justiça, o livro é comentado por Paulo Coelho Machado, que utiliza a “orelha” da capa para tecer elogios ao trabalho com a mesma essência do exposto pelo desembargador. Suas palavras indicam que a obra de Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães contém uma narração real, verdadeira e autêntica, possui uma interpretação honesta, elegante, irreprochável. Para Paulo Coelho Machado a divulgação de uma obra deve ter uma forma amena, de agradável leitura, para que seja capaz de ser notada e assimilada. E mais:

[...] A história da criação do nosso Estado é tocada cientificamente pelos autores. O fato pelo fato, ausentes as preocupações de enaltecimentos desnecessários ou críticas inoportunas. Tudo tratado com leveza, temperança,

⁴³ GALETTI, L. S. G., *Nos Confins da Civilização...*, p. 324.

⁴⁴ A esse respeito ver: ZILIANE, José Carlos. *Tentativas de construção identitárias em Mato Grosso do Sul - (1977-2000)*. 2000. 132 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

⁴⁵ ZORZATO, O., *Conciliação e Identidade...*, p. 73.

talento e, sobretudo, com imaginação, sem permanecer na simples repetição de fatos e palavras do passado.

Apesar das qualidades apontadas pelo Desembargador Milton Malulei e por Paulo Coelho Machado, sobretudo com relação ao rigor científico, os fatos são narrados sem maiores análises com base em fontes precariamente indicadas. Mesmo apresentando estas características a obra é amplamente utilizada por professores e estudantes nos estudos sobre a história do Estado e da região mato-grossense. Além de servir de apoio para outros memorialistas, salienta-se que o livro também é aproveitado como fonte de referência por pesquisadores acadêmicos.

O mesmo ocorre com outra obra, *Santana do Paranaíba*, publicada pela primeira vez em 1994. Nesse livro, o professor Hidelbrando Campestrini se propõe a “contar” a história da cidade conhecida atualmente por Paranaíba, localizada no chamado Bolsão do Estado de Mato Grosso do Sul.

Partindo do pressuposto de que foi dessa localidade que saíram os primeiros grupos não-índios que atualmente povoam praticamente todo o estado, o autor procura descrever como várias famílias se instaram no local, a formação da freguesia e sua transformação em vila e esta em cidade. Aponta quem são os heróis locais e as relações do Visconde de Taunay com a cidade. Após tecer comentários sobre as questões dos limites territoriais do Estado, descreve conflitos entre coronéis nas primeiras décadas do século XX, para depois narrar a passagem da coluna Prestes na região. Em seguida, Campestrini repete a construção, já observada em História de Mato Grosso do Sul, da formação do suposto Estado de Maracaju em 1932. O livro é concluído com transcrições de relatórios, listas de intendentos, documentos, dados estatísticos e fotos atuais da cidade de Paranaíba.

Outro importante memorialista sul-mato-grossense, o engenheiro agrônomo Acyr Vaz Guimarães, falecido em dezembro de 2005, é um dos poucos membros dirigentes do IHGMS a ter nascido numa cidade localizada no atual Estado de Mato Grosso do Sul. Era natural de Ponta Porã, onde nasceu em 29 de julho de 1919.

Apesar de ter escrito duas sínteses sobre a história do Estado, *História de Mato Grosso do Sul*, em co-autoria com Hidelbrando Campestrini, e *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*, sua temática preferida era a Guerra do Paraguai. Sobre ela escreveu pelo menos três livros: *Seiscentas Léguas a Pé*, que versa sobre o episódio da Retirada da Laguna; *Guerra do Paraguai: verdades e mentiras*, onde procura contestar afirmações

contidas no livro *Genocídio Americano, a Guerra do Paraguai*, do jornalista Julio José Chiavenato e *A Guerra do Paraguai: suas causas*, onde, conforme o título, procura analisar aquelas que teriam se constituído suas causas.

A Guerra do Paraguai constituía tanto interesse por parte de Acyr Vaz Guimarães, que chama a atenção um detalhe da obra *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*. Nela o autor utiliza apenas um parágrafo para descrever a criação do Estado, contudo, dedica mais de cem páginas, dentre as 270 que compõem o livro, com questões relativas à Guerra do Paraguai.

Além dos trabalhos citados, Acyr Vaz Guimarães ainda publicou *500 Léguas em Canoa*, versando sobre o período das Monções e *Saga Bandeirante* que, conforme o título indica, gira em torno do bandeirantismo. Foram publicados em 2000 e 2004, respectivamente, também pela editora da UCDB.

Com essa descrição da criação e constituição da historiografia memorialística sul-mato-grossense, compreende-se apresentado o corpus da pesquisa. Pode-se, em seguida, proceder a análise dos seus pilares de sustentação.

PARTE III
OS PILARES DA MEMÓRIA SUL-MATO-GROSSENSE

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente.

Ciro Flamarion e Ronaldo Vaifas. *História e Análise de Textos*

CAPÍTULO I

RETIRADA DA LAGUNA

O Episódio da Guerra do Paraguai, conhecido como Retirada da Laguna, e o movimento divisionista compõem os pilares fundamentais da historiografia memorialista sul-mato-grossense. Apesar do primeiro ter se configurado em um malogro militar e o segundo, de modo geral, ter se resumido a uma série de conflitos entre “coronéis”, não permitindo assim uma conotação de triunfo e exaltação, ambos foram transformados nos mitos fundadores da “civilização” sul-mato-grossense.

Para compreender como se deu essa construção, algumas questões necessitam ser colocadas. Em primeiro lugar, é preciso entender que uma das principais características das obras que compõem a historiografia memorialística sul-mato-grossense é relegar a análise e o entendimento da dinâmica da sociedade, que se formou em determinados lugares e momentos, substituindo-as por *explicações engenhosas*¹, baseadas em ações previamente planejadas pelos próprios personagens históricos, como se os mesmos conhecessem seu próprio porvir. Ao memorialista, assim como ao historiador, é passível o conhecimento do futuro de um determinado passado, mas a quem o viveu, não. Não resistir à tentação de imputar aos protagonistas o conhecimento do que veio depois é cair no anacronismo.

Além da conotação acima descrita, o anacronismo pode ainda ser entendido pelo menos de duas outras formas. A primeira diz respeito ao fato de se atribuir a uma época, a um acontecimento ou a um personagem, idéias, objetivos e sentimentos que são de outra, em geral, do tempo presente. A outra é atribuir idéias, objetivos e sentimentos que

¹ No sentido utilizado por Sérgio Buarque de Holanda. In: _____ *O Extremo Oeste*, p. 90.

não estão necessariamente ligados a uma época, mas, inseridos através da manipulação de quem escreveu, com o objetivo de criar uma narrativa histórica desejada.

O anacronismo, em todas as suas formas, além de se configurar no pior pecado do historiador², cria as condições que permitem, entre outros desvios, a representação ficcional dos processos históricos no seu conjunto ou em parte. Ele possibilita, principalmente, eximir o passado das suas inerentes contradições, mascarando, dessa forma, a realidade histórica, remetendo-a ao universo fabuloso do mito. Não se quer dizer, contudo, que o anacronismo seja um pressuposto para a construção do mito, mas, apenas pontuar que, no caso em questão, a sua utilização foi fundamental.

Segundo Roland Barthes, o mito abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, sem profundidade, um mundo plano que se ostenta em sua própria evidência; as coisas, sozinhas, parecem significar por elas próprias³.

Não obstante, conforme depreendeu Demetrio Magnoli, o mito não é uma mentira ou uma falsificação. A sua produção opera pela seleção e hierarquização dos eventos e processos históricos, emergindo uma leitura - uma interpretação ou uma tradução - que se apresenta como narrativa histórica. O traço crucial dessa narrativa consiste na ocultação da sua própria origem histórica. Segundo Magnoli, a análise crítica da narrativa mitológica só pode ter sucesso se, antes de tudo, for capaz de definir adequadamente o seu objeto, que é um relato historiográfico. É esse relato, e não uma suposta verdade empírica escondida, que deve ser iluminado e desvendado⁴.

Assim, observado do ponto de vista histórico-sociológico, o processo de divisão de Mato Grosso criou mais um espaço de poder regionalizado materializado no Estado de Mato Grosso do Sul, e o seu elemento humano constituidor, o sul-mato-grossense. Foi a busca pela criação de uma memória que legitimasse uma desejada origem e uma almejada identidade, para ambos, que ocasionou a constituição da historiografia memorialística sul-mato-grossense.

² HOBBSAWM, E., *Sobre História*, p. 248.

³ BARTHES, R., *Mitologias*, p. 235.

⁴ MAGNOLI, D., *O Corpo da Pátria...*, p. 290-291.

Nesse sentido, destaca-se o fato de que, mesmo tendo o Estado de Mato Grosso do Sul originado em razão da fração de uma unidade da federação constituída há vários séculos, os autores sul-mato-grossenses buscaram construir a idéia de que o sul de Mato Grosso sempre foi um Mato Grosso diferenciado, inclusive, com origem e identidade própria. Segundo o historiador sul-mato-grossense Paulo Roberto Cimó Queiróz, os líderes sulistas sempre buscaram a máxima desvinculação possível em relação ao “Norte”, rejeitando, inclusive, a idéia de Cuiabá como “cidade mãe” dos mato-grossenses, negando qualquer influência “cuiabana” no desenvolvimento da “civilização sulista”⁵.

Tudo isso influenciou, decididamente, na definição dos critérios que foram utilizados no momento que se procedeu à seleção dos acontecimentos e personagens que deveriam fazer parte da memória local. Nesse contexto, reservou-se um “assento cativo” para aqueles que, de uma forma ou de outra, sugeriram a idéia de heroísmo. Entretanto, o significado de heroísmo concebido pelos autores sul-mato-grossenses extrapolou aquele comumente utilizado para caracterizar um comportamento de extrema coragem em face do perigo ou por dedicação ou combate a uma causa pela qual se enfrenta com arrojo, bravura e valentia, para significar também, e principalmente, qualquer ato considerado como um contributo para o povoamento do atual território do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com base nessas premissas, aqueles personagens concebidos como pioneiros e desbravadores têm recebido, com relativa freqüência, a insígnia estereotipada de herói e mito, como por exemplo, no anúncio formulado por J. Barbosa Rodrigues, ao apresentar seu livro *Histórias da terra mato-grossense*:

Este livro relata feitos heróicos de homens e mulheres durante o período de devassamento e povoação de vasta região do Centro Oeste Brasileiro. [...].
Os seus personagens são heróis do sertão, por isso nem sempre são lembrados na cidade. Mas foram eles que abriram caminho para que as cidades existam.
[...] Estes são os meus heróis e devem ser tidos como heróis por todos os de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul⁶.

Entretanto, se as questões relacionadas a povoamento ampliaram e potencializaram a idéia de heroísmo, quando ela aparece relacionada à atuação das tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai, principalmente nos eventos que permearam o

⁵ QUEIROZ, P. R. C., *Divisionismo e “identidade”...*, p. 19

⁶ RODRIGUES, J. B., *Histórias da terra mato-grossense*, p. 7.

atual território sul-mato-grossense, seu simbolismo ganha contornos ainda mais acentuados.

Neste contexto, conforme observou Carlos Martins Júnior, a Guerra do Paraguai, em especial, os episódios relacionados com a Retirada da Laguna transformaram-se em elementos essenciais para o processo de elaboração de representações míticas do passado, capazes de legitimar a própria existência do estado e a constituição de uma identidade local, a partir da qual os sul-mato-grossenses são identificados, entre outros, como descendentes dos bandeirantes “desbravadores” do sertão e como defensores da fronteira e da integridade nacional ameaçada⁷.

Seus principais personagens, por sua vez, passaram a ser aclamados como heróis do Estado e da pátria. Seus nomes encontram-se materializados nos versos do hino de Mato Grosso do Sul, escrito por José Antonio Siufi e Otávio Gonçalves Gomes, e sancionado pelo Decreto nº 3, de 1º de janeiro de 1979.

[...]

Moldurados pelas serras,
Campos grandes: Vacaria,
Rememoram desbravadores,
Heróis, tanta galhardia!

Vespasiano, Camisão,
E o tenente Antonio João,
Guaicurus, Ricardo Franco,
Glória e tradição!

Como se sabe, a chamada Guerra do Paraguai diz respeito ao conflito armado, ocorrido entre novembro de 1864 até março de 1870, tendo de um lado a República do Paraguai, e de outro, três países, Brasil, Uruguai e Argentina, que formaram uma coalizão conhecida como Tríplice Aliança. No Brasil, durante a década de 1870, prevaleceu, com relativa influência, a interpretação segundo a qual o imperialismo inglês teria sido o principal causador dessa guerra⁸. Para este viés historiográfico, a Inglaterra teria manipulado o Império do Brasil e a República da Argentina, com o objetivo de pôr fim ao modelo de desenvolvimento industrial que teria sido supostamente adotado no Paraguai. Esse modelo teria tornando o país inteiramente autônomo e não mais vulnerável ao

⁷ MARTINS JÚNIOR, C., *Mato Grosso do Sul e a Retirada da Laguna...*, p. 12.

⁸ Não se quer dizer com isso que não existiram vertentes anteriores. Apenas partiu-se da produção desta década por ter se constituído bastante influente e para facilitar o estabelecimento uma de base comparativa com as pesquisas mais recentes.

domínio do império inglês. Além disso, teria passado a figurar como um concorrente, em potencial, aos produtos britânicos na região.

No Brasil, o principal “propagandista” desta versão foi o jornalista Julio José Chiavenato através, principalmente, de seu livro *Genocídio Americano: a Guerra do Paraguai*. Publicado pela primeira vez em 1979, contou com mais de 27 edições, o que demonstra sua grande aceitação. Salienta-se que, de certa forma, a sua aceitação e a reprodução acrítica do espírito de suas idéias pelo “mundo acadêmico” ocorreram, conforme defende Francisco Doratioto, como uma forma de combater as ditaduras militares que dominavam boa parte dos países latino-americanos nas décadas de 1960 a 1980, através da tentativa de desmoralizar os seus referenciais históricos, seus ídolos, (Mitre na Argentina e o duque de Caxias no Brasil), e seus alicerces ideológicos⁹.

Apesar disso, escolas das forças armadas brasileiras, orientadas para a formação de militares que ocupam seus postos de comando, também abraçaram a interpretação que responsabiliza a influência do imperialismo inglês pelo conflito. A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, órgão da Academia da Força Aérea (AFA), por exemplo, utiliza na instrução de seus oficiais, textos sobre a História do Brasil e a História da América Latina produzidos com base nas idéias e nas informações contidas no livro de José Julio Chiavenato, inclusive com diversas citações *ipsis litteris*.

Contudo, a utilização dessa interpretação nos dias atuais demonstra uma certa desatualização frente às pesquisas mais recentes. Conforme constatou Francisco Doratioto, estudos desenvolvidos a partir da década de 1980 revelaram um panorama da Guerra bem distinto do traçado anteriormente. Para ele, a superação dos regimes autoritários, os avanços do conhecimento histórico e a abertura de arquivos criaram condições para uma análise mais objetiva em torno do conflito. Esses estudos indicaram, entre outras coisas, que as origens e a dinâmica do conflito encontram-se no processo de construção e consolidação dos Estados nacionais e não nas pressões externas dos ingleses. Explicitamente:

Na primeira metade da década de 1860, o governo paraguaio, presidido por Francisco Solano Lopes, buscou ter participação ativa nos acontecimentos platinos, apoiando o governo uruguaio hostilizado pela Argentina e pelo Império. Desse modo, o Paraguai entrou em rota de colisão com seus dois maiores vizinhos e Solano Lopes acabou por ordenar a invasão de Mato Grosso e

⁹ DORATIOTO, F. F. M., *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, p. 20.

Corrientes e iniciou uma guerra que se estendeu por cinco anos. A Guerra do Paraguai foi, na verdade, resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata e, ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações¹⁰.

Outro pesquisador, Alfredo da Mota Menezes, também não encontra fundamento na tese “imperialista”. Para ele, é difícil a defesa da tese de que a Guerra foi uma maquinação inglesa para destruir o perigo em que se transformara o chamado modelo autônomo paraguaio, principalmente, pela falta de documentos que indiquem neste sentido, pelo menos até agora. Nos arquivos ingleses, fonte de onde poderia sacar alguns detalhes especiais, não há indícios, muito pelo contrário, existem mais despachos em busca de paz na região do que noutra direção¹¹.

Apesar da importância dos debates sobre as problemáticas interpretativas em torno das causas e do contexto geral que se colocou durante a Guerra do Paraguai, com seus diversos delineamentos bélicos e políticos, além das características de suas batalhas e as drásticas conseqüências econômicas para os países envolvidos, eles não serão discutidos neste trabalho. Interessará aqui apenas uma ocorrência em particular, a penosa retirada realizada durante 35 dias por uma coluna do Exército brasileiro, desde o solo paraguaio até a cidade de Nioaque, no então sul de Mato Grosso. A rigor, o propósito não é investigar o evento propriamente dito, nem a produção historiográfica sobre ele, mas, procurar analisar as idéias reproduzidas pela historiografia memorialística sul-mato-grossense, que utiliza este acontecimento como mito fundador e suporte identitário.

A coluna foi organizada para combater as forças paraguaias através da região sul da então província de Mato Grosso, objetivando marchar até Concepción. Composta, às pressas, por forças de São Paulo, Minas Gerais e Goiás, foi oficialmente denominada *Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso*. Conforme Francisco Doratioto, um “nome pomposo para uma força numericamente acanhada”¹². Também, segundo Doratioto, a coluna, composta inicialmente por 568 homens, saiu de São Paulo em 10 de abril de 1865, comandada pelo Coronel Manuel Pedro Drago, marchou rumo a Campinas e depois a Uberaba, onde recebeu reforços. Passou por Coxim, Aquidauana, Miranda, local onde houve troca de comando, e depois Nioaque. Chegou em 04 de março

¹⁰ DORATIOTO, F. F. M., *Maldita guerra...*, p. 23.

¹¹ MENEZES, A. M., *Guerra do Paraguai: como construímos esse conflito*, p. 23.

¹² DORATIOTO, F. F. M., *Maldita guerra...*, p. 23.

de 1867 na antiga Colônia Militar de Dourados, localizada a doze quilômetros do rio Apa, fronteira com o Paraguai. Adentrou o território paraguaio em 21 de abril de 1867, com 1680 combatentes sob o comando do Coronel Carlos de Moraes Camisão, depois de percorrer mais de dois mil e quinhentos quilômetros. Ocupou a fazenda Laguna, pertencente a Francisco Solano Lopes, em 1º de maio de 1867, mesmo estando em condições sofríveis de combate e logística. Aliás, foram estas as razões que levaram, seis dias depois, o coronel Moraes Camisão a ordenar a retirada para Nioaque¹³.

Contudo, a falta de armamentos, de munição, de equipamentos da engenharia militar, de pessoal, de uniformes, de cavalaria e até, com relativa frequência, a falta de alimentação e as más condições sanitárias, não ocorreu apenas neste momento decisivo. Na realidade esta situação de precariedade operacional acompanhou a Expedição por praticamente toda a sua marcha. Vale salientar que além de sofrer toda sorte de privações, e em grande medida fruto dessa situação, a tropa também foi sucessivamente acometida por várias doenças, entre elas varíola, malária e beribéri, provocando uma quantidade considerável de mortes. Toda essa situação, agravada pela inospitabilidade climática e da vegetação da região, provocaram a ocorrência de diversas baixas, não só em razão de óbitos, mas também por freqüentes deserções. Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães reconhecem que em boa parte do tempo “a tropa deixava de lutar contra o inimigo para, [...] lutar pela sua própria sobrevivência”¹⁴.

Vale destacar que não só os homens padeceram com doenças. Para agravar ainda mais o quadro calamitoso que rondava o universo da coluna, recaiu sobre a região sul de Mato Grosso um surto de uma devastadora enfermidade, conhecida por “mal-das-cadeiras”, que dizimou os poucos cavalos utilizados como montaria, condenando a todos a além de marchar com as próprias pernas, suportar parte da carga. Mesmo que a maioria do carregamento, já fosse transportada por alguns bovinos, em razão da situação, estes passariam a também serem utilizados para carregarem homens em seus ombros, pois a referida doença não os acometia.

Necessário reconhecer que a coluna não passou apenas por momentos árdios, mas pôde apreciar alguns momentos de grande prazer. Na sua estadia em Campinas, por exemplo, onde permaneceu por dois meses, seus componentes gozaram de muita tranquilidade e de muita fartura, no que se refere principalmente à alimentação e lazer. No

¹³ DORATIOTO, F. F. M., *Maldita guerra...*, p. 121 a 127.

geral, tudo ocorreu sem maiores perturbações, a ponto de os oficiais poderem desfrutar intensamente da vida social da cidade, que incluía um sem número de bailes, *soirées* e outros divertimentos¹⁵. Para Acyr Vaz Guimarães a situação de desmedida festividade, refletia apenas a forma extremamente acolhedora com a qual a coluna foi recebida na cidade, não sendo lícito imputar ao seu oficialato qualquer responsabilidade pela longa permanência naquela localidade:

Campinas cumulou a tropa de gentilezas e a oficialidade teve magníficos saraus - tantos, que deu motivo a falatório na Corte, como se fossem eles o motivo da demora na partida para Uberaba¹⁶.

Entretanto, é possível que festas e eventos de igual natureza tenham constituído mesmo o principal motivo para a permanência da coluna na cidade de Campinas. Entre os oficiais da expedição, figurava no Corpo de Engenheiros da coluna o tenente Alfredo d'Escragolle de Taunay, que mais tarde receberia o título de visconde, tornando-se o conhecido Visconde de Taunay. Durante a marcha, além de redigir o Relatório Geral da Comissão de Engenheiros, Taunay trocou muitas correspondências com amigos e familiares, sobretudo, com seu pai e sua irmã Adelaide, publicadas, aparentemente na íntegra, na obra intitulada *Cartas da Campanha de Mato Grosso (1865 a 1866)*. Através delas, pode-se ter uma idéia de alguns acontecimentos desde a saída da coluna em São Paulo até a sua chegada no território paraguaio.

É claro que, assim como qualquer documento, as cartas de Taunay aos seus familiares possuem certa seletividade e representam apenas os seus olhares sobre os fatos. De qualquer forma, compreende-se que os relatos possuem certa dose de credibilidade, haja vista que não foram escritos para serem divulgados ao grande público, mas, privativamente, aos seus entes queridos. Compreende-se, ainda, que isso pode tê-lo levado a selecionar certas informações com o objetivo de poupa-los de más notícias, por exemplo.

Neste sentido, Fernando Kolleritz aponta algumas questões referentes a testemunhos dessa natureza. Para ele, o gênero testemunhal refere em primeiro lugar uma experiência cognitiva feita de corpo presente. O "informante" viveu, viu ou ouviu algo que agora se transmite sob a forma escrita ou oral. Contudo, o ato de testemunhar só tem

¹⁴ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 77.

¹⁵ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha de Mato Grosso (1865 a 1866)*, p. 26-61.

¹⁶ GUIMARÃES, A. V., *Seiscentas léguas a pé (a campanha do Apa)*, p. 27.

sentido porque se julga que alguém é capaz de dizer a verdade, confia-se na sua capacidade cognitiva¹⁷. Explicitamente:

O testemunho explicita que a verdade depende de alguém, não se impõe necessariamente com a evidência autônoma da construção teórica. Regime de verdade, para além do mero registro. A testemunha carrega o passado para o presente, o que aconteceu num lugar geográfico para outro; sustenta assim o real, suporta-o e o garante, e, sempre, garante a si por ter sido capaz de ver com verdade e de transportar intacta aquela realidade para hoje, aqui... A testemunha fala de si no passado e no presente: dou agora por verdadeiro o que vi e afirmo que sempre fui capaz de discernir no que vivi a verdade do real, por abismal que fosse¹⁸.

Neste caso, o campo da confiança amplia-se, sobretudo quando o seu testemunho é involuntário, como é o caso das cartas de Taunay. Em várias delas ele descreve, entre outras coisas, as intermináveis festas quando da estadia da coluna na cidade de Campinas. Numa carta escrita, em princípios de maio de 1865, dirigida ao seu pai, ele relata a atmosfera da situação naquele momento:

Continuamos em Campinas sem saber positivamente o que teremos de fazer. Por enquanto nos ocupamos muito ativamente de um baile, aqui em Campinas, marcado para o dia 31 de maio de 1865, e de que Mana Ihe dará notícias¹⁹.

Em outra, desta vez endereçada à sua irmã, datada de 15 de maio de 1865, confere algumas descrições que permitem visualizar uma situação cuja vivência indica que o sentimento bélico e lembranças da guerra andavam bem longe da coluna:

[...] A vida em Campinas continua alegre, divertida. Ainda ontem, a chamado de Drago, estive em casa de lindas moças onde ficamos jogando prendas até às três horas da madrugada. [...].

Em Campinas gosta-se muito de música e existem boas bandas de orquestra que tocam excelentes quadrilhas nos bailes.

No dia 1 de maio demos um sarau à alta sociedade e se apresentaram muitas senhoras no rigor das toilettes, ombros descobertos bem decotados e com profusão de brilhantes.

É a terra deles. Meninas tinham grandes broches de 3, 4 e 6 contos de réis. Dançou-se até às 3 da madrugada e houve sempre contentamento [...].

¹⁷ KOLLERITZ, F., Testemunho, juízo político e história. *Revista Brasileira de História* n° 48, p. 74.

¹⁸ KOLLERITZ, F., Testemunho, juízo político e história. *Revista Brasileira de História* n° 48, p. 75.

¹⁹ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 43.

De trabalhos de engenharia por ora nada fizemos, ocupados em estudar os meios [para erguer] a matriz de Campinas cujo desenho remeto para casa²⁰.

Na carta, também endereçada à sua irmã, datada apenas de maio de 1865, volta a relatar os prazeres diários possibilitados em Campinas:

A nossa permanência em Campinas tem sido a mais agradável, já não sei a quantas festas, saraus, jantares e bailes temos assistido. Isto sem contar os jogos de prendas de que, todos, diariamente quase participamos²¹.

Todavia, alguns dias mais tarde, ao escrever para o seu pai, a tônica já não era mais a mesma. A longa permanência em Campinas já causava ansiedade na coluna e uma certa tensão entre os oficiais. Um deles, inclusive, havia sugerido ao coronel Drago que seguisse para Cuiabá, pelo menos com o seu Estado-Maior. Porém, ao que tudo indica, o mesmo não acatou a sugestão, mesmo tendo consciência do perigo de invasão que a capital da província corria:

Estamos impacientes pela partida. Já está por demais longa a estada aqui e sabemos que se murmura muito, aí como em S. Paulo, contra tão prolongada permanência nesta cidade. É com razão, força é convir.

Miranda Reis a instigar Drago a que sigamos quanto antes. É preciso dizer porém que a nossa coluna está bem mal aparelhada.

Aconselhou-o a que partisse a frente, com seu Estado-Maior, indo até Cuiabá, levar o conforto à capital de Mato Grosso, tão ameaçado pela invasão paraguaia²².

Na carta seguinte, revela ao seu pai a situação insustentável do coronel Drago, assim como outros inconvenientes causados pela longa permanência em Campinas:

Nossa estadia em Campinas começa a enfadar-nos. A indecisão geral, as despesas do hotel, as dificuldades para o fornecimento de víveres, o transporte de carga e agora a demissão de Drago, que afirmam certa, afligem-nos muito e em nada nos agradam²³.

Mesmo que a longa permanência em Campinas o tivesse deixado “enfadado”, Taunay expressava um sentimento de tristeza ao ser cientificado da partida em breve rumo

²⁰ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 45.

²¹ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 49.

²² TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 50.

²³ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 53.

a Uberaba, pois já andava um tanto acostumado com o ambiente festivo dos últimos dois meses:

Ontem na soirée o Drago anunciou a partida como muito em breve e para daqui a 8 dias. Seguimos para Uberaba e talvez no início do mês lá estejamos. Esta notícia entristeceu-nos muito, porque já nos acostumamos a Campinas, apesar de concebermos as vantagens da partida. Lá se vão quase dois meses de inação, direi quase de folia, passados nesta cidade. Ainda para os consolarmos teremos o nosso baile que está marcado para quinta-feira. [...]. O entusiasmo é geral pelos militares e Campinas há de, depois da partida, cair num estado de melancolia e tristeza desoladora²⁴.

No que diz respeito à decisão de permanecer em Campinas e suas conseqüências para o comandante da coluna, nenhuma carta contém uma informação tão reveladora, quanto a que Taunay enviou ao seu pai, em de 10 de junho de 1865. Nela, ele indica explicitamente que se dependesse da vontade do comandante da Expedição, não sairiam tão cedo de Campinas:

Nossa partida não está ainda marcada. Parece contudo que não tardará, devendo ser por estes dias. A razão do atraso é toda especial e não posso explicar em carta que talvez pare em mãos diversas das suas e seja lida por outras pessoas.

Drago, contra a sua vontade, e quase a força, parte daqui. Miranda Reis faz grandes esforços e todo o pessoal para apressar a partida. É ele quem tudo ativa e quer pôr-se em marcha segunda ou terça²⁵. (grifo inserido).

No ano seguinte, em carta datada de 15 de abril de 1866, Taunay praticamente reconhece as responsabilidades do coronel no caso, pois manifestou ao seu pai seu lamento quanto ao fato de seu amigo Drago ter de responder a um processo no conselho de guerra, *deixando escapar a melhor ocasião de fazer a mais brilhante carreira*²⁶. Dessa forma, pode-se dizer que a longa permanência da expedição em Campinas não foi causada apenas por questões diretamente relacionadas com a preparação para o conflito, assim como não ocorreu exclusivamente em razão de ordem superior, mas foi provocada por um elemento estranho aos admitidos objetivos militares: o desejo pessoal do seu comandante, o Coronel Manoel Pedro Drago. Fica um tanto evidente que, com base nas prerrogativas do seu cargo,

²⁴ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 56.

²⁵ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 57.

²⁶ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 158.

adiou enquanto pôde a partida, principalmente em função da situação festiva e galanteadora vivida naquela cidade.

Em virtude de se encontrar em uma guerra, as notícias enviadas por Taunay aos seus familiares não versavam apenas sobre regozijos. Em muitas cartas relatou dramáticas situações de dificuldade, sofrimento e penúrias, vividas não só por ele, mas por toda a coluna. Contudo, durante toda a marcha dos expedicionários até sua chegada em terras paraguaias, os relatos não dizem respeito a batalhas ou confrontos com o inimigo, mas a circunstâncias estruturais da própria coluna.

Tivemos viagem a mais cruel possível; no meio do sertão faltaram-nos os víveres e durante sete dias, que nos pareceram sete séculos, só comemos maus frutos do campo. À noite os mosquitos não nos deixavam um único momento de repouso na impossibilidade de termos um pouco de calma depois dos dias de completa abstinência, nos reduzira a tal estado de inanição que a cada momento tínhamos síncope²⁷.

Algumas dessas circunstâncias são completamente destituídas de bom senso, se é que se pode falar em bom senso quando se trata de guerra. São situações que impressionam pelo desconhecimento demonstrando pelo Império e pelo alto comando do exército brasileiro naquele momento. Como por exemplo, no quadro traçado por Taunay, sobre a estada da coluna nas imediações do rio Coxim:

Este ponto do Coxim foi pessimamente escolhido. A tropa achava-se muito mal provida de roupa e ainda de víveres.

Chegam a nosso Chefe, avisos e mais avisos do Ministro da Guerra, de que devemos marchar, logo e logo, sobre Miranda, para daí desalojarmos os paraguaios, enxotando-os além do Apa.

Mas como? Quando nos achamos tão desaparelhados? E isto quando as enormes chuvaradas já inundaram os campos, e toda a região se acha convertida num tremedal? Como podemos sair desta nesga de terreno enxuto? E como sustentar as forças? Bem se vê que aí no Rio de Janeiro, no Gabinete do Ministro, se desconhece as particularidades destas regiões ermas e enormes²⁸.

Se o infortúnio sempre acompanhou, à curta distância, o Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso enquanto estava apenas em marcha, pode-se imaginar a situação da coluna quando entrou em conflito com o inimigo. Ou melhor, quando em razão de sua própria incapacidade bélica e logística teve de abandonar seus

²⁷ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 155.

²⁸ TAUNAY, A. d'E., *Cartas da Campanha...*, p. 155.

objetivos estratégicos e bater em retirada, com os paraguaios no encalço a despejar tiros com fuzis e a incendiar os matagais a sua volta, promovendo toda sorte de escaramuças, transformando a fuga dos componentes da tropa brasileira num verdadeiro inferno.

Não bastassem as mazelas causadas pelos inimigos de guerra, os expedicionários foram castigados também pela natureza, chuvas torrenciais incessantes e cólera, doença que se tornou verdadeiro flagelo no interior do grupo, causando-lhe considerável número de baixas em vida e em moral. Numa decisão dramática, 130 coléricos foram abandonados pelos demais, que só tinham força para locomover seu próprio corpo. Apesar do cartaz que solicitava “compaixão com os coléricos”, todos foram mortos. A cólera também provocou a morte do último comandante, coronel Carlos de Moraes Camisão, que teve seu comando caracterizado por freqüente hesitação, e do guia da coluna José Francisco Lopes, conhecido como Guia Lopes da Laguna. Aliás, apesar dos autores sul-mato-grossenses, de maneira geral, identificarem-se com a figura do Guia, “todos são um pouco Lopes”, da mesma raça, da mesma índole, afirmam, seu nome não é lembrado no hino do Estado.

Depois de mais de trinta dias, rechaçando como pôde os ataques inimigos, o que restou da coluna chegou em Nioaque no dia 4 de julho de 1867, encontrando-a completamente destruída, pois havia sido abandonada pela tropa ali deixada, permitindo aos paraguaios que a ocupassem pela segunda vez, saqueando-a e incendiando-a, deixando de “pé” apenas a igreja, que na verdade depois se descobriu que se tratava de uma armadilha. Explodiu no dia seguinte, matando quinze brasileiros. Daí para frente os paraguaios não mais incomodaram. Conforme Francisco Doratioto:

A partir desse momento a força retirante viu-se livre dos paraguaios e marchou, no mesmo dia, para o porto do Canuto, no rio Aquidauana, onde chegou em 11 de junho de 1867 reduzida a setecentos combatentes. Neste local encontrava-se o coronel Lima e Silva, que abandonara Nioaque com seus homens e o arquivo da coluna. Terminava, assim, a Retirada da Laguna²⁹.

Pois bem. Apesar de todo malogro que caracterizou a “missão” do Corpo Expedicionário em Operação no Sul de Mato Grosso, em especial a penúria vivida durante a sua retirada, a memória construída em torno dele sugere apenas feições de bravura, patriotismo, fibra, numa palavra, heroísmo. Não bastasse a conotação heróica, se atribuiu

²⁹ DORATIOTO, F. F. M., *Maldita guerra...*, p. 128.

ainda uma outra significação, a de vitória. Com efeito, a tentativa de transformar derrota em vitória é uma tática bastante antiga, e não é privilégio de memorialistas, muito menos dos sul-mato-grossenses. Roberto Pompeu de Toledo, criativo ensaísta que escreve semanalmente para a revista *Veja*, apresentou um exemplo primoroso dessa conversão:

A história do século XX registra um saco espetacular de conversão de derrota em vitória - o da França na II Guerra Mundial. A França desabou militarmente, logo no início da guerra, a um simples piparote da Alemanha nazista. À derrota nas armas se somou, em seguida, a derrota moral de ter metade do país submetida à ocupação direta dos nazistas, sob o silêncio de boa parte da população, e a outra metade submetida a um governo títere, chefiado pelo marechal Pétain [...]. E, no entanto, ao término da guerra, a França foi declarada vencedora! Tão vencedora que mereceu um assento permanente [...] no Conselho de Segurança da ONU³⁰.

Com a construção da idéia de triunfo, atribuída ao episódio da Retirada da Laguna, o próprio termo “*retirada*” sofreu uma mudança etimológica e ortográfica. Sua acepção militar relacionada a recuo das tropas para retaguarda, por motivos estratégicos ou após combates desastrosos, foi completamente modificada e ganhou contornos de sucesso e êxito. Além disso, passou a representar exatamente o seu significado inverso, ou seja, “avanço” ou mesmo “ataque”. Sua grafia, por sua vez, ganhou um “R” maiúsculo, sutilmente foi deslocado de classe gramatical, passou a compor um substantivo próprio. Não é mais a *retirada*, mais sim a “*Retirada*”, a “*Retirada da Laguna*”, o nome próprio da “*mais brilhante e emocionante [operação] da história militar brasileira*”, segundo as palavras de Lenine C. Póvoas³¹. A expressão “*Retirada*”, escrita sozinha, passou a sugerir a ocultação do seu referencial de peculiaridade, “*Laguna*”, constituindo, na memória coletiva regional, uma singular abreviatura.

Contudo, longe de representar uma simples manobra gráfica, a “inversão” do conteúdo semântico do signo lingüístico, neste caso, extrapola o ambiente gramatical e envereda no pantanoso campo ideológico. De qualquer forma, independente de suas nuances políticas e identitárias, é certo que ela fornece elementos que permitem entender, ou pelo menos se ter alguma idéia, de como funciona a lógica memorialística no momento da construção e produção de suas narrativas de exaltação e engrandecimento. Ao concluir

³⁰ TOLEDO, R. P., Em busca da mágica redentora. *Revista Veja*, Edição nº 1911, ano 38, nº 26, p. 134.

³¹ PÓVOAS, L. C., Prefácio, In: GUIMARÃES, A. V., *500 Léguas em canoa: de Araraitaguaba às minas do Cuiabá (as monções paulistas)*, p. 05.

seu relato sobre a retirada da Laguna, com a chegada da tropa no ribeirão Taquaruçu, Acyr Vaz Guimarães permite uma visualização dessa inversão da realidade histórica:

Ali a perseguição inimiga cessara, afastando-se os soldados de Urbietta para o Apa, ao som das suas cornetas e ao rufar dos seus tambores, **pondo fim ao inglório feito militar de perseguição, sem alcançar seu objetivo - o de destruir a força brasileira.** [...].

A 11, o pequeno exército, exausto, maltrapilho, mas com suas bandeiras a drapejar pelos campos sul-mato-grossenses e seus canhões incólumes, chegou ao porto de Canuto, **pondo fim à trágica, mas heróica retirada.**

Estava, com toda desgraça da retirada, **cumprido o objetivo** a que se propusera a Expedição de Mato Grosso: **expulsar o invasor que nunca mais voltou à ocupação**³². (grifos inseridos)

O general Carl Von Clausewitz, em seu célebre tratado *Da Guerra*, publicado postumamente em 1832, é essencialmente lembrado pela sua afirmação de que a guerra é a continuação da política por diferentes meios. Entretanto, também discorreu sobre as retiradas, que concebia nos seguintes termos:

Numa batalha perdida as forças de um exército ficam alquebradas, as morais em maior grau que as físicas. A menos que novas circunstâncias favoráveis entrem em jogo, uma segunda batalha conduzirá à completa derrota, talvez à destruição. Isto é um axioma militar. De acordo com o procedimento usual, a retirada continua até ao ponto em que é restaurado o equilíbrio de forças, quer por meio de reforços, quer pela proteção de fortalezas firmes, quer por ótimas posições defensivas proporcionadas pela região, quer pela separação das forças do inimigo. Mantendo-se a magnitude das perdas, a ampliação da derrota e, ainda mais, o caráter do inimigo irá aproximar ou afastar o momento desse equilíbrio³³.

Estabelecendo um parâmetro de comparação, através do pensamento do general Clausewitz, pode-se dizer que a chegada da tropa em Nioaque, pondo termo à retirada, longe de apresentar resultados satisfatórios em termos de vitória, representou aquilo que chamou de “o ponto em que foi restaurado o equilíbrio de forças”, proporcionado, neste caso, “por meio de reforços”, pelas “posições defensivas proporcionadas pela região” e, sobretudo, “pela separação das forças do inimigo”, já que afastaram o “momento de equilíbrio” até o ponto que assim desejaram, inclusive, deixando para trás uma armadilha. Diante dessas circunstâncias, é difícil vislumbrar a possibilidade de algum componente de

³² GUIMARÃES, A. V., *Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica*, p. 187.

³³ CLAUSEWITZ, C. V., *Da Guerra*, p. 261-262.

vitória, a não ser pela capacidade de terem conseguido preservar a própria vida. Isso em se tratando de apenas 700 homens, do total de 1680 que formavam a coluna no momento que foi ordenado o recuo.

Independente de qualquer questão ou inconveniente existente entre fato e ficção, no círculo que envolve o memorialismo sul-mato-grossense, todos os autores procuram cultuar o episódio, conferindo-lhe as mais relevantes manifestações de louvor e glória. Esforço que, aliás, já foi percebido por Ana Paula Squinelo, em seu estudo sobre representações em torno do conflito. No que se refere às características dos escritos memorialísticos dos autores sul-mato-grossenses, destaca:

Elas procuraram valorizar o episódio da Retirada da Laguna. Como Taunay e Corrêa Filho, tentaram perpetuar as interpretações favoráveis ao império brasileiro. Dedicaram-se, assim, a transformar a derrota militar em um episódio épico e essencial para a história desse “rincão” mato-grossense³⁴.

Ana Paula se refere a Virgílio Correa Filho, intelectual mato-grossense que procurou enaltecer a figura de Augusto Leverger, notabilizado por, supostamente, ter detido o avanço paraguaio sobre Cuiabá. Refere-se também a Alfredo d’Escragnolle Taunay³⁵. Com a obra *A Retirada da Laguna*, Taunay materializou a sua reconstituição acerca do evento. Não escreveu exatamente tudo o que viu e sentiu, mas, em razão de inerente seletividade da memória, tudo o que desejava que fosse “visto” e “sentido” pelo porvir. É certo que não omitiu as agruras vivenciadas, os erros táticos e estratégicos, não escondeu as contradições, muito pelo contrário, mesmo assim o tornou ufano. Através de um exercício da exaltação ao fato e aos combatentes, remeteu a ambos para o universo da mitificação, exatamente como proclama Virgílio Corrêa Filho:

Nas suas pegadas prosseguiu até entrar em território paraguaio, onde iniciou a epopéia do regresso, imortalizada na “Retirada da Laguna”, escrita por A. Taunay, que participou dos padecimentos dos expedicionários e lhes testemunhou os lances gloriosos de heroísmo³⁶.

³⁴ SQUINELO, A. P., *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...* Ensino, memória e história de conflito secular, p. 76.

³⁵ Autor do afamado *A Retirada da Laguna*, livro épico escrito em francês, publicado em 1871, no Rio de Janeiro e dedicado ao Imperador Pedro II. Foi traduzido para o português pelo seu filho, Affonso.

³⁶ CORRÊA FILHO, V. C., *História de Mato Grosso*, p. 548.

Enquanto Alfredo d'Escagnolle Taunay era transformado em herói e mito, sua obra sofria uma transubstanciação tornando-se um documento/monumento, na acepção conferida por Jacques Le Goff. Assim, sua narrativa adquiriu o estatuto de verdade e nesta condição passou ser utilizada como fonte de verdade e fidedignidade absoluta. Dessa forma, pode-se dizer que a publicação desse relato deu início ao processo de heroicização da malograda retirada, e mais tarde serviu de base para a sua consolidação como um dos mitos fundadores da história de Mato Grosso do Sul.

Já se disse que a temática em torno da Guerra do Paraguai, com destaque para o episódio da retirada da Laguna, ocupa com relativa frequência as páginas do memorialismo sul-mato-grossense. Contudo, Acyr Vaz Guimarães dedicou um espaço maior em seus escritos ao referido conflito. Produziu, inclusive, um trabalho sobre a expedição, que intitulou *Seiscentas léguas a pé (a campanha do Apa)*. Publicado em 1988, dentro do projeto da Série Historiografia, editada pelo Tribunal de Justiça do Estado, o livro caracteriza-se por utilizar narrativa heroicizante, desprovida de análises e produzida com a conhecida linguagem ufanista. Assim como os outros volumes da referida Série, o livro é apresentado pelo professor Hidelbrando Campestrini. Em sua exposição procurou, entre outras lisonjas, destacar aquelas que seriam as principais características da pesquisa e do próprio livro, assim como destacou os pretensos objetivos que se desejava alcançar com a sua publicação. Do conjunto de sua exposição, destacam-se os seguintes trechos:

[...] Vem a lume, assim, o *Seiscentas Léguas a Pé*, de Acyr Vaz Guimarães, com a missão de atualizar as informações sobre o conflito Brasil-Paraguai, em terras então mato-grossenses, relatando, detalhadamente e com isenção de ânimo, as vicissitudes pelas quais passou a Expedição de Mato Grosso, que, formada em São Paulo, atravessou aquele Estado, Minas Gerais e Mato Grosso, invadiu, sem sucesso, a terra guarani e alcançou Cuiabá, após quase seiscentas léguas a pé.

[...] O autor, talvez sem pretender, concebeu um canto de exaltação à força humana, ao heroísmo, à solidariedade (brasileiros de todos os recantos defendendo, com a própria vida, esta terra e seus habitantes). Um grito de patriotismo, tão necessário às gerações atuais³⁷.

Apesar de sugerir que o livro tinha a “missão de atualizar as informações sobre o conflito”, nenhuma nova informação é apresentada. E não poderia ser diferente, haja vista que não é utilizada nenhuma documentação primária. Na realidade, constata-se, através da bibliografia indicada, que o livro foi produzido com base nas informações contidas em dez

³⁷ CAMPESTRINI, H., Apresentação. In: GUIMARÃES, A. V., *Seiscentas Léguas a Pé (a campanha do Apa)*.

obras do próprio Alfredo Taunay, entre elas, *A Retirada da Laguna, Memórias e Cartas da Campanha de Mato Grosso*, e na obra do general Augusto Tasso Fragoso, *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*, editada pela Biblioteca do Exército. Assim como nessa obra, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães concluem os relatos sobre a retirada com uma evasiva: “a 11, a coluna chega a porto Canuto, pondo fim à retirada, com seu objetivo realizado”³⁸.

Porém, estendendo a validade dessas afirmações e ultrapassando os limites dessas narrativas, o jornalista J. Barbosa Rodrigues defendeu uma idéia na sua obra *História de Mato Grosso do Sul*, segundo a qual é possível visualizar uma “ponte” entre o episódio da retirada da Laguna e a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, confirmando a idéia de mito fundador:

Doentes, maltrapilhos, esfomeados, acossados pelo inimigo que ateava fogo às macegas, os retirantes de Laguna, sem que o pressentissem, estavam lançando as bases de um novo período histórico para uma região onde, em futuro não muito distante, brilharia para uma nova estrela no firmamento brasileiro: o Estado de Mato Grosso do Sul³⁹.

Para o jornalista, a Guerra do Paraguai, além de ter possibilitado a integração de Mato Grosso ao restante do país, criou as bases e as condições concretas para que, 137 anos depois, o estado fosse dividido. Dessa forma, os retirantes tornaram-se os fundadores, mesmo sem que pressentissem, de Mato Grosso do Sul.

Para Mato Grosso, e especialmente para Mato Grosso do Sul, a invasão guarani, apesar dos estragos que causara, foi um benefício, pois despertou nos governantes e na mentalidade de todos os brasileiros a necessidade inadiável de sua definitiva integração⁴⁰.

As narrativas formuladas por J. Barbosa Rodrigues, mesmo destituídas, sob o ponto de vista histórico, de sentido, razão e bom senso, possuem racionalidade, qual seja, fundar as bases “históricas” do Estado, atribuindo a Retirada da Laguna às origens míticas da sua existência.

Por tudo isso, as narrativas construídas em torno das ações do Corpo Expedicionário em Operação no sul de Mato Grosso, em especial, sobre a sua retirada da

³⁸ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 82.

³⁹ RODRIGUES, J. B. , *História de Mato Grosso do Sul*, p. 88.

fazenda Laguna, procurou o ardil de transmutar a derrota em vitória. Pode-se dizer que o memorialismo, de modo geral, e mais especificamente, o sul-mato-grossense, mostrou-se virtuoso na arte da dissimulação. Se por um lado, permeia no relato matriz da *Retirada da Laguna* os trinta e cinco dias de horrores, indicando de certa forma tudo o que não se deve viver em uma guerra, de outro, exalta a essência vazia do conteúdo discursivo da “ordem do dia” baixada em 12 de junho de 1867, pelo chefe José Tomás Gonçalves, mas lavrado pelo próprio Visconde de Taunay, demonstrando que mesmo com todas as evidências indicando em um sentido, o discurso memorialístico caminhou para outro:

A retirada, soldados, que acabais de efetuar, fez-se em boa ordem, ainda que no meio das circunstâncias as mais difíceis. Sem a cavalaria contra o inimigo audaz que a possuía formidável, em campos onde o incêndio da macega, continuamente aceso, ameaçava devorar-vos e vos disputava o ar respirável, extenuados pela fome, dizimados pela cólera que vos roubou em dois dias o vosso comandante, o seu substituto e ambos os vossos guias, todos esses males, todos estes desastres vós os suportastes em uma inversão de estações sem exemplo, debaixo de chuvas torrenciais, no meio de tormentas de imensas inundações, em tal desorganização da natureza que parecia contra vós conspirar. Soldados! Honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras⁴¹.

O discurso presente na “ordem do dia” exalta a preservação dos canhões e das bandeiras. Celebra a honra pela constância dos soldados. Descreve, de forma comovida, todas as agruras provocadas pelo inimigo e pela natureza. Mas não concede uma vírgula as suas causas. Dá a impressão que o episódio ocorreu por força e graça do destino, uma catástrofe inesperada que a todos pegou desprevenidos, mas, não foi nada disso. Tratou-se de uma missão de guerra, que deveria ter uma tática e uma estratégia adequada para a situação, que deveria ser planejada e estruturada conforme as exigências do conflito. Mas não o foi. A “ordem do dia” resume o que se transformou o discurso memorialístico sobre a retirada e sobre a guerra, indica o que se viveu, mas não por que se viveu.

⁴⁰ RODRIGUES, J. B. , *História de Mato Grosso do Sul*, p. 88.

⁴¹ RODRIGUES, J. B. , *História de Mato Grosso do Sul*, p. 88.

CAPÍTULO II

O DIVISIONISMO

O desejo de dividir o Estado de Mato Grosso e criar uma nova unidade da federação na sua porção sul, nunca se materializou numa mobilização expressa pelo conjunto da população “sulista”. Conforme Mariza Bittar, o chamado *movimento divisionista* sempre constituiu uma demanda vinculada às elites políticas e econômicas do sul de Mato Grosso. Exceto por ocasião da coleta de 20 mil assinaturas levadas à Constituinte de 1934, o “movimento” nunca teve feição popular¹.

Porém, mesmo como demanda dos setores dominantes da sociedade local, o “movimento divisionista” nem sempre esteve colocado na ordem do dia. Aparecia e desaparecia, aquecia e arrefecia conforme as disputas e conveniências políticas. Com a criação do Estado, os autores sul-mato-grossenses procuraram transformá-lo no principal protagonista da divisão. Assim, mesmo estando desativado em 1977, o movimento divisionista foi transformado em mito fundador do Estado de Mato Grosso do Sul.

Neste sentido, o Jornal *Correio do Estado* passou a reivindicar para si posição de destaque nesse processo. Todos os profissionais que o fazem, do próprio J. Barbosa Rodrigues até os seus atuais diretores e jornalistas, afirmam que a vitória mais entusiástica do jornal diz respeito à suposta interferência e participação no processo de divisão de Mato Grosso. Para o jornalista Antonio João Hugo Rodrigues, seu atual proprietário, que também ocupa a função de diretor, “O *Correio do Estado* transformou a bandeira divisionista numa causa de extrema importância histórica, conseguindo expressar o

¹ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do Estado sonhado ao Estado construído...*, p. 230.

sentimento do povo naquilo que ele tinha de mais forte”². O jornalista Ico Victorio vai mais além e declara a participação do jornal nos seguintes termos:

Porém, nada em importância histórica e política se compara à luta intransigente do jornal pela divisão do Estado. O Movimento Divisionista teve nas edições do jornal, uma série de reportagens, sugestões e críticas em trabalho comandado diretamente pelo diretor do jornal *Correio do Estado*, professor J. Barbosa Rodrigues - considerado também um soldado do movimento.³

Concordando e, de certa forma, reforçando a tese da efetiva participação do *Correio do Estado* no processo de criação de Mato Grosso do Sul, a professora Mariza Bittar, ao analisar a referida questão a partir de parâmetros elaborados por Antonio Gramsci, entende que se pode atribuir ao jornal a função de um partido político:

Conforme pesquisava as páginas do *Correio do Estado* muitos desses aspectos entre imprensa e divisionismo foram ficando claros e então lembrei-me do teórico italiano Antonio Gramsci, para quem um jornal pode exercer “função de partido político” e “atuar como se fosse uma força diretriz em si, superior aos partidos e por vezes mesmo julgada como tal pelo público”. Foi exatamente este o papel do *Correio do Estado* no processo divisionista: o “partido político” da divisão de Mato Grosso, atuando na divulgação de idéias, buscando criar uma espécie de consenso sobre a necessidade de um novo estado, projetando Campo Grande, enfim reforçando a “ideologia” da divisão. Por isso a sua profunda ligação com Mato Grosso do Sul⁴. (grifos do original).

Entretanto, entende-se que antes de atribuir, a quem quer que seja, papéis no processo divisionário, é necessário fazer algumas distinções e atentar-se para determinadas resultantes históricas daquele processo. Uma coisa é a defesa da divisão que foi encampada em alguns momentos e das mais variadas formas, através da luta armada, da formação de entidades, coleta de assinaturas, divulgação de idéias através da imprensa, pressões de gabinetes, etc. Outra coisa foi o efetivo processo de divisão ocorrido em 1977. Sob o ponto de vista das razões objetivas que levaram à criação de Mato Grosso do Sul, pode-se dizer que uma situação (a suposta “luta divisionista”) pouco ou nada tem a ver com a outra (as razões concretas que levaram para criação do estado).

Há de se reconhecer que o assunto é complexo e ainda carece de estudos mais aprofundados, mas é fato que a divisão de Mato Grosso não ocorreu por iniciativa das

² RODRIGUES, A. J. H., Levantamos bandeiras. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 02.

³ VICTORIO, I., Jornal adotou perfil crítico. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 22.

⁴ BITTAR, M., Os segredos de cada página. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 31.

elites “sulistas”, tampouco em consequência de mobilização popular. Mais provável é ter sido fruto das variantes constitutivas da política de redivisão territorial implementada pelo Governo do General Ernesto Geisel, que incluía, entre outros elementos, as problemáticas em torno geopolítica das fronteiras e da ocupação do Oeste brasileiro e da região amazônica. Concebidas, aliás, sob forte influência do pensamento militar do Exército brasileiro. Desse modo, tudo leva a crer que a decisão de criar Mato Grosso do Sul não considerou, de forma objetiva, as supostas reivindicações das “lutas divisionistas” na região mato-grossense. Podem até ter sido levadas em consideração, mas apenas em aspectos meramente secundários e subjetivos.

Dessa forma, observadas as circunstâncias concretas do processo que levou à criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, abraça-se aqui o entendimento segundo o qual não é lícito atribuir ao jornal *Correio do Estado*, nem a outros “atores”, qualquer papel alavancador no processo de criação do Estado de Mato Grosso do Sul. Mais adequado acredita-se, é conferir a todos uma função adjacente, em geral exercida na esfera da colaboração. Ocorre, entretanto, que os memorialistas sul-mato-grossenses procuram mil maneiras de incluírem-se, como protagonistas, neste processo.

Além da preocupação em introduzirem-se no processo de “fundação”, é possível identificar também o desejo de transformar a criação do estado num acontecimento com, pelo menos, dois significados básicos. Um relacionado a diferenciações entre norte e sul e outro relacionado ao suposto movimento divisionista. O primeiro se apóia na idéia da existência de uma diferenciação cultural e econômica entre o sul e o norte de Mato Grosso que, somadas às inerentes diferenças climáticas e da vegetação, tornava a divisão um ato naturalmente necessário, há muito tempo postergado. Em outras palavras, a divisão de Mato Grosso teria apenas separado o que já era por natureza dividido.

No que concerne à idéia da existência de uma diferenciação entre o norte e o sul de Mato Grosso, que teria constituído causa fundamental da divisão, Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães enumeram as particularidades da sociedade, das paisagens naturais e das características do povoamento das duas regiões:

Na verdade, Mato Grosso sempre foi dual: norte e sul - por diferenças geográficas, históricas, administrativas e culturais.

O sul é formado basicamente pelo planalto da serra de Maracaju (de terras, topografia e clima propícios à agricultura) e pelas planícies da Vacaria e do rio

Paraguai (principalmente o Pantanal), excelentes para a pecuária. O norte é mais planalto e mais bacia amazônica, bem diferente do sul, principalmente no clima. O norte foi povoado, durante os primeiros séculos de ocupação, por aventureiros em busca de riquezas, sem interesse no povoamento, tanto que, com o decréscimo da produção do ouro, a população diminuiu. O sul baseou-se na pecuária extensiva que fixou o homem à terra, beneficiado ainda pela chegada de numerosas levas de imigrantes determinados a fazer riqueza com a pecuária e com a agricultura⁵.

Diferenciações relacionadas às contigüidades da porção sul com outros estados, que teriam ocasionado ligações econômicas diferenciadas, e o desenho da estrutura do governo estadual, também são razões apontadas por Hidelbrando Campestrini e Acyr Vaz Guimarães, que “exigiam” a divisão:

O sul está, por razões históricas e econômicas, ligado a São Paulo e ao Paraná; o norte, à Amazônia, a Goiás, a Brasília. A administração do Estado foi sempre bipolar: havia em quase todos os órgãos do governo estadual, duas regionais: a do norte e a do sul, caracterizando interesses locais⁶.

Até mesmo a suposta falta de uma identidade cultural na porção meridional, em contraposição a um norte hipoteticamente com identidade consolidada, é apontada por Campestrini como fator que justificou a criação de Mato Grosso do Sul:

O norte possui uma tradição cultural mais sólida, mais homogênea, um número significativo de destaques na história, nas letras, nas artes e nas ciências, ao lado de escolas tradicionalmente competentes, com um povo que preserva sua história. O sul já não apresenta tais condições: povoado recentemente, seus habitantes, voltados à produção agropecuária, pouco se preocupavam com suas manifestações culturais, tanto que a região não possui identidade cultural; ao contrário, nela se misturam manifestações das mais diversas, destacando-se atualmente as paraguaias e as rio-grandenses⁷.

Contudo, no que se refere às razões que levaram à divisão de Mato Grosso, pode-se dizer que todas essas diferenciações, existentes por sinal, apontam para questões inteiramente subjetivas. Se diferenciações desse porte fossem utilizadas como pressupostos definidores para a divisão territorial do país, levariam a federação brasileira a ter uma imensurável quantidade de unidades, haja vista que diversidades de âmbito cultural, social,

⁵ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 140-141.

⁶ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 141.

⁷ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 141.

econômica, climática e da vegetação são encontradas no interior dos territórios de todos os estados do Brasil, inclusive no próprio Mato Grosso do Sul.

Em relação a isso, o que dizer da cultura, da sociedade, da economia do clima e da vegetação da região do Pantanal em relação ao planalto sul-mato-grossense? O que dizer da zona litorânea da maioria dos estados nordestinos, em relação ao agreste a ao sertão?

O segundo significado, que está umbilicalmente ligado ao primeiro, diz respeito à idéia, segundo a qual, a criação de Mato Grosso do Sul teria representado o triunfo de um perseverante, único e contínuo processo de luta divisionista, iniciado no longínquo final do século XIX. Contando com a participação ativa de toda a população “sulista”, o movimento teria permanecido mobilizado durante todo o período até sua vitoriosa coroação em 1977, com a apoteótica aprovação da Lei Complementar nº 31. Em síntese, a idéia pressupõe que a divisão de Mato Grosso e a conseqüente criação de Mato Grosso do Sul teriam resultado de uma histórica e ininterrupta luta divisionista. Esta idéia se encontra dispersa em várias obras e em artigos publicados pela imprensa. Contudo, nas palavras de Demóstenes Martins, apresenta contornos bem mais sintéticos:

As manifestações de aplauso com que todo o Sul de Mato Grosso expressou seu tributo de gratidão ao Presidente Geisel, não foram um movimento insólito, mas o pronunciamento que consagra a vitória de uma reivindicação tão grata aos seus habitantes. **Era o coroamento de um ideal que vinha desde o fim do século passado, o reconhecimento de um imperativo geoeconômico, a conseqüência lógica da desajustada constituição do grande Mato Grosso, o corolário de uma luta que se manteve viva em todas as oportunidades que se apresentaram.** [...].

É, portanto, a Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, do Congresso Nacional, aprovando o projeto do Presidente Geisel, o término da trajetória, o ponto de chegada de uma idéia que vem iluminada de antecedentes históricos e determinada por fatores geográficos, econômicos, hereditários e políticos, ressaltantemente positivos⁸. (grifo inserido).

Entretanto, sob o ponto de vista histórico, ou seja, com base na análise e na problematização dos vestígios do passado, movimentos direcionados pela divisão de Mato Grosso e pela criação de uma nova unidade da federação na sua porção sul, nunca constituíram um processo único, tampouco contínuo. Muito pelo contrário, todos eles representaram ocorrências esporádicas, com características dessemelhantes e com sentidos, interesses e projetos completamente distintos. Grosso modo, pode-se dizer que nunca

⁸ MARTINS, D., *A Poeira da Jornada*, p. 372-373.

houve, nesta região, um movimento divisionista propriamente dito, mas sim, proposições com intenções divisionistas e separatistas, espalhadas ao longo do século XX. O que permite admitir que em Mato Grosso não é possível se falar em “divisionismo” no singular, mas em “divisionismos” no plural. Ocorre, contudo, que sob o ponto de vista memorialístico, onde costuma prevalecer a versão da história desejada, o divisionismo mato-grossense perde suas nuances e ganha contorno único e linear, da forma analisada por Paulo Roberto Cimó Queiroz:

[...] tendem a ser esquecidos os recuos e descaminhos da história do divisionismo, estendendo-se ao conjunto dos líderes e mesmo da população sulista posições historicamente relacionadas apenas àqueles poucos divisionistas que se haviam mantido o tempo todo fiéis ao velho ideário. Em outras palavras, a “chama” do divisionismo - que, na verdade, antes havia chegado mesmo a quase apagar-se - é figurada como permanentemente acesa, desde os fins do século XIX⁹.

Vale salientar que, em alguns acontecimentos corriqueiramente proclamados pelo memorialismo sul-mato-grossense como momentos de lutas divisionistas, na verdade observadas as circunstâncias no cômputo geral, percebe-se que a idéia divisionista, no sentido restrito de transformar Mato Grosso em dois estados, simplesmente não estava colocada na ordem do dia. Como por exemplo, durante os embates de 1892, quando a dinâmica do confronto “coronelístico” entre as tropas de Antônio Maria Coelho e de Generoso Ponce, levou ao surgimento da idéia de separar Mato Grosso do Brasil e transformar o território mato-grossense na República Transatlântica ou Estado Livre de Mato Grosso, a idéia não era dividir Mato Grosso em dois estados, mas, transformá-lo em um outro país. Conforme Mariza Bittar:

No desenrolar do confronto surgiu a idéia, frustrada aliás, de separar Mato Grosso da federação brasileira.

O que chama a atenção, todavia, é que a separação pleiteada por parte dos revoltosos contrários a Ponce, reunidos em Corumbá, não diz respeito ao *sul* do estado, mas sim a *todo* o estado de Mato Grosso, que deveria desmembrar-se do Brasil, juntando-se às Repúblicas do Prata¹⁰.

Hidelbrando Campestrini, no entanto, concebe este acontecimento como a ocorrência da “primeira tentativa de se criar um novo estado”, só que teria ocorrido, “de

⁹ QUEIROZ, P. R. C., *Divisionismo e “identidade”*..., p. 22.

¹⁰ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*, p. 58-59.

forma esdrúxula”¹¹. Porém, não explica com muita consistência o que quer dizer quando utiliza tal expressão. Independente de qualquer “proclamação exótica”, não é difícil perceber quão o ideário orientador deste acontecimento, que supostamente teria se constituído num embrião do longo processo de luta “divisionista”, é completamente dissociado da idéia de luta pela divisão de Mato Grosso. Ocorre, entretanto, que o conjunto do memorialismo sul-mato-grossense procura transformar toda sorte de disputas em lutas divisionistas, inclusive, os confrontos armados “intracoronéis”. Isso leva alguns autores a cometer imprecisões, como, por exemplo, uma levada a efeito por J. Barbosa Rodrigues. No livro *Isto é Mato Grosso do Sul*, de 1978, ele afirma:

A criação desse mais novo Estado brasileiro **veio coroar uma luta de mais de sete décadas**, durante as quais a gente sulista, principalmente de Nioaque e Ponta Porã, e posteriormente em Campo Grande na liderança, se movimentou periodicamente em campanhas que por motivos vários nem sempre tiveram a repercussão que se esperava junto aos poderes públicos federais¹². (grifos inseridos)

Quinze anos mais tarde, na obra *História de Mato Grosso do Sul*, proclama:

À SOMBRA DOS ERVAIS sul-matogrossenses germinou, no último quartel do século XIX, um movimento que culminou, quase cem anos depois, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul.¹³

Porém, assim como a tentativa de alterar aquilo que dizem os vestígios da realidade histórica se constitui numa prática que merece reprovação, igualmente reprovável é a utilização do expediente da invenção da história, como é o caso da versão segundo a qual teria ocorrido em 1932, uma suposta divisão de Mato Grosso com a constituição de uma nova unidade da federação de nome “Estado de Maracaju”. Para alguns memorialistas sul-mato-grossenses este acontecimento teria representado uma primeira tentativa concreta de criação de Mato Grosso do Sul, porém, nenhuma documentação que possibilite um estudo daquele momento histórico, aponta neste sentido. Na realidade, diante de evidentes indícios, pode-se dizer que esta idéia se constituiu, utilizando as palavras de Paulo Roberto Cimó Queiroz, uma “versão fantasiosa” da história¹⁴.

¹¹ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 139.

¹² RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 17-18.

¹³ RODRIGUES, J. B., *Isto é Mato Grosso do Sul*, p. 17-18.

¹⁴ QUEIROZ, P. R. C., *Divisionismo e “identidade”*..., p. 8.

Mesmo que a idéia da suposta existência do Estado de Maracaju não seja uma unanimidade entre os memorialistas sul-mato-grossenses - autores como J. Barbosa Rodrigues, Demóstenes Martins, entre outros, não a prestigiam -, é fato que esta “versão fantasiosa” se materializou e foi, assim como várias outras questões, internalizada de tal forma que passou a ser reproduzida por diversas “personalidades” da sociedade local, principalmente por aqueles que disputam poder ou divulgam idéias, ou ambas, tais como políticos, jornalistas, radialistas e até por professores e historiadores desavisados que são envolvidos pelo senso comum. Isso ocorreu de tal forma que no ano de 2003, o “Estado de Maracaju” figurou em uma das questões, a de número trinta e cinco, do concurso público organizado pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), por meio da Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPEC), para a seleção de *Oficial Masculino do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul*. Eis a questão¹⁵:

35) Em 1932, na Revolução Constitucionalista, quando São Paulo entrou em conflito com o Governo Federal, os sul-mato-grossenses aliaram-se aos paulistas e criou, na região sul:

- a) o Estado de Maracaju.
- b) o Estado do Pantanal.
- c) o Território Federal de Ponta Porã.
- d) o Movimento Divisionista.
- e) a República Piratini.

Da mesma forma que a idéia do Estado de Maracaju aparece em concursos públicos, ela também se faz presente nos conteúdos de livros didáticos. É o caso, por exemplo, da obra *Conhecendo Mato Grosso do Sul*, de autoria da técnica do Núcleo de Currículos da Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso do Sul, Gilda Cristina Falleiros Mendes. Neste livro, amplamente utilizado pelas escolas das redes pública e privada de todo o Estado, na educação de alunos das séries iniciais do ensino fundamental, encontra-se o seguinte ensinamento:

Em 1932, na Revolução Constitucionalista, quando São Paulo entrou em conflito com o Governo Federal, os sul-mato-grossenses aliaram-se aos paulistas e criaram o estado de **Maracaju**, na região sul. O estado de Maracaju foi governado pelo então prefeito de Campo Grande, dr. Vespasiano Martins. Era um governo declaradamente separatista e durou 82 dias. O insucesso dessa

¹⁵ UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Apoio à Pesquisa. *Concurso público para seleção de Oficial Masculino do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul*. In: AMARILHA, C. M. M., *O Estado de Maracaju: a construção de uma identidade para os sul-mato-grossenses*, p. 60.

tentativa deu origem à **Liga Sul-Mato-Grossense**. O objetivo da Liga era conseguir o apoio da sociedade e dos políticos à causa separatista¹⁶. (grifos do original).

Não se identificou, precisamente, quem elaborou esta “fábula” historiográfica, mas é possível apontar quem a divulga com certa assiduidade. Dentre eles figura o professor Hidelbrando Campestrini. Em pelo menos dois de seus livros, o espectro do “Estado de Maracaju” adquire contornos de “existência real”. Em ambos, ele aparece inserido no contexto dos acontecimentos em torno da chamada Revolução Constitucionalista de 1932, no que se refere aos seus reflexos no sul de Mato Grosso. Na obra *História de Mato Grosso do Sul*, escrita em parceria com o engenheiro Acyr Vaz Guimarães, o “Estado de Maracaju” é descrito nos seguintes termos:

No correr da revolução, o sul de Mato Grosso desligou-se do norte, tendo o general Klinger, chefe das forças armadas revolucionárias, nomeado o médico Vespasiano Martins para governador da nova unidade - o Estado de Maracaju. O governo foi instalado, em Campo Grande, no dia 11 de julho de 1932, no prédio hoje da maçonaria [...], durante oitenta e dois dias. Com a derrota dos constitucionalistas de São Paulo, o novo Estado ficou sem sustentação¹⁷.

No livro *Santana do Paranaíba*, também do professor Hidelbrando Campestrini, o “Estado de Maracaju” volta à baila. Nele o professor Hidelbrando, além de reafirmar a efetiva existência do “Estado de Maracaju”, indica a possibilidade da “rebelião” paulista ter se iniciado na cidade de Campo Grande. Uma afirmação carregada de certa dose de exagero, mas que possibilita a percepção de que no ambiente memorialístico, onde a exaltação é feita a qualquer custo, não há mesmo limites para a imaginação:

No dia 9 de julho de 1932, São Paulo se insurgia contra o governo de Getúlio Vargas, dando início à Revolução Constitucionalista. O sul de Mato Grosso tomou parte ativa no movimento. Diz-se, aliás, que a revolução começou em Campo Grande, quando o general Bertoldo Klinger se demitiu do comando da Circunscrição Militar de Mato Grosso, em solidariedade ao comandante da 2ª Região, de São Paulo, exonerado por Getúlio em face dos acontecimentos políticos-revolucionários naquele Estado. Klinger, viajando para São Paulo, assumiu o comando das tropas revolucionárias.

¹⁶ MENDES, G. C. F., *Conhecendo Mato Grosso do Sul*, p. 34.

¹⁷ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, p. 127.

No dia 11 seguinte, Vespasiano Barbosa Martins tomava posse, em Campo Grande, como governador do recém-criado Estado de Maracaju, formado pelo Sul de Mato Grosso¹⁸.

Para analisar estas narrativas do professor Campestrini, serão utilizadas inicialmente suas próprias fontes. No livro *História de Mato Grosso do Sul*, Hidelbrando Campestrini recomenda, em nota, que maiores informações sobre a “Revolução Constitucionalista em Mato Grosso (do Sul)”, e em consequência, também sobre o “Estado de Maracaju”, poderiam ser obtidas através da obra *Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município*, de Demóstenes Martins¹⁹. No livro *Santana do Paranaíba*, por sua vez, ele a utiliza como fonte, inclusive, com a transcrição de um longo fragmento, em que enumera a denominação de vários batalhões rebeldes. Porém, ao proceder uma análise na referida obra de Demóstenes Martins, percebe-se que não há nenhuma afirmação, por parte desse autor, que indique a sua concordância com a idéia da ocorrência de divisão em 1932, tampouco com a formação de novo estado, mas, apenas a instalação, em Campo Grande, de um “Governo Civil” para Mato Grosso. Ou seja, uma espécie de governo paralelo ao oficialmente instalado em Cuiabá. Segundo Demosthenes Martins:

Deflagrado o movimento armado, que se antecipara com a exoneração do general Klinger do comando da guarnição de Mato Grosso e sua reforma do serviço ativo do Exército, por ato de 7 de julho, tomaram os sul matogrossenses posição ao lado de S. Paulo. [...].

A 11 de julho o Dr. Vespaziano Martins instalava nesta cidade o **Governo Civil de Mato Grosso**, empossando-se no cargo de seu Governador, em entusiástica solenidade em que usaram da palavra os Drs. Eduardo Olimpio Machado, Francisco Bianco Filho (Juiz de Direito da Comarca), Dolor de Andrade, Secretário Geral do Estado, Arthur Mendes Jorge Sobrinho (médico), Prefeito Municipal, Leonel Velasco (capitão do Exército), Chefe de Polícia²⁰.

Nesta mesma obra, Demosthenes Martins tece algumas observações relacionadas a possíveis consequências que os acontecimentos de 1932 poderiam ter gerado no sentimento divisionista dos setores dominantes da porção sul de Mato Grosso. Entretanto, nada relacionado à formação de uma suposta nova unidade da federação:

A revolução de 32 pôs, mais uma vez, em evidência as divergências que repontavam nas duas regiões - Sul e Norte -. Enquanto esta, pelos seus elementos

¹⁸ CAMPESTRINI, H., *Santana do Paranaíba...*, p. 176.

¹⁹ CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V., *História de Mato Grosso do Sul*, Nota 214, p. 177.

²⁰ MARTINS, D., *Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município*, p. 50 e 51.

representativos e governamentais se manifestava favorável à ditadura de Vargas, aquela se engajava, pelos seus líderes mais valorosos nas hostes dos combatentes paulistas que respaldava, também, a constante dos seus anseios administrativos - a idéia divisionista - ou seja bipartir-se Mato Grosso em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte, dando realidade política a uma determinante geoeconômica cristalizada no contraste do seu meio físico e na dinâmica de sua prosperidade criadora²¹.

Coincidência ou não, esta não foi a única oportunidade em que as narrativas de Demosthenes Martins, sobre os acontecimentos de 1932, sofreram interpretações claramente discrepantes. Situação semelhante também ocorreu em uma edição da Revista *Executivo Plus*, publicação de âmbito estadual, que se constituiu uma espécie de porta voz das “elites intelectualizadas” locais. Numa matéria com chamada na capa, apresentada em forma de depoimento, o editor propõe-se a descrever e comentar os acontecimentos referentes a uma suposta divisão de Mato Grosso em 1932, e a criação daquilo que chamou “primeiro Mato Grosso do Sul”. Para tanto, utilizou o depoimento do próprio Demosthenes Martins e transcrições de fragmentos de seu livro de memórias, *A poeira da Jornada*. Na matéria, o depoimento e as transcrições sofrem flagrantes distorções de ordem interpretativa e transcricional.

Com o título “*O primeiro Mato Grosso do Sul*”, a matéria é iniciada com a transcrição integral, retirada do livro de Demosthenes Martins, do pronunciamento de um importante protagonista dos eventos de 1932, o médico Vespasiano Martins. Não se sabe ao certo porque o editor o transcreveu, já que o pronunciamento aponta exatamente em sentido contrário ao da matéria, ou seja, para a inexistência da idéia divisionista naquele momento. Explicitamente, na inexistência de um “primeiro Mato Grosso do Sul” em 1932. Aliás, o manifesto de Vespasiano Martins foi utilizado pela historiadora Mariza Bittar para demonstrar a impropriedade da idéia da existência do suposto “Estado de Maracaju”, que na matéria da revista não aparece com tal denominação²². Eis o referido pronunciamento:

Ciente de correr aí que o movimento do Sul é regional contra o Norte, venho declarar não ser verdadeiro o que se afirma. Batemo-nos com os nossos irmãos de São Paulo, Rio Grande e Minas pela volta ao País do regime da Lei. Não temos e não devemos ter questões regionais; batemo-nos pelo Brasil unido e livre. Apelo para o sentimento desse altivo povo do Norte a fim de cerrar fileiras

²¹ MARTINS, D., *Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município*, p. 57.

²² BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído...*, p. 129.

ao nosso lado, e caminhando pela estrada larga da liberdade. a. Vespasiano Martins. Interventor Federal²³.

Outro importante depoimento de Vespasiano Martins permite entender o seu pensamento em torno daqueles eventos. Enquanto que lhes são imbuídos atributos divisionistas em 1932, suas palavras não permitem uma conclusão neste sentido. Na verdade, elas indicam que seus desejos, pelo menos naquele momento, caminhavam nas trilhas de um Mato Grosso único e não dividido:

Aos Bandeirantes, intemoratos desbravadores de sertões devemos o que somos. Mato Grosso e grande parte do Paraná foram por eles integrados em a nossa nacionalidade, quando já em mãos de estranhos. Não há interesse subalterno, não há regionalismo. Estamos juntos com o Estado de onde partiram as Bandeiras intemoratas que nos uniram ao Brasil. Com eles estamos e estaremos²⁴.

Porém, em outra parte da matéria o editor vai ainda mais longe. No afã de legitimar a devaneante tese da criação de um “primeiro Mato Grosso do Sul” em 1932, ao proceder à transcrição de um fragmento retirado do livro *A Poeira da Jornada*, não o faz de forma *ipsis litteris*, como seria recomendado, mas, incluindo entre outras coisas, a expressão “do Sul” logo após o nome do estado de Mato Grosso, modificando inteiramente a essência do texto, uma vez que não embute apenas palavras, mas também, e principalmente, idéias. Explicitamente, enquanto no livro de Demóstenes Martins se lê: “A 11 de julho, o Dr. Vespasiano Martins nomeado governador do **Estado de Mato Grosso** pelo general Klinger...”²⁵, na revista aparece: “No dia 11 de julho (1932), o Dr. Vespasiano Martins foi nomeado governador do **Estado de Mato Grosso do Sul** pelo general Klinger...”²⁶. (os grifos foram inseridos).

Historicamente, se sabe que em 1932 parcelas influentes da elite do sul de Mato Grosso apoiaram a “rebelião paulista” contra as forças federais. Para Paulo Roberto Cimó Queiroz, esse apoio pode ter-se dado em razão da presença, em Campo Grande, do General Bertoldo Klinger na chefia da Região Militar, apesar de existirem registros que indicam que esses líderes haviam rompido com o Governo Provisório de Vargas logo

²³ MARTINS, V., *Executivo Plus*, jun 1984, p. 05.

²⁴ MARTINS, V., In: MARTINS, D., *Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município*, p. 56.

²⁵ MARTINS, D., *A Poeira da Jornada*, p. 102.

²⁶ O PRIMEIRO Estado de Mato Grosso do Sul. *Executivo Plus*, jun 1984, p. 06.

depois de 1930, em função de disputas em torno da ocupação da interventoria²⁷. O general Bertoldo Klinger, antes de partir para São Paulo, onde “deveria exercer a função de comandante da rebelião constitucionalista”, nomeou, em julho de 1932, um governador “rebelde” para Mato Grosso, o médico Vespasiano Barbosa Martins. Ou seja, Vespasiano foi empossado chefe de um governo paralelo ao que se encontrava legalmente instalado em Cuiabá, possivelmente, até que ocorresse a vitória “paulista”.

Segundo Mariza Bittar, Vespasiano Martins, que se tornou o maior símbolo do divisionismo sul-mato-grossense, foi o primeiro médico do sul de Mato Grosso. Formado no Rio de Janeiro em 1915, praticou a medicina em Campo Grande, até se transferir para São Paulo após se especializar em cirurgia na Europa. Em 1929 regressou a Campo Grande, “a pedido de amigos, que o chamaram para participar de campanhas políticas que prenunciavam os acontecimentos de 1930. A contar dessa data, sua vida se dividiu entre a medicina e a política”²⁸. Ainda conforme Mariza Bittar, após a chamada Revolução de 1930, Vespasiano Martins foi nomeado Prefeito de Campo Grande, em 1931, pelo interventor de Mato Grosso. No exercício desse cargo, foi nomeado pelo General Klinger, chefe do governo constitucionalista de Mato Grosso²⁹.

Neste sentido, pode-se perguntar: o que afinal dizem os documentos em relação aos acontecimentos de 1932? Neste ano existiu mesmo um primeiro Mato Grosso do Sul? Para responder a estas indagações é salutar lembrar que a história só se produz a partir de documentos. Apenas a partir deles pode-se fazer a devida distinção entre fato e ficção, conforme alertou Eric Hobsbawm:

O ponto do qual os historiadores devem partir, por mais longe dele que possam chegar, é a distinção fundamental e, para eles, absolutamente central, entre fato comprovável e ficção, entre declarações históricas baseadas em evidências e sujeitas a evidenciação e aquelas que não o são³⁰.

Com relação à existência de uma clara diferença entre fato e ficção, Hobsbawm entende que a capacidade de distinguir entre ambos é absolutamente fundamental para o

²⁷ QUEIROZ, P. R. C., *Divisionismo e “identidade”...*, p. 08.

²⁸ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído...*, p. 124-125.

²⁹ BITTAR, M., *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído...*, p. 126.

³⁰ HOBBSAWM, E., *Sobre História*, p. 08.

historiador. Sem a distinção entre o que é e o que não é, não pode haver história, já que ao historiador, diferente do romancista, não cabe inventar os fatos³¹.

Diante disso, ao estudar vários documentos relacionados aos acontecimentos ocorridos no sul de Mato Grosso, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Mariza Bittar observou que não há nenhum indício que comprove a ocorrência naquele momento, de uma divisão de Mato Grosso e a criação do suposto “Estado de Maracaju”. Na realidade, tudo leva a crer que os “rebeldes” conseguiram instituir foi um governo paralelo ao “legalmente” instituído em Cuiabá. O conjunto dos documentos estudados e analisados por Mariza Bittar são elucidativos. Incluem documentos oficiais, pronunciamentos e escritos memorialísticos dos principais líderes do movimento no sul de Mato Grosso, entre eles, Demosthenes Martins e dois dos principais protagonistas do suposto “Estado de Maracaju”, o prefeito Vespasiano Martins e o General Bertoldo Klinger. Um deles é exatamente, o pronunciamento de Vespasiano Martins, transcrito na discussão em torno do depoimento concedido por Demósthene Martins à Revista *Executivo Plus*, anteriormente analisada.

Outro documento, bastante elucidador, diz respeito à publicação ocorrida no dia 28 de julho de 1932, no então Diário Oficial do governo rebelde, de um Decreto versando sobre diversas questões financeiras. Destaca-se o fato de que, incluindo o cabeçalho do referido Diário Oficial, em nenhum momento lê-se qualquer menção a existência de um possível “Estado de Maracaju”, mas sempre se refere ao Estado de Mato Grosso. No fecho, por sua vez, um pouco antes da assinatura, o local é muito claro: “Sede provisória do Governo do Estado, em Campo Grande”:

Diário Oficial - República dos Estados Unidos do Brasil - Ano 1 - Estado de Mato Grosso - Campo Grande, 28 de julho de 1932. N^o 01 - **Governo do Estado de Mato Grosso**. Decreto n^o 03. O Dr. Vespaziano Barbosa Martins, Governador do Estado de Mato Grosso decreta:

Art. 1.º - Fica criada, nesta cidade, sede provisória do Governo, uma secção do Tesouro do Estado, para atender aos serviços da Fazenda, até a normalização da Administração Pública. Art. 2.º - A secção do Tesouro funcionará no edifício da Municipalidade tendo um inspetor, que será o Tesoureiro do Município; um Secretário; um Tesoureiro e anuenses precisos, tirados entre o funcionalismo municipal. Art. 3.º - A escrituração será feita em livros especiais, forma do Regulamento e demais leis em vigor. Art. 4.º - A secção do Tesouro fica subordinada às coletorias, Mesas de Renda de Corumbá e Delegacia do Norte. Art. 5.º - Ficam suspensos os pagamentos no tesouro em Cuiabá, conforme a ordem de 13 do corrente mês de julho e nas coletorias, Mesa de Renda e

³¹ HOBSBAWM, E., *Sobre História*, p. 18.

Delegacia do Norte, tudo subordinado a esta secção. Art. 6.º A gratificação dos funcionários será fixada no Regulamento complementar desse Decreto. Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário. Sede provisória do Governo do Estado, em Campo Grande, 26 de julho de 1932. (aa) Dr. Vespaziano, Governador do Estado, Arlindo de Andrade Gomes, Secretário Geral Interino³².

Assim, o Estado de Maracaju está muito mais próximo da ficção do que de um fato histórico comprovável. Tais idéias, insistentemente divulgadas junto à sociedade, colaboram para a sua transformação em um fato supostamente “real” que, projetado no inconsciente coletivo, materializa-se como arquétipo mítico. Projetadas como verdade, no contexto do “movimento divisionista”, objetivam criar uma imagem para o sul-mato-grossense, antes mesmo da sua efetiva existência, sobretudo com a tentativa de inseri-lo no processo de criação do Estado na condição de protagonista.

³² BITTAR, M., *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*, p. 47.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia memorialística, que se formou em Mato Grosso do Sul, buscou amparo para as suas formulações nas premissas etnocêntrica e evolucionista da chamada “história oficial” do país. Elaboradas, principalmente, no seio do IHGB e consolidadas, ao longo de várias décadas, pela denominada historiografia tradicional brasileira, essas premissas amparam uma concepção de história, em que o passado não é problematizado, mas mitificado. Tempo, espaço e personagens são manipulados para representarem aquilo que se deseja ser lembrado, aquilo que se deseja ser rememorado.

Apoiados no etnocentrismo, no evolucionismo e no ideário de civilização e progresso os intelectuais mato-grossenses, aglutinados em torno do IHGMT, reproduziram a idéia do atual território de Mato Grosso do Sul como uma região vazia até a chegada dos “desbravadores”. Segundo os autores analisados, foram esses pioneiros que ofereceram à natureza inóspita e aos nativos bravios à possibilidade da civilização.

Estabelecidos nessas premissas, os autores sul-mato-grossenses reproduziram a idéia de que o povoamento não-índio no atual território de Mato Grosso do Sul, se deu pela ação heróica de pioneiros e desbravadores que, por amor a terra e à Pátria, e em razão de seu instituto intemorato e aventureiro, deslocaram-se para o sul de Mato Grosso com o objetivo de promover o progresso, civilizar os sertões e os primitivos habitantes da terra, e conseqüentemente, criar nesta localidade uma nova civilização. Conflitos e interesses foram diluídos numa epopéia imaginária.

Neste contexto, o discurso construído pela historiografia memorialística sul-mato-grossense baseou-se na lógica da criação do Estado de Mato Grosso do Sul como um acontecimento ocorrido resultando da conjugação de duas questões básicas: a existência de uma imanente diferenciação da natureza e da sociedade do norte e do sul de Mato Grosso e de uma suposta luta contínua e persistente do movimento divisionista. Os vestígios do passado, contudo, apontam em outra direção, naquela, segundo a qual a criação do Estado

ocorreu em razão da política de redivisão territorial determinada pelo Governo do General Geisel, que não foi influenciada pela existência de diferenciações regionais, ou pelo suposto movimento divisionista, mas, por questões relativas ao povoamento do oeste brasileiro e da região amazônica, da defesa das fronteiras e dos interesses políticos imediatos.

No que diz respeito aos seus elementos estruturais, a historiografia sul-mato-grossense apóia-se em dois pilares fundamentais: o episódio da Retirada da Laguna e o movimento divisionista. Ambos foram transformados em mitos fundadores de Mato Grosso do Sul. Neles os autores locais procuraram indicar os valores que supostamente permearam a criação do Estado e do seu povo. Heroísmo, bravura, pujança e intrepidez, são as qualidades sempre lembradas.

Em torno da Retirada da Laguna, os autores estudados procuraram construir um canto de exaltação ao patriotismo, à coragem e à bravura do soldado brasileiro, que, supostamente, teriam defendido com suas vidas, as terras da pátria e do futuro Estado de Mato Grosso do Sul. Os erros táticos, estratégicos e logísticos são entendidos como parte da dinâmica da guerra nos sertões, o martírio causado pelas doenças uma provação. Entretanto, no episódio restou o desfecho trágico da missão do *Corpo Expedicionário em Operações no Sul de Mato Grosso*. A Retirada, de malogro militar foi transformada em vitória. Ou seja, em tudo o que ela não foi.

Com relação ao movimento divisionista, os memorialistas locais, procuram criar a idéia da sua existência como um movimento secular e contínuo de luta pela criação do Estado. Iniciado no final do século XIX, o movimento divisionista teria conquistado seus objetivos em 1977. A assinatura da Lei Complementar nº 31, seria o seu coroamento. Nada mais irreal, tão fictício quanto a existência do suposto Estado de Maracaju, em 1932. Situações divisionistas, como se viu, não passaram de disputas por espaço e pelo poder que, necessariamente, não indicavam antagonismo entre norte e sul. Constituíram, na realidade, uma mescla de proposições, ora violentas, ora diplomáticas, que mudavam de aparência conforme o momento histórico e os objetivos em jogo.

Um estudo como este propicia inúmeros caminhos. O principal, talvez seja, a da extrema necessidade de contribuir para a desmitificação da história de Mato Grosso do Sul. Retirá-la da unilateralidade do altar sagrado do consenso e da exaltação, já que o passado da sociedade humana é marcado, principalmente, pela dinâmica da contradição. Elidi-la da história é negar o seu entendimento, é enveredar nos labirintos da memória...

FONTES

ARRUDA, Daniella. Brasil de pé pela liberdade. *Correio do Estado*. Campo Grande, 07 fev. 2004. Edição Especial, p. 05.

BITTAR, Mariza. Os segredos de cada página. *Correio do Estado*. Campo Grande, 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 31.

CAMPESTRINI, Hidelbrando ; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1991. 194 p.

CAMPESTRINI, Hidelbrando. *Santana do Paranaíba: de 1700 a 2002*. 2ª ed. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002. 239 p.

CAMPESTRINI, Hidelbrando. A Eterna Rua Velha, In: MACHADO, P. C., *A Rua Velha*, Campo Grande: Ed. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990. 211 p.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969. 741 p.

FIGUEIREDO, Ester. É preciso ter garra. *Correio do Estado*. Campo Grande, 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 02.

FLORENTINO, A., Apoio Político Incondicional. *Correio do Estado*. Campo Grande, 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 04.

GEISEL, Ernesto. Discurso. In: RODRIGUES, J. Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Edição do Autor, 1978. 139 p.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *500 léguas em canoa: de Araraitaguaba às minas de Cuiabá (as Monções paulistas)*. Campo Grande: Ed. UCDB, 2000. 139 p.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Seiscentas léguas a pé (A Campanha do Apa)*. Campo Grande: Ed. do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1988. 156 p.

GUIMARÃES, Acyr Vaz. *Mato Grosso do Sul: sua evolução histórica*. Campo Grande: Ed. UCDB, 2001. 283 p.

MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão. *Executivo Plus*. Campo Grande, abr. 1984.

MACHADO, Paulo Coelho. Os bastidores da divisão II. *Executivo Plus*. Campo Grande, maio 1984.

MARTINS, Demósthene. *A poeira da jornada*. Edição do Autor. Sem indicação de data e local. 413 p.

MARTINS, Demosthenes. O primeiro Estado de Mato Grosso do Sul. *Executivo Plus*. Campo Grande, jun. 1984. p. 5-7.

MARTINS, Demósthene. *Campo Grande: aspectos jurídicos e políticos do município*. Campo Grande: Academia de Letras e História de Campo Grande, 1972. 62 p.

MARTINS, Wilson Barbosa. Wilson conta como tudo começou. *Correio do Estado*. Campo Grande, 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 28.

MARTINS, Vespasiano. O primeiro Estado de Mato Grosso do Sul. *Executivo Plus*, Campo Grande, p. 06, jun 1984.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *O estado do direito entre os autóctones do Brasil*. Tradução de Alberto Löfgren. Belo Horizonte: Itatiaia ; São Paulo: Ed. USP, 1982. 107 p.

MENDES, Gilda Cristina Falleiros. *Conhecendo Mato Grosso do Sul: Conhecimentos Históricos e geográficos*. São Paulo: Ática, 1997. 103 p. 34.

O PRIMEIRO Estado de Mato Grosso do Sul. *Executivo Plus*. Campo Grande, p. 06, jun 1984.

PINTO, Vera Tylde de Castro. Paulo Coelho Machado: o biógrafo da cidade. In: *Personalidades: coletânea de textos / organização: FUNDAC/ARCA*. Campo Grande, Fundação Municipal de Cultura. p. 39-47.

POVOAS, Lenine C. Prefácio. In: GUIMARÃES, Acyr Vaz. *500 léguas em canoa: de Araraitaguaba às minas de Cuiabá (as Monções paulistas)*. Campo Grande: Ed. UCDB, 2000. 139 p.

RODRIGUES, Antonio João Hugo. Levantamos bandeiras. *Correio do Estado*. Campo Grande, 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 02.

REIS, Elpídio. Prefácio. In: MACHADO, P. C., *A Rua Velha*, Campo Grande: Ed. Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1990. 211 p.

REIS, Maurício Rangel. Discurso. In: RODRIGUES, J. Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Edição do Autor, 1978. 139 p.

RODRIGUES, J. Barbosa. *Histórias da terra matogrossense*. São Paulo: Ed. do Escritor, 1983. 115 p.

RODRIGUES, J. Barbosa. *História de Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Ed. do Escritor, 1984. 185 p.

RODRIGUES, J. Barbosa. *Isto é Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Edição do Autor, 1978. 139 p.

ROSA, Maria da Glória Sá. *Deus quer, o homem sonha, a cidade nasce*: Campo Grande cem anos de história. Campo Grande: FUNCESP, 1999. 308 p.

TAUNAY, Alfredo de E. *A Retirada da Laguna*. São Paulo: Martin Claret, 2003. 270 p.

TAUNAY, Alfredo de E. *Cartas da campanha de Matto Grosso (1865 a 1866)*. São Paulo: Biblioteca Militar, s/d. 224 p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL. Fundação de Apoio à Pesquisa. *Concurso público para seleção de Oficial Masculino do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul*. In: AMARILHA, Carlos Magno Mieres. *O Estado de Maracaju: a construção de uma identidade para os sul-mato-grossenses*. 2004 71f. Monografia (Especialização em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados. p. 60.

VICTORIO, I., Jornal adotou perfil crítico. *Correio do Estado*. 07 fev. 2004. Ed. Especial, p. 22.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUD, Kátia M. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições* : construção de um símbolo paulista: o bandeirante, 1985. 242 p. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP.

ABUD, Kátia Maria. *A Construção das Fronteiras Brasileiras: Uma tarefa de Historiadores*. In: XX Simpósio Nacional de História. Florianópolis. Anais, São Paulo, ANPUH, 1999.

ARRUDA, Gilmar. *Cidades e Sertões*. Bauru: Ed. EDUSC, 2000. 255 p.

BARTHES, Roland. *Mitologias*. Tradução de Rita Buoncermino, Pedro de Souza e Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003. 256 p.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed./10ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1994. 253 p.

BITTAR, Marisa. *Mato Grosso do Sul: do estado sonhado ao estado construído (1892-1997)*. São Paulo, 1977. 540 p. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP.

BITTAR, Mariza., *Geopolítica e separatismo na elevação de Campo Grande a capital*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1999. 157 p.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Tradução de José Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 159 p.

BORGES, Fernando T. M. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930)*. 3ª ed. São Paulo: Scortecci, 2001. 191 p.

BORGES, Vavy Pacheco. *O que é História*. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 84 p.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: o que falar dizer*. Tradução de Sérgio Miceli, Mary Amazonas, Afrânio Catani, Denice Bárbara, Paula Montero e José Carlos Durant. São Paulo: Ed. USP, 1998. 188 p.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAIFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. In: _____ (orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. 508 p.

CARVALHO, José M. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 195 p.

CASTRO, Iara Quelho de. *Vigiar e Construir a História: memória, esquecimentos, comemorações e historiografia nas representações de Aquidauana*. 2002. 124 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

CERTAU, Michel de. *A Escrita da História*. Tradução de Maria Lourdes Menezes. 2ª ed./ 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. 345 p.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 287 p.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2000. 103 p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*, Tradução de Inês Busse. Publicações Europa-América, Sem indicação de local e data. 334p.

COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Tradução de Alberto Freire. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1972. 403 p.

CUNHA, Manuela Carneiro. Introdução a uma história indígena. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras : Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 09-24

DIEHL, Astro Antônio. *A Cultura Historiográfica Brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998. 247 p.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 617 p.

FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. 12ª ed. São Paulo: Globo, 1997. 720p.

FONTANA, Josef. *História: análise do passado e projeto social*. Tradução de Luiz Roncari. Bauru, SP: Ed. EDUSC, 1998. 400p.

GADDIS, Jonh Lewis. *Paisagens da história: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 211 p.

GALETTI, Lylia S. G. *Nos Confins da Civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo, 2000. 358 p. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP.

GUINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 281 p.

HALBAWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução: Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. 196 p.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*, Tradução de Cid Knipel Moreira. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 336p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O extremo oeste*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 310 p.

KOLLERITZ, Fernando. Testemunho, juízo político e história, In: *Revista Brasileira de História* - Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 73-100, jul-dez, 2004.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão ...[et al.]. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1992. 553 p.

LENHARO, Alcir. *Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1986. 105 p.

LUKACS, John. *O Hitler da História*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998. 250 p.

MAGNOLI, Demétrio. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Ed. UNESP/Moderna, 1977. 320 p.

MARTINS JÚNIOR, C., Mato Grosso do Sul e a retirada da Laguna: memória, história e perspectivas de turismo. *Patrimônio: Laser & Turismo*. Santos, set. 2006. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigos.php?cod=81>>. ISSN: 1806-700X. Acesso em 13 out. 2006.

MENEZES, Alfredo da Mota. *Guerra do Paraguai: como construímos esse conflito*. São Paulo: Contexto, 1998. 174 p.

MOTA, Lourenço Dantas. (org.). *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 2ª ed. São Paulo: Ed. SENAC-SP, 1999. 419 p.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1988. 228 p.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História e do Departamento de História*. São Paulo : PUC/SP, n° 10, p. 1-178, dez. 1993.

NOVAIS, Fernando. A invenção do Brasil. Entrevista. *Teoria e Debate*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, ano 13, n° 44, p. 52-59, abr./mai./jun, 2000.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas: viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. 186 p.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *1932 o Brasil Se Revolta*. São Paulo: Terceiro Nome, 2005. 206 p.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. *Divisionismo e "identidade" mato-grossense e sul-mato-grossense*. (não publicado).

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a idéia de nação no Brasil (1930-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 287p.

SANTOS, Myrian S. dos. *Memória coletiva & teoria social*. São Paulo: Annablume, 2003. 208 p.

SCARPE, Jim. *A História Vista de Baixo*. In: BURKE, Peter.,(org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. UNESP, 1992. 354 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças : ciência, instituições e questão racial no Brasil - 1970-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Apresentação à edição brasileira. In: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História ou o Ofício de Historiador*. Tradução de José Telles. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001. 159 p.

SCHWENGBER, Isabela. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2005*. 160f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

SILVA, Kalina Vanderlei.; SILVA, Henrique Silva. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2005. 439 p.

SQUINELO, Ana Paula. *A Guerra do Paraguai, essa desconhecida...* Ensino, memória e história de um conflito secular. Campo Grande: Ed. UCDB, 2002. 144 p.

TEIXEIRA, Francisco Maria Pires. *História Concisa do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 2000. 337 p.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do Mal, Tentação do Bem: Indagações sobre o século XX*. Tradução de Tradução de Joana Angélica D'Avila. São Paulo: ARX, 2002. 383 p.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. Em busca da mágica redentora. *Veja*, São Paulo, 29 jun 2005. p. 134.

TRINDADE, Vilma Eliza. *Política, História e Memória em Mato Grosso*: Virgílio Corrêa Filho. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001. 255 p.

VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato*. São Paulo, 1982. 313p. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP.

VOLPATO, Luiza R. R. *Entradas e Bandeiras*. 5ª ed. São Paulo: Global, 1997. 118 p.

WEHLING, Arno., WEHLING, Maria José C. de. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. 359 p.

ZORZATO, Osvaldo. *Conciliação e Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)*. 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História Social) - FFLCH/USP. São Paulo.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, de novembro de 2006

RICARDO SOUZA DA SILVA